



UNIVERSIDADE
Católica
DE GOIÁS

PAULA CÂNDIDA BARBOSA MENDES

**TURISMO E MEIO AMBIENTE NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA
DE CALDAS NOVAS – GO (PESCAN)**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
ECOLOGIA E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL**

Goiânia

2007

PAULA CÂNDIDA BARBOSA MENDES

**TURISMO E MEIO AMBIENTE NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA
DE CALDAS NOVAS – GO (PESCAN)**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-graduação do
Mestrado de Ecologia e Produção
Sustentável da Universidade
Católica de Goiás para obtenção do
título de Mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Cleonice Rocha
Co-orientador: Prof^º. Dr. Ycarim Melgaço Barbosa

Goiânia

2007

M538t Mendes, Paula Cândida Barbosa
Turismo e Meio Ambiente no Parque Estadual da
Serra de Caldas Novas – GO (PESCAN) / Paula
Cândida Barbosa Mendes. – Goiânia, 2007.
95 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de
Goiás, Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável,
2007.

Orientador: Cleonice Rocha.

1. Turismo. 2. Ecoturismo. – Serra de Caldas
Novas (GO). 3. Conservação da natureza. 4.
Desenvolvimento sustentável. I. Título.

CDU. 338.48:504 (817.3)
379.85:504 (817.3)

PAULA CÂNDIDA BARBOSA MENDES

**TURISMO E MEIO AMBIENTE NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA
DE CALDAS NOVAS – GO (PESCAN)**

APROVADA EM: 25/05/2011

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cleonice Rocha
(Presidente)

Maria Geralda de Almeida
Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida
(Membro)

Francisco Leonardo Tejerina Garro
Prof. Dr. Francisco Leonardo Tejerina Garro
(Membro)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Hildo Mendes e Guimair Mendes, pelo apoio, incentivo e principalmente pelo amor dispensado ao longo da minha vida.

Aos meus irmãos, Allan Mendes e Frederico Mendes, por acreditarem na realização desta pesquisa e compartilharem momentos de alegrias e frustrações.

AGRADECIMENTOS

À orientadora Prof^a. Dra. Cleonice Rocha pela serenidade em suas orientações, pelas críticas construtivas e, sobretudo, pelo prazeroso convívio acadêmico.

Ao co-orientador Prof^o. Dr. Ycarim Melgaço Barbosa, pelas contribuições e valiosas sugestões na elaboração da dissertação.

Ao coordenador do MEPS, Prof^o Dr. Francisco Leonardo Tejerina Garro, pelas sugestões e contribuições.

Ao curso de Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável do Programa de Pós-graduação da Universidade Católica de Goiás, que me proporcionou oportunidade ímpar de amadurecimento pessoal e acadêmico.

À CAPES, pela bolsa concedida durante um ano do curso.

Ao Alessandro Belisário, pelo amor, incentivo e colaboração na conclusão da dissertação.

Aos professores das disciplinas cursadas no programa, pelos conhecimentos e discussões.

À professora Maria Geralda de Almeida, pelas contribuições dadas na qualificação da dissertação.

Ao professor Paulo dos Santos Pires, pelo exemplo acadêmico e profissional.

Ao Sr^o Sebastião, funcionário do PESCAN, pela companhia e presteza nas pesquisas realizadas nas propriedades rurais do entorno do Parque.

Ao Maurício, também funcionário do PESCAN, pela amizade e carinho adquiridos. E ao Dalmi, guia do PESCAN, pelas contribuições durante o período de alojamento no Parque.

Aos moradores rurais circundantes do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas, que por meio das entrevistas concedidas contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos turistas do PESCAN, que com muita paciência e interesse respondiam os questionários elaborados.

À Agência Ambiental do Estado de Goiás, em especial à gestora Susete Pequeno, pelo fornecimento de material, apoio logístico e de recursos humanos necessários a realização da pesquisa.

À amiga Simone, pelo incentivo e ajudas prestadas.

À Cristhiane e ao Eduardo, secretários do MEPS, pela solicitude e presteza em seus atendimentos.

Ao José de Paula Moraes Filho, então Secretário de Meio Ambiente do Estado de Goiás, pela ajuda, amizade e incentivo para cursar o mestrado.

Ao amigo, Ronaldo Dorta, pelo estímulo na realização da pesquisa.

A toda a turma do mestrado, que me proporcionou um ano de agradável companhia e momentos de distração durante o curso.

Aos familiares e amigos, que direta ou indiretamente contribuíram para o meu desenvolvimento acadêmico.

Enfim, expresso meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram, seja de forma acadêmica ou amiga, para a realização desse trabalho.

O turismo é uma universidade em que o aluno nunca se gradua, é um Templo onde o suplicante cultua, mas nunca vislumbra a imagem de sua veneração, é uma Viagem com destino sempre à frente, mas jamais atingido. Haverá sempre discípulos, sempre contempladores, sempre errantes aventureiros.

(Lord Curzon)

RESUMO

O mercado turístico é uma realidade que vem crescendo em proporções aceleradas e se destacando como atividade econômica de municípios goianos como Caldas Novas e Rio Quente. Municípios esses que agregam uma das mais importantes Unidades de Conservação do Estado de Goiás, o Parque Estadual da Serra de Caldas Novas – PESCAN, por estar inserido numa das mais importantes regiões de fontes hidrotermais do mundo. No presente trabalho, foi analisado se a atividade turística que ocorre no PESCAN e entorno é sustentável ou não. Para tanto, utilizaram-se pesquisas informétricas, qualitativas e quantitativas com aplicação de questionários junto a proprietários do entorno e visitantes do Parque; realizou-se ainda um inventário do PESCAN. O Parque e seu entorno se mostram propícios para o desenvolvimento de tipologias do segmento do turismo na natureza como o de natureza, o rural, o de aventura e o ecoturismo; essas são tipologias em ampla ascensão que vêm se destacando no mundo inteiro. Porém, nenhuma das propriedades oferece atividades turísticas, embora haja interesse em desenvolvê-las e para isso, algumas dessas estão se estruturando no intuito de receberem visitantes. Verificou-se que os visitantes do PESCAN têm um perfil de turistas de tipologias do turismo na natureza. Na concepção desses turistas, o Parque está bem conservado e há um bom atendimento nos serviços, contudo, eles sentem necessidade de alguns serviços a serem oferecidos, para tanto, fazem algumas sugestões pensando na atividade turística em si e na conservação do Parque. Já a tipologia turística oferecida no PESCAN aproxima-se mais do conceito de ecoturismo, embora não haja promoção da educação ambiental e o desenvolvimento dessa atividade não concilia a visitação pública ao mais amplo uso sustentável do Parque. Ao final, foram feitas diversas sugestões a fim de que possam ser desenvolvidas as tipologias do turismo na natureza permissíveis no Parque e em seu entorno de forma a garantir a prática de atividades sustentáveis aliadas ao melhor uso da Unidade de Conservação.

Palavras chave: PESCAN, turismo na natureza, ecoturismo, Unidade de Conservação, sustentabilidade.

ABSTRACT

The tourism market has been growing fast in Central Brazil. It has become an important economic activity in cities of the Goiás state, like Caldas Novas and Rio Quente. In these cities, there is an environmental conservation area, called Parque Estadual da Serra de Caldas Novas – PESCAN, that holds one of the world most important hot water spring. In this research, it was studied the sustainability of the tourism activity in the PESCAN and its surrounded area, by informetric, qualitative and quantitative methods. Questionnaires were applied to the owner of farms that surround the area of the Park and to the visitors of the Park. An inventory survey was also conducted in the PESCAN. The Park and its neighborhood have potential to the development of tourism typologies like natural tourism, rural tourism, adventure tourism, and ecotourism. These typologies have been growing around the world. No farm offers tourism activities however, some farms are improving their facilities in order to receive tourist. It was also verified that visitors of the PESCAN are in agreement with the natural tourists' profile. In the visitors' conception the park is well maintained and offers good services however, they made some suggestions to improve the tourism activities and park conservation as well. The tourism typology offered by PESCAN is close to ecotourism but there is no environmental education practice. Thus the tourism activity is not sustainable in its totality. Finally, it was made several suggestions in order to improve the natural tourism in the Park and to guarantee the practical of sustainable activities for the best use of the conservation area.

Key Words: PESCAN, turism in the natural field, ecotourism, Conservation Unities, sustainable.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização dos municípios de Caldas Novas e Rio Quente – GO	22
Figura 2 - Parque Estadual da Serra de Caldas Novas.....	26
Figura 3 - Mapa de Zoneamento do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas	31
Figura 4 - Segmentação de turismo na natureza	33
Figura 5 - Exploração de cascalhos	53
Figura 6 - Solo degradado.....	54
Figura 7 - Vista externa do alojamento.....	58
Figura 8 - Vista interna do quarto do alojamento.....	58
Figura 9 - Museu da Fauna de Caldas Novas	59
Figura 10 - Sala de leitura	60
Figura 11 - Trilha da Cascatinha	62
Figura 12 - Trilha da Diversiflora	63
Figura 13 - Cachoeira da Cascatinha.....	64
Figura 14 - Peixes na Cachoeira do Paredão.....	65
Figura 15 - Tempo que possui a propriedade.....	66
Figura 16 - Cidade de origem do proprietário.....	67
Figura 17 - Grau de escolaridade do proprietário.....	67
Figura 18 - Residência principal do proprietário	68
Figura 19 - Interesse em desenvolver atividades turísticas, qual e por que ainda não desenvolveu.....	69
Figura 20 - Como o Parque interfere nas atividades da propriedade	71
Figura 21 - Restrição de atividade na propriedade.....	72

Figura 22 - Monitoramento das atividades, quem o faz e como é feito	72
Figura 23 - Problemas com o Parque.....	73
Figura 24 - Percepção sobre o turismo no Parque.....	73
Figura 25 - Número de vezes que o turista vai até o PESCAN	79
Figura 26 - Atrativos que os turistas esperavam encontrar no PESCAN.....	81
Figura 27 - Tempo de permanência dos turistas no Parque	83
Figura 28 - Qualidade no atendimento do PESCAN	85
Figura 29 - Orientação antes de subir na Serra	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Questionamento do contexto	40
Tabela 2 - Atividades de turismo de aventura	41
Tabela 3 - Motivo da visita ao PESCAN.....	80
Tabela 4 - O que mais chamou atenção dos turistas em suas visitas no PESCAN.....	82
Tabela 5 - Meios de divulgação sobre o PESCAN.....	84
Tabela 6 - Serviço ou atividade que falta no PESCAN.....	87
Tabela 7 - Recomendações dos turistas visando o melhor uso do PESCAN.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A & B - Alimentos e Bebidas

ABETA - Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura

AGETUR - Agência Goiana de Turismo

CO₂ - Dióxido de carbono

CTS - Certificação em Turismo Sustentável

DDTRB - Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil

EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo

EUA - Estados Unidos da América

FEMAGO - Fundação Estadual do Meio Ambiente de Goiás

GOIASTUR - Empresa de Turismo do Estado de Goiás

GVBS - Grupos Voluntários de Busca e Salvamento

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IUNC - International Union for Conservation of Nature

MICT - Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo

MMA - Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal

MT - Ministério do Turismo

ONG's - Organizações Não Governamentais

ONGTUR - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento do Turismo

PNE - Parque Nacional das Emas

PESCAN - Parque Estadual da Serra de Caldas Novas

SEPLAN - Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Goiás

SEUC - Sistema Estadual de Unidades de Conservação

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPSS - Statistical Package for the Social Sciences

UC - Unidade de Conservação

WTO - World Tourism Organization

SUMÁRIO

RESUMO.....	v
ABSTRACT	vi
LISTA DE FIGURAS	vii
LISTA DE TABELAS	ix
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	x
1 INTRODUÇÃO	1
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	4
2.1 Meio ambiente, uma revisão literária	4
2.2 Abordagem conceitual de conservação e preservação biológica	6
2.3 Novo paradigma do desenvolvimento sustentável frente à temática ambiental.....	8
2.4 Abordagem histórica das Unidades de Conservação	13
2.5 O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC	19
2.6 Parques como categoria de Unidades de Proteção Integral.....	20
2.7 Caldas Novas e Rio Quente	21
2.8 Parque Estadual da Serra de Caldas Novas – PESCAN.....	25
2.8.1 <i>Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas</i>	28
2.9 Desvendando o segmento de Turismo na Natureza.....	32
2.9.1 <i>Turismo de Natureza</i>	33
2.9.2 <i>Turismo Rural</i>	35
2.9.3 <i>Turismo de Aventura</i>	38
2.9.4 <i>Ecoturismo</i>	42
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	49
3.1 Universo e Amostra	50
3.2 Estudo Exploratório	50
3.3 Coleta de Dados	51
3.3.1 <i>Levantamento de dados primários</i>	51
3.3.2 <i>Plano Amostral</i>	51
3.4 Tratamento de dados.....	52
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	53
4.1 PESCAN <i>in loco</i> : descrição, estrutura e atrativos turísticos	53
4.2 Entrevista com os proprietários do entorno do PESCAN.....	66
4.3 Entrevista com os visitantes do PESCAN.....	75

5 CONCLUSÕES	90
6 SUGESTÕES	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
APÊNDICES.....	108

1 INTRODUÇÃO

O Estado de Goiás está localizado na região Centro-Oeste do Brasil e inserido no bioma Cerrado. Dentre os 246 municípios que compõem o Estado destacam-se os de Caldas Novas e Rio Quente por serem conhecidos internacionalmente como região das águas termais.

Caldas Novas e Rio Quente, a exemplo de vários municípios do mundo, têm no turismo umas das principais fontes de renda (BELISÁRIO, 2005). Porém, a partir do ano de 1985, aproximadamente, o desenvolvimento e expansão turística acelerada trouxeram a essas cidades vários impactos negativos, como crescimento urbano descontrolado, especulação imobiliária, degradação ambiental e homogeneização cultural dos lugares, dentre outros (ALBUQUERQUE, 1998).

Na década de 1960, devido a esses impactos surge uma preocupação no que se refere aos recursos naturais regionais, pois se fazia de extrema urgência regulamentar o uso das riquezas naturais dos municípios de Caldas Novas e Rio Quente, principalmente da Serra de Caldas, a qual constitui a área de recarga do aquífero termal que abastece ambos os municípios. Nesse sentido, ambientalistas pressionaram órgãos governamentais para que se criassem estratégias de conservação desses recursos. Assim, surgiu em 1970 o Parque Estadual da Serra de Caldas Novas - PESCAN (ALMEIDA e SARMENTO, s.d).

O PESCAN é uma Unidade de Conservação e como tal pode desenvolver atividade turística (SCHERL et al. 2006 e COSTA, 2002). O turismo desenvolvido em áreas naturais desde que minuciosamente planejado, monitorado e manejado, constitui-se numa poderosa ferramenta a favor da conservação ambiental, cultural e histórica, e da participação social aliada ao desenvolvimento econômico, o que vem ao encontro de uma prática verdadeiramente sustentável (RUSCHAMANN, 1997).

O meio ambiente e o turismo na natureza são interdependentes, uma vez que é nele que este segmento turístico encontra seus atrativos. O desenvolvimento dessa atividade gera impactos positivos e/ou negativos tanto para os recursos naturais quanto para si próprios de acordo com o seu planejamento e administração (WORLD TOURISM ORGANIZATION – WTO, 2001).

Assim, fazem-se necessários estudos que demonstrem o real potencial, viabilidade, permissão legal e demanda para a implementação do segmento de turismo na natureza no PESCAN. E ainda, pesquisas que analisem o atual modelo turístico/ambiental que vem sendo desenvolvido no PESCAN e seu entorno próximo, permitindo então uma análise da sustentabilidade na prática dessas atividades turísticas.

Nesse sentido, o problema deste estudo aparece com a seguinte interrogativa: “A atividade turística desenvolvida no PESCAN e em seu entorno é sustentável?” Para responder a essa pergunta, tem-se como objetivo geral: analisar o desenvolvimento das atividades turísticas dentro e no entorno do PESCAN; e os seguintes objetivos específicos:

- Identificar e analisar as tipologias turísticas do PESCAN e seu entorno;
- Identificar e inventariar as propriedades rurais que fazem divisas com o PESCAN no intuito de analisar as possíveis atividades turísticas e/ou detectar suas potencialidades;
- Verificar a sustentabilidade ambiental dessas atividades turísticas;
- Caracterizar o perfil do visitante do PESCAN;
- Verificar e analisar o potencial turístico do PESCAN e seu entorno dentro de uma proposta ambiental.

Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia utilizada envolveu pesquisas qualitativas e quantitativas por meio de consultas a fontes primárias, visitas *in loco* e aplicação de questionários.

Esta dissertação está organizada numa introdução (aqui apresentada) e três capítulos. O primeiro é composto pela fundamentação teórica com assuntos relativos à temática ambiental, bem como conceitos e abordagens de conservação, preservação, sustentabilidade, Unidades de Conservação – UC’s, Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, parques, Caldas Novas, Rio Quente, Parque Estadual da Serra de Caldas Novas – PESCAN, bem como o plano de manejo deste, segmento de turismo na natureza, tipologias de turismo de natureza, rural, de aventura e ecoturismo.

Já no segundo capítulo é apresentada a metodologia utilizada na realização da dissertação com a definição do universo e amostra da pesquisa, explicitando o estudo exploratório e a coleta de dados com os respectivos levantamentos de dados primários e o plano amostral e finalmente, o tratamento dos dados obtidos.

O terceiro capítulo por sua vez, traz os resultados e discussão da pesquisa relativos ao inventário do PESCAN no que diz respeito aos seus atrativos naturais e infra-estrutura, bem como a aplicação dos questionários.

Finalmente, apresentam-se as conclusões e sugestões elaboradas pensando no uso sustentável das atividades realizadas no PESCAN.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão apresentados os assuntos pertinentes ao tema da dissertação. Num primeiro momento será realizada uma breve revisão literária sobre a questão ambiental, posteriormente será feita uma rápida abordagem conceitual de conservação e preservação, logo após referenciar-se-á sobre o paradigma da sustentabilidade, a abordagem histórica das Unidades de Conservação, bem como do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e os parques como categorias de Unidades de Proteção Integral, os municípios de Caldas Novas e Rio Quente, o Parque Estadual da Serra de Caldas Novas - PESCAN e seu plano de manejo, o segmento de turismo na natureza, o turismo de natureza, rural, de aventura e o ecoturismo.

2.1 Meio ambiente, uma revisão literária

Levando-se em consideração que o objeto de estudo é uma Unidade de Conservação – UC e a sustentabilidade o fenômeno a ser verificado, faz-se necessário uma breve abordagem literária sobre as questões ambientais.

Após a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida no Brasil como Rio-92, a temática ambiental vem ganhando cada vez mais destaque nas discussões públicas, acadêmicas e empresariais.

Mesmo a temática ambiental sendo discutida globalmente por todas as nações do mundo e considerada um problema global; adquire espaço local, com ações também locais e como forma mitigadora de discussão dos efeitos maléficos oriundos do sistema produtivo. Várias são as ações, propostas, acordos e relatórios mundiais cuja temática baseia-se no meio ambiente, dentre eles: “Relatório *Brundtland*”, Agenda 21, Carta da Terra, Protocolo de Quioto, dentre outros.

Nesse sentido, no âmbito das negociações internacionais, Queiroz (2005, p. 2) diz que há uma crescente tendência em se tratar dessa temática ambiental “uma vez que ela repercute, cada vez mais, na formulação de políticas e regulamentações públicas, no comportamento das sociedades, nos padrões de consumo e produção e, conseqüentemente, na competitividade dos países”.

No Brasil, desde a época Imperial, incorporou-se à cultura a noção de que devastação da natureza e poluição são sinônimos de progresso e desenvolvimento. Assim, a utilização do meio ambiente foi marcada pela exploração predatória e desordenada. Somente na década de 30, com a criação dos Códigos das Águas e da Mineração, primeiro Código Florestal, a Proteção ao Patrimônio Histórico e o Código da Pesca é que o governo começa a controlar a utilização de alguns recursos naturais (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA, 2006).

Bastos e Freitas (2004) ao pesquisarem os agentes e processos de interferência, degradação e dano ambiental, afirmam que a relação homem e meio ambiente, seja ela harmônica ou não, provoca mudanças ambientais a níveis globais muito sérias. Ainda, Guerra; Silva e Dutra (1999), concluem que toda atividade humana é ambientalmente impactante. Sendo assim, Bastos e Freitas (2004) indicam que muitos dos danos ambientais atualmente presenciados são frutos da ocupação do solo de maneira incoseqüente e acelerada no último século e que, portanto, a política de preservação deve continuar como pauta de discussão de todos os segmentos da sociedade.

De modo geral, os problemas ambientais são tratados como fruto da ação devastadora do homem, na qual este é o único responsável pelas catástrofes ambientais não importando os precedentes que o levaram a atitudes impetuosas. Porém, há autores que entendem a ação humana como resultado de diversos condicionantes da sociedade nos quais o homem se reporta, ou seja: “O homem está na natureza. Ele é resultado da evolução biológica, da herança genética e dos condicionantes sociais, políticos e culturais do ambiente, que influenciam sua personalidade e se refletem nas suas ações” (CHIAVENATO, 2005, p. 10).

Por outro lado, “O homem, porém, não é um ser passivo. É ele quem faz a história. É, ao mesmo tempo, vítima e agente”. Conforme já afirmava o filósofo francês Rousseau, todo homem nasce “bom” mas é corrompido pela sociedade, explicando que da mesma forma que o homem se produziu biologicamente como criação da natureza, também foi produzido quando o desenvolvimento histórico estabeleceu normas políticas, morais e religiosas para justificar o domínio das elites (minorias) sobre a grande massa popular (maioria) (CHIAVENATO, 2005).

Contudo, há de se considerar que a preocupação ecológica ainda é incipiente. A esse respeito, teve-se na década de 1960 a criação do Clube de Roma que foi marcado por uma série de encontros de chefes de estado, economistas,

humanistas, industriais, banqueiros, líderes políticos, cientistas, dentre outros, com intuito de analisar a situação mundial e oferecer previsões e soluções para o futuro da humanidade (INSTITUTO BRASILEIRO DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E DIREITO AMBIENTAL, 2007).

A partir de então, busca-se cada vez mais aliar o crescimento mundial com o desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva, os conceitos de conservação e preservação biológica se fazem fundamentais para a compreensão da temática ambiental.

2.2 Abordagem conceitual de conservação e preservação biológica

O conceito de conservação é relativamente novo e muitas vezes utilizado sem levar em consideração os fatores sociais e ambientais, pensando apenas nos aspectos técnicos (DIEGUES, 2000), o que acaba por gerar conflitos e exclusões das populações locais.

A definição adotada internacionalmente é proposta pela WWF /IUNC (International Union for Conservation of Nature) quando do planejamento da Estratégia Mundial para a Conservação ocorrida em 1980, a qual diz: “Conservação é o manejo do uso humano de organismos e ecossistemas, com o fim de garantir a sustentabilidade desse uso. Além do uso sustentável, a conservação inclui proteção, manutenção, reabilitação, restauração e melhoramento de populações (naturais) e ecossistemas” (DIEGUES, 2000, p. 1). Assim, fica implícita nesse conceito a preocupação com a inclusão do uso humano e não apenas dos aspectos naturais por si só.

A conservação deve ser fundamentada sob três princípios: o uso dos recursos naturais pela população atual, a prevenção de desperdícios e o uso dos recursos naturais em favor da maioria da população; essas idéias foram precursoras do que hoje se define como desenvolvimento sustentável (DIEGUES, 2005).

Entretanto, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, que é o sistema brasileiro que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das áreas legalmente protegidas, define conservação como:

O manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases

sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (BRASIL. LEI N. 9.985 – SNUC, 2000, cap. I, art. 2º, inciso II).

Nessa definição, tem-se uma grande abrangência do conceito de conservação, pois além de incluir o ser humano, considera que a conservação deve ser feita em prol do desenvolvimento sustentável.

Assim, de acordo com os objetivos do presente trabalho o conceito de conservação adotado será o fornecido pelo SNUC.

Outro conceito comumente utilizado e de igual importância é o da preservação, o qual é freqüentemente confundido com conservação. Tal conceito aparece na literatura muitas vezes como uma forma radical de proteger a natureza e ao contrário da conservação não se prima o uso sustentável dos recursos naturais, pois a preservação se baseia no princípio do distanciamento entre homem e natureza.

O SNUC por sua vez, adota o seguinte conceito de preservação: “conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, *habitats* e ecossistema além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais” (BRASIL. LEI N. 9.985 – SNUC, 2000, cap. I, art. 2º, inciso V).

Já na abordagem de Raffestin (2000), os conceitos de preservação e conservação aparecem aliados ao de exploracionismo como os principais comportamentos em relação à mobilização dos recursos naturais. Para ele, o exploracionismo tem interesse na produção máxima sem preocupar com o esgotamento do recurso e a única regulação que admite é a do mercado. No lado oposto, está a preservação, a qual não se baseia numa perspectiva de crescimento, mas sim de estagnação, a informação reguladora é a dominante, assim “o meio é pouco tocado e os atores renunciam a um ganho elevado imediato”. A conservação aparece então como um comportamento intermediário onde se procura otimizar o presente e o futuro em detrimento das necessidades e objetivos atuais da coletividade.

Contudo, no que se refere à relação entre homem e meio ambiente, há autores como Guerra; Silva e Dutra (1999) que demonstram que essa relação não é feita somente de desastres, segundo esses autores há atividades produtivas cujos

impactos são relevantemente positivos, como a gestão responsável de Unidades de Conservação, o reflorestamento das áreas degradadas, a cultura de plantas e animais minimizando a coleta predatória, os “negócios verdes” como reciclagem, produtos biodegradáveis, serviços de recuperação e a gestão responsável do problema ambiental dentro das empresas.

Nesse sentido, alguns dos condicionantes sociais da questão ambiental se fazem presentes neste trabalho por entender que são elementos essenciais na discussão da problemática ambiental e devido o objeto de estudo do mesmo estar concentrado numa UC na qual o turismo é a atividade analisada, ou seja, uma atividade totalmente direcionada ao uso humano (ser social).

Além dos conceitos supracitados, entende-se que a sustentabilidade é um elemento chave da temática abordada. Levando-se em consideração a necessidade que o planeta enfrenta de promover um desenvolvimento de maneira respeitável quanto a seus recursos naturais, cultura, economia e sociedade, levantar-se-á uma breve discussão sobre o referido desenvolvimento sustentável.

2.3 Novo paradigma do desenvolvimento sustentável frente à temática ambiental¹

A definição de desenvolvimento sustentável originou-se a partir do debate sobre o meio ambiente em Estocolmo, porém, foi consolidado no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, com a ECO 92. O conceito adotado internacionalmente foi o da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, descrito no Relatório “*Our Common Future*” (Nosso Futuro Comum), conhecido como “Relatório de *Brundtland*” o qual diz: “desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 46).

De acordo com Lima (2003), o discurso adotado pela Comissão *Brundtland* sobre o desenvolvimento sustentável foi em grande parte apoiado nos trabalhos de Ignacy Sachs, o qual formulou uma noção de Ecodesenvolvimento, propondo uma

¹ Este subitem é parte do artigo publicado: MENDES, Paula Cândida Barbosa; ROCHA, Cleonice e PIETRAFESA, José Paulo. **Multitemas**: periódico das comunidades departamentais da UCDB. n. 34. Editora: UCDB, Campo Grande – MS, Brasil, 2006.

estratégia multidimensional e alternativa de desenvolvimento que articula a promoção econômica, preservação ambiental e participação social, dando atenção especial aos meios de superar a marginalização e a dependência política, cultural e tecnológica das populações envolvidas nos processos de mudança social. Embora apoiada em trabalhos de Sachs, a Comissão Brundtland chegou a um resultado conceitual diferente do adotado por esse autor ao ressaltar uma ênfase econômica e tecnológica, além de uma tônica conciliadora que tende a despolitizar a proposta de Sachs.

A atual crise desenvolvimentista, presenciada há anos, é origem de um modelo perverso e sem planejamento no qual o capitalismo (liberalização total dos mercados) tem ditado as regras e o que se procura atingir é a maximização dos lucros não importando os prejuízos ambientais, sociais ou culturais oriundos desse sistema.

Nesse sentido, Boff (2004) alerta para uma mudança de paradigma no que se refere ao desenvolvimento, pois segundo ele o que está errado é o processo de desenvolvimento e para isso sugere uma revolução, não no sentido da violência, mas de uma transformação capaz de reestruturar a vida de um país no qual as aspirações da grande massa de sua população não são devidamente atendidas. Ainda, esse mesmo autor, diz que para que o desenvolvimento possa ser realmente considerado sustentável é necessária uma superação histórica do capitalismo.

Para Barreto e Guimarães (2003, p. 10), “a ordem na qual a sociedade está organizada sobrepõe a racionalidade econômica a qualquer outra”, sendo assim, “a organização social baseada no capitalismo torna o desenvolvimento sustentável uma utopia social”. Os autores acima mencionados reconhecem que há conferências e debates acerca do desenvolvimento sustentável, porém as políticas estabelecidas nesses eventos somente são aceitas “se não prejudicarem o crescimento constante da economia”, assim, conclui dizendo que deveria haver também um debate sobre o “sistema socioeconômico operante, o capitalismo, que é a causa principal da degradação ambiental”.

Na atual lógica hegemônica, o crescimento econômico é um dos principais objetivos colocados aos países em desenvolvimento e provoca uma busca incessante por produtividade a qualquer preço, causando danos muitas vezes irreversíveis ao meio ambiente e a exclusão social. Para tanto, tem-se investido cada vez mais em

tecnologia, muitas vezes um processo de alto custo monetário e que acaba por gerar problemas sociais e ambientais.

Países em desenvolvimento, inclusive o Brasil, devido à incapacidade financeira de pequenos empresários (rurais ou urbanos) esse processo (tecnológico) tem causado um forte e intenso desequilíbrio social, pois os atores mencionados anteriormente, não conseguem fazer uso da tecnologia, o que não permite a competição por produção.

Sendo assim, o grande desafio é crescer sob os preceitos do desenvolvimento sustentável independentemente do sistema econômico operante. A opção por incluir o aspecto ecológico nas atuais decisões políticas e econômicas é hoje mais que uma aspiração, é uma necessidade biológica (GUIMARÃES, 2001).

O desenvolvimento sustentável que se pretende atingir possui diversos conceitos e para alguns autores como Boff (2004), é contraditório, uma vez que desenvolvimento provém da área da economia e obedece à lógica férrea da maximização dos lucros e produtividade com a minimização dos custos e do tempo empregado. Enquanto a lógica da sustentabilidade provém do âmbito da biologia e da ecologia, sinaliza a tendência do equilíbrio dinâmico e se enfatiza as interdependências de todos, garantindo a inclusão de cada ser.

Todavia, desenvolvimento e sustentabilidade na opinião de outros pesquisadores são compatíveis, como por exemplo:

Desenvolvimento sustentável é uma estratégia de desenvolvimento que administra todos os ativos, os recursos naturais e os recursos humanos assim como os ativos financeiros e físicos de forma compatível com o crescimento da riqueza e do bem-estar em longo prazo. O desenvolvimento sustentável, como um ideal, rejeita políticas e práticas que dêem suporte aos padrões de vida correntes à custa da deterioração da base produtiva, inclusive a de recursos naturais, e que diminuam as possibilidades de sobrevivência das gerações futuras (REPETTO, 1986 apud MAROUELI, 2003, p. 2).

O desenvolvimento sustentável pretende combater a miséria humana sem repudiar a natureza ou desconsiderar as especificidades locais. Introduce o objetivo global de um crescimento econômico e social duradouro, pensando com equidade e certeza científica, e que não dilapide o patrimônio natural das nações ou perturbe desastrosamente os equilíbrios ecológicos (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES

UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - AGENDA 21, 1996, p. 5).

O desenvolvimento sustentável revela uma hábil operação político-normativa e diplomática, empenhada em sanar um conjunto de contradições expostas e não respondidas pelos modelos anteriores de desenvolvimento (LIMA, 2003, p. 103).

E ainda, para Guimarães (2001) a sustentabilidade de uma comunidade depende das inter-relações entre:

- População: (tamanho, composição e dinâmica demográfica);
- Organização social: (padrões de produção e de resolução de conflitos, e estratificação social);
- Entorno: (ambiente físico e construído, processos ambientais, recursos naturais);
- Tecnologia (inovação, progresso técnico, uso de energia);
- Aspirações sociais (padrões de consumo, valores, cultura).

Contudo, falar em desenvolvimento sustentável

[...] significa advogar um novo estilo de desenvolvimento que seja *ambientalmente* sustentável no acesso e no uso dos recursos naturais e na preservação da biodiversidade; *socialmente* sustentável na redução da pobreza e das desigualdades sociais e promotor da justiça e da equidade; *culturalmente* sustentável na conservação do sistema de valores, práticas e símbolos de identidade que, apesar de sua evolução e sua reatualização permanentes, determinam a integração nacional através dos tempos; *politicamente* sustentável ao aprofundar a democracia e garantir o acesso e a participação de todos nas decisões de ordem pública (GUIMARÃES, 2001, p. 55).

Sendo assim, acredita-se que é necessário acrescentar a sustentabilidade econômica, uma vez que é essa que propiciará renda e viabilidade financeira a esse “novo desenvolvimento”.

Entretanto, não se pode negar que ações vêm sendo realizadas em prol da conservação e/ou preservação ambiental que na concepção de Gibbs (2005), a criação de mercados de meio ambiente como os créditos de biodiversidade, créditos de compensação de dióxido de carbono (CO₂), [sic] eletricidade renovável, corte de madeira sustentado e os créditos de água, entre outros que vêm sendo criados pelo mercado mundial, são mercados “que apostam no poder de competição e egoísmo da

humanidade... É cedo demais para julgar se o novo sistema de comércio ambiental será bem-sucedido” (GIBBS, 2005, p. 106).

O momento é de caos, pois está em curso uma crise multidimensional (ambiental, social e econômica), complexa e generalizada nas ciências e em todas as áreas do conhecimento e da realidade, a esse exemplo, têm-se as taxas elevadas de inflação e desemprego, crise energética, crise na assistência à saúde, poluição, homicídios, roubos entre outros acontecimentos recentes (CAPRA, 1995).

Essa crise decorrente do modelo de desenvolvimento que o mundo vem enfrentando reforça a idéia da necessidade de transformação desse modelo. Nesse contexto, a AGENDA 21 é mencionada hoje como um texto que constitui o principal referencial internacional no que se refere ao desenvolvimento sustentável. É resultado da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Trata-se do mais extenso e detalhado documento consensual que a Comunidade Internacional adotou para fazer face ao intenso dilema da relação entre homem e natureza, sua principal fundamentação é referente ao próprio conceito de desenvolvimento sustentável. Além do mais, é um instrumento de planejamento de programas que visam a sustentabilidade, pode ser pautado em nível global, nacional e local, serve como referencial teórico orientador para governos e sociedades que buscam um desenvolvimento mais justo para todos os envolvidos no processo (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - AGENDA 21, 1996; VIEIRA e JÚNIOR, 2003).

É importante salientar que para converter o atual modelo de desenvolvimento insustentável para um modelo sustentável, é necessário que se quebre paradigmas antes estabelecidos e crie um novo

[...] apto a inserir o ser humano no centro do processo de desenvolvimento, considerar o crescimento um meio, e não um fim, proteger as oportunidades de vida das gerações atuais e futuras e, por conseguinte, respeitar a integridade dos sistemas naturais que permitem a existência de vida no planeta (GUIMARÃES, 2001, p.48).

O que se pretende nessas breves reflexões não é iludir ou sonhar com uma transformação social, política, cultural, ecológica e econômica desejada pela grande maioria das pessoas, mas sim, demonstrar a urgente necessidade de mudança no modo de produzir, comercializar e organizar a economia. A partir desse processo é

possível agir e pensar na construção de um futuro que atenda aos requisitos do conceito de sustentabilidade. A esse respeito, Musser (2005) diz que o futuro da população mundial depende das ações humanas nas próximas décadas as quais podem levar “a sustentabilidade ambiental, ou entrar em colapso”.

A discussão referente às questões ambientais por parte de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento é um aliado que vem contribuindo cada vez mais para a ruptura de paradigmas em relação a certos conceitos das “ciência naturais”, uma vez que proporciona uma visão holística do tema e novos conceitos e ênfases são adotadas. A inclusão de novos cientistas nessa área deve ser vista como fundamental levando-se em consideração a interdisciplinaridade que o tema exige para melhor abordá-lo e compreendê-lo.

Retomando então a temática ambiental, no intuito de aperfeiçoar a gestão dos recursos naturais, sua conservação e preservação, defende-se a junção dos vários conhecimentos científicos aos conhecimentos tradicionais, cada qual contribuindo com suas especificidades onde a ciência participa efetivamente com informações técnicas, informatizadas, uso de banco de dados, práticas taxonômicas, dentre outros; e as populações locais contribuem com seus conhecimentos adquiridos ao longo dos anos, fruto de práticas de diversas gerações e suas observações.

Nesse “novo modelo” de conservação, acumulam-se experiências e conhecimentos no qual todos participam verdadeiramente no planejamento, gestão, monitoramento e poder de decisão referente aos recursos naturais. Contribuindo assim, para a conquista de um desenvolvimento sustentável nas “áreas naturais”.

Dentro dessa temática ambiental, há na adoção de Unidades de Conservação - UC's uma estratégia de conservação dos recursos naturais. Levando-se em consideração que o objeto de estudo é uma UC, Parque Estadual da Serra de Caldas Novas, e a importância e influência que essas exercem sobre a manutenção da biodiversidade, o próximo item destina-se as questões relativas às mesmas.

2.4 Abordagem histórica das Unidades de Conservação

A criação de parques e reservas é um dos principais exemplos de estratégias de conservação utilizadas no mundo. Esse modelo de conservação adotado foi criado nos Estados Unidos - EUA durante o século XIX. A proteção do mundo selvagem (*wilderness*) ameaçado de extinção foi a principal motivação para a

criação dessas áreas. Para Terborgh (2003) essas estratégias de conservação foram baseadas em aspectos religiosos, cerimoniais e cênicos.

Muitos conservacionistas e preservacionistas, especialmente do hemisfério Norte, entendem que as “questões naturais” exigem soluções aplicáveis em todo o mundo, com isso, essas soluções universais e “mágicas” partem do princípio que a relação existente entre as “diversas sociedades e o mundo natural” são iguais, fator esse que demonstra com evidência o insucesso de tais propostas. Um exemplo clássico de insucesso é a criação de parques ou reservas naturais desabitadas que ainda hoje são impostas em diversos países do mundo onde as sociedades possuem características sociais e ecológicas diferentes das dos EUA (DIEGUES, 2000).

Inicialmente, os parques nos EUA valorizavam mais as questões culturais do que ecológicas, sua implantação se deu primeiramente nas montanhas abarcando posteriormente os *canyons* e desertos. A idéia de parques nacionais em áreas dotadas de importantes recursos naturais só adquiriu forças com o passar dos anos (RUNTE, 2003).

Ainda hoje, essa estratégia conservacionista tem sido amplamente utilizada no Brasil e tende a aumentar com as propostas de criação de novas UC's (BRANDON et al, 2005). Há casos em que a criação dessas vem gerando diversos conflitos sociais e culturais, principalmente nos países em desenvolvimento, uma vez que nem todas UC's permitem a ocupação humana desapropriando áreas antes habitadas por comunidades tradicionais, as quais muitas vezes adotam medidas de conservação mais eficientes do que as propostas pelas UC, ou seja, pelas áreas legalmente protegidas (PRIMACK e RODRIGUES, 2005).

A esse respeito, Ferreira (2004) afirma que a posição que defende a insustentabilidade desse modelo que exclui as populações locais foi hegemônica no debate internacional por quase duas décadas. Durante esse período, nenhuma entidade ambientalista ou instituição financeira internacional autorizava a criação de UC's que utilizavam meios que expulsavam as populações das referidas áreas.

Assim, desde o início, a criação dos parques norte-americanos sofreu severas críticas por parte de pensadores preocupados com o aspecto social e principalmente pelas populações tradicionais que foram “expulsas” de seu habitat. Nesse sentido, com a determinação de separação entre homem e natureza, vários foram os conflitos traçados entre os “administradores” dos parques e suas populações tradicionais. Autores como Diegues (2000) exemplificam esses conflitos

com o caso de Yellowstone, onde ocorreu um conflito sangrento para a retirada da população indígena, os shoshones, no qual um grande número dessa comunidade indígena morreu e anos mais tarde a administração do Parque foi concedida ao exército norte-americano.

Um outro exemplo, de menor impacto, é abordado por Ferreira et al. (2001) ao demonstrar os conflitos sociais entre moradores, instituições e ONG's no Vale do Ribeira e Litoral Sul em São Paulo.

Atualmente, esta idéia de antagonismo entre população humana e natureza tem respaldo legal na legislação, na qual certas categorias de UC (como das Unidades de Proteção Integral) defendem a “antiga noção” de que o homem é somente um visitante e não residente.

Nesse sentido, Pimbert e Pretty (2000, p. 184) concluem que a degradação ambiental “se torna mais provável quando as comunidades locais são excluídas”. De acordo com Colchester (2000, p. 232 e 234) “os povos nativos ficam indignados precisamente pelo fato de suas terras não terem sido degradadas pelo manejo tradicional de que dispõem e agora serem cobiçadas pelos conservacionistas que querem limitar suas atividades ou expulsá-los de suas terras”. Essa problemática referente às expulsões das comunidades locais vai além quando se trata do reassentamento dessa população, pois “não somente se cria uma situação difícil para o funcionamento da própria área protegida, como também desorganiza os habitats para onde as populações locais foram transferidas”.

Um outro aspecto importante em relação às áreas terrestres protegidas refere-se à importância da extensão da área versus a diversidade biológica daquela. Há casos em que uma UC pequena abrange um número maior de espécies e, muitas vezes espécies endêmicas, quando comparada a uma área extensa, a qual muitas vezes possui pouca diversidade biológica ou pouco número de espécies. Defende-se a relevância da extensão das áreas protegidas para que a preservação das espécies seja real. Os conservacionistas devem se preocupar fundamentalmente com o que precisa ser protegido, onde e como deve ser protegido.

Define-se para tanto, três critérios a serem utilizados para estabelecer as prioridades de conservação, são eles; a diferenciação: dar-se-á maior ênfase de conservação para comunidades biológica compostas basicamente por espécies endêmicas do que por espécies pandêmicas; o perigo: as espécies ameaçadas de extinção preocupam mais do que as que não se encontram neste processo; e

utilidade: espécies que possuem valor atual ou em potencial têm mais importância para a conservação do que espécies que não têm uso evidente para o ser humano (PRIMACK e RODRIGUES, 2005).

Os parques pequenos que abarcam regiões de endemismo concentrado possuem um importante papel biológico. Esses, quando localizados próximos a grandes centros urbanos servem ao propósito educativo. Nesse sentido, Terborgh (2003) sugere que cerca de metade dos habitats naturais do mundo, independentemente de seu tamanho, sejam protegidos para garantirem a manutenção da vida, pois o autor em suas pesquisas diz comprovar cientificamente que o fato de proteger legalmente uma área não é garantia de proteção das suas espécies e que a criação de áreas legalmente protegidas sem a incorporação de critérios científicos para a preservação de sua biodiversidade, irá condená-las ao insucesso em longo prazo.

A proteção da biodiversidade como objetivo principal das estratégias conservacionistas é ameaçada quando esta depende exclusivamente de parques e reservas

[...] onde as espécies e comunidades dentro dos parques são rigorosamente protegidas enquanto que aquelas que estão fora podem ser livremente exploradas. Se as áreas que cercam os Parques forem degradadas, de qualquer forma, a diversidade biológica dentro dos parques diminuirá também, sendo séria a perda de espécies nos parques pequenos. Este declínio ocorrerá porque muitas espécies devem migrar para além das fronteiras das Unidades de Conservação a fim de ter acesso a recursos que o Parque por si só não pode oferecer. Além disso, o número de indivíduos de qualquer espécie que vive dentro das fronteiras de um Parque pode ser menor que o tamanho mínimo viável de uma população (PRIMACK e RODRIGUES, 2005, p. 244-245).

Nesse sentido, as zonas de amortecimento² e os corredores ecológicos³ desempenham um papel fundamental para que as espécies e áreas protegidas sejam verdadeiramente conservadas e/ou preservadas.

² Zona de amortecimento é o entorno de uma Unidade de Conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (BRASIL. Lei n. 9.985 – SNUC, 2000).

³ Corredores ecológicos são porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais (BRASIL. Lei n. 9.985 – SNUC, 2000).

Contudo, há autores que defendem veemente a criação de UC's. Brito e Câmara (1998, p. 35), por exemplo, dizem que as “amostras representativas dos ecossistemas naturais brasileiros estão resguardadas graças às UC's de Proteção Integral” e que nas áreas naturais desprotegidas pelo Poder Público, os ecossistemas vêm sendo maciçamente alterados, deteriorados com o uso e ocupação inadequados dos solos, poluição e alterações dos sistemas naturais e desmatamentos e queimadas da vegetação. Nesse sentido, os autores vêem nas UC's a solução da problemática referente à degradação ecológica no país.

Já para Terborgh e Schaik (2002) a criação de parques representa um bom começo para a proteção da biodiversidade, mas a quantidade de áreas destinadas aos mesmos ainda é muito pequena e a conservação da biodiversidade como objetivo dessas áreas está longe de ser atingido. Os autores complementam que a conservação da biodiversidade enfrenta dois grandes desafios: o primeiro refere-se à destinação de mais áreas para a proteção da biodiversidade e segundo a necessidade das terras dedicadas à conservação da biodiversidade ser adequadamente protegidas de uma série de forças destrutivas, muitas ilegais, mas algumas legais.

Seguindo esta linha de pensadores favoráveis ao modelo conservacionista, Runte (2003) declara que a principal causa às oposições contra esse modelo é a não aceitação da gestão norte-americana dos mesmos, o que por sua vez, gera o questionamento dos benefícios dessas áreas protegidas. O autor complementa então que “até o momento, todo nosso aprendizado conservacionista é fruto de tentativa e erro”. Nesse sentido, defende os parques como uma adaptação e não uma solução perfeita. Para tanto, o autor coloca em discussão se os índios fariam um trabalho melhor em prol da conservação do que o governo norte-americano, e como conclusão, defende a idéia de que apenas o governo pode preservar a natureza afirmando que “o poder público é a única garantia de permanência, a melhor esperança de que uma paisagem, uma vez mantida, não tenha que sofrer todo o processo para ser preservada novamente”. Para dar sustentação a essa conclusão, argumenta que o setor privado, em detrimento do público, por mais que esteja dotado de boas intenções, acaba por privar o lado do dinheiro em oposição ao bem coletivo (RUNTE, 2003).

No Brasil, as primeiras iniciativas em relação à conservação dos recursos naturais datam do Período Colonial com as preocupações de Maurício de Nassau em

relação às florestas do Nordeste. A primeira medida efetiva de proteção ambiental foi em 1876 quando o Engenheiro André Rebouças propôs a criação de dois parques no país: Parque Nacional da Ilha do Bananal e Parque Nacional das Sete Quedas do Rio Paraná; propostas essas que não foram concretizadas na época. Assim, a primeira iniciativa efetiva se deu em 1937 com o governo de Getúlio Vargas o qual criou o primeiro parque nacional brasileiro: Parque Nacional do Itatiaia; na cidade de Itatiaia no Estado do Rio de Janeiro (HASSLER, 2005).

Contudo, essas iniciativas brasileiras foram marcadas com a intenção de proteção das paisagens tidas como extraordinárias. A conscientização da necessidade de proteção foi incipiente até a primeira metade do século XX. Apenas nos últimos 30 anos é que o Brasil tem experimentado um avanço significativo nas ações conservacionistas. Hodiernamente, o Brasil é considerado um líder mundial em conservação da biodiversidade devido seu crescente quadro de profissionais da conservação (MITTERMEIER, et al. 2005). Embora, atitudes práticas ainda devem ser tomadas a fim de viabilizar e concretizar a conservação de ambientes naturais no país.

A diversidade biológica brasileira e sua importância para o equilíbrio do planeta soblevam as ações ambientalistas e suas correlações com as políticas públicas. Um dos principais instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente são as UC's (BRITO e CÂMARA, 1998).

Assim, do exposto acima, considerando a atual notória preocupação em ações que beneficiem a proteção da natureza, mesmo com tantas opiniões divergentes em relação à criação de áreas protegidas, o presente trabalho defende a idéia de que a criação dessas representa um ponto de partida em favor da conservação da biodiversidade e entende-se que a atual situação em que se encontram as referidas áreas está longe de garantir a conservação dos recursos naturais, bem como sua biodiversidade.

Não obstante, Fonseca; Pinto e Rylands (1997) afirmam que além das vantagens na criação de áreas naturais protegidas aqui expostas (manutenção de amostras representativas de ambientes naturais, da diversidade de espécies e de suas variações genéticas), há de se considerar a grande oportunidade que essas propiciam para a pesquisa científica, educação ambiental e turismo.

O surgimento dessas áreas naturais protegidas no Brasil levou a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação com a finalidade de controlá-las e regularizá-las.

2.5 O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC

A Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação o qual estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação – UC's.

Segundo Moreira (2000) esse Sistema é um dos principais instrumentos de conservação da biodiversidade e apresenta diversificadas categorias de manejo.

O SNUC (BRASIL. LEI N. 9.985 – SNUC, 2000, cap. I, art. 2º, inciso I) define UC como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Esse Sistema é composto pelo conjunto de UC's federais, estaduais e municipais, dentre seus objetivos estão: a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos, proteção das espécies raras, preservação e restauração da diversidade de ecossistemas naturais, promoção do desenvolvimento sustentável, utilização dos princípios e práticas de conservação, proteção de paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica, assim como de características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural, proteção e recuperação de recursos hídricos, recuperação ou restauração de ecossistemas degradados, pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental, valorização econômica e social da diversidade biológica, educação e interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico (ecoturismo).

As UC's estão divididas em dois grandes grupos: as Unidades de Uso Sustentável e as Unidades de Proteção Integral. Como o próprio nome sugere, o objetivo das Unidades de Uso Sustentável se resume na compatibilização da conservação da natureza com o uso sustentável de parte de seus recursos naturais. Esse grupo compõe as seguintes categorias de UC: Área de Proteção Ambiental,

Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Já o objetivo das Unidades de Proteção Integral é a preservação da natureza, assim admiti-se apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, essas unidades são compostas por cinco categorias de UC, são elas: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre.

Ao analisar o processo evolutivo da criação de áreas protegidas, concorda-se com Belisário (2005b) ao afirmar que dentre as categorias de UC uma das mais conhecidas pelo público leigo é o parque.

Levando-se em consideração que a UC criada na Serra de Caldas Novas é um parque, no subitem a seguir será feita uma abordagem sobre este tema.

2.6 Parques como categoria de Unidades de Proteção Integral

Os parques quando criados pelo governo federal, estadual ou municipal, são denominados respectivamente, Parque Nacional, Parque Estadual e Parque Natural Municipal. Todos eles enquadram-se em categorias de Unidades de Conservação que estão inseridas no grupo de Unidades de Proteção Integral. Seu objetivo se pauta na preservação de ecossistemas naturais de considerável relevância ecológica e beleza cênica. Possibilita a realização de pesquisas científicas, a educação e interpretação ambiental, a recreação e o turismo ecológico. É de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seu limite serão desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei (BRASIL. LEI N. 9.985 – SNUC, 2000).

A visitação pública e a pesquisa científica estão sujeitas às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo ⁴ da unidade, pelo órgão responsável por sua administração e aquelas previstas em regulamento, sendo que esta última depende da autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade.

⁴ Plano de Manejo é um “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade” (BRASIL. LEI N. 9.985 – SNUC, 2000, cap. I, art. 2º, inciso XVII).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA (2007), 7,23% do continente brasileiro estão ocupados por UC's, sendo que 2% desse total estão representados pelos Parques Nacionais.

No Estado de Goiás, há um total de 54 UC's. Dentre essas, 27 são parques distribuídos da seguinte maneira: 2 Parques Nacionais, 9 Parques Estaduais e 16 Parques Municipais (GOIÁS, 2007b).

Dentre os Parques Estaduais destaca-se o Parque Estadual da Serra de Caldas Novas – PESCAN por estar inserido nos municípios de Caldas Novas e Rio Quente reconhecidos internacionalmente como regiões de águas termais.

2.7 Caldas Novas e Rio Quente

O município de Caldas Novas (figura 1) criado pela Lei n. 393 de 05 de julho de 1911, distante 165 km de Goiânia, está localizado na microrregião do Meia Ponte. Seus municípios limítrofes são Corumbáiba, Ipameri, Marzagão, Morrinhos, Piracanjuba, Pires do Rio, Rio Quente e Santa Cruz de Goiás. De acordo com o último censo (IBGE, 2007), conta com uma população de 68.508 habitantes. Suas principais ocorrências minerais estão representadas pelas águas termais, calcário, manganês e titânio.

Já Rio Quente (figura 1), criado pela Lei 10.508 de 11 de maio de 1988, distante 176 km de Goiânia, localizado na mesma microrregião de Caldas Novas, conta com uma população bastante inferior, apenas 3.028 habitantes (IBGE, 2007). Seus municípios limítrofes são Água Limpa, Caldas Novas, Marzagão e Morrinhos. Suas ocorrências minerais se resumem nas águas termais.

No que se refere ao aspecto socioeconômico dos municípios tem-se em Caldas Novas um maior destaque nas atividades do setor primário com a agricultura direcionada para a produção de grãos e a pecuária na criação de bovinos. Dispõe de uma central de industrialização e de um distrito agro-industrial. O turismo e o mercado imobiliário têm crescido consideravelmente nas duas últimas décadas, respondendo por um processo de urbanização intenso.

O município de Rio Quente, por sua vez, é semelhante ao de Caldas Novas quanto à importância dada ao setor primário da economia, porém sua produtividade e a extensão das áreas destinadas ao cultivo e aos rebanhos de bovinos são bastante inferiores.

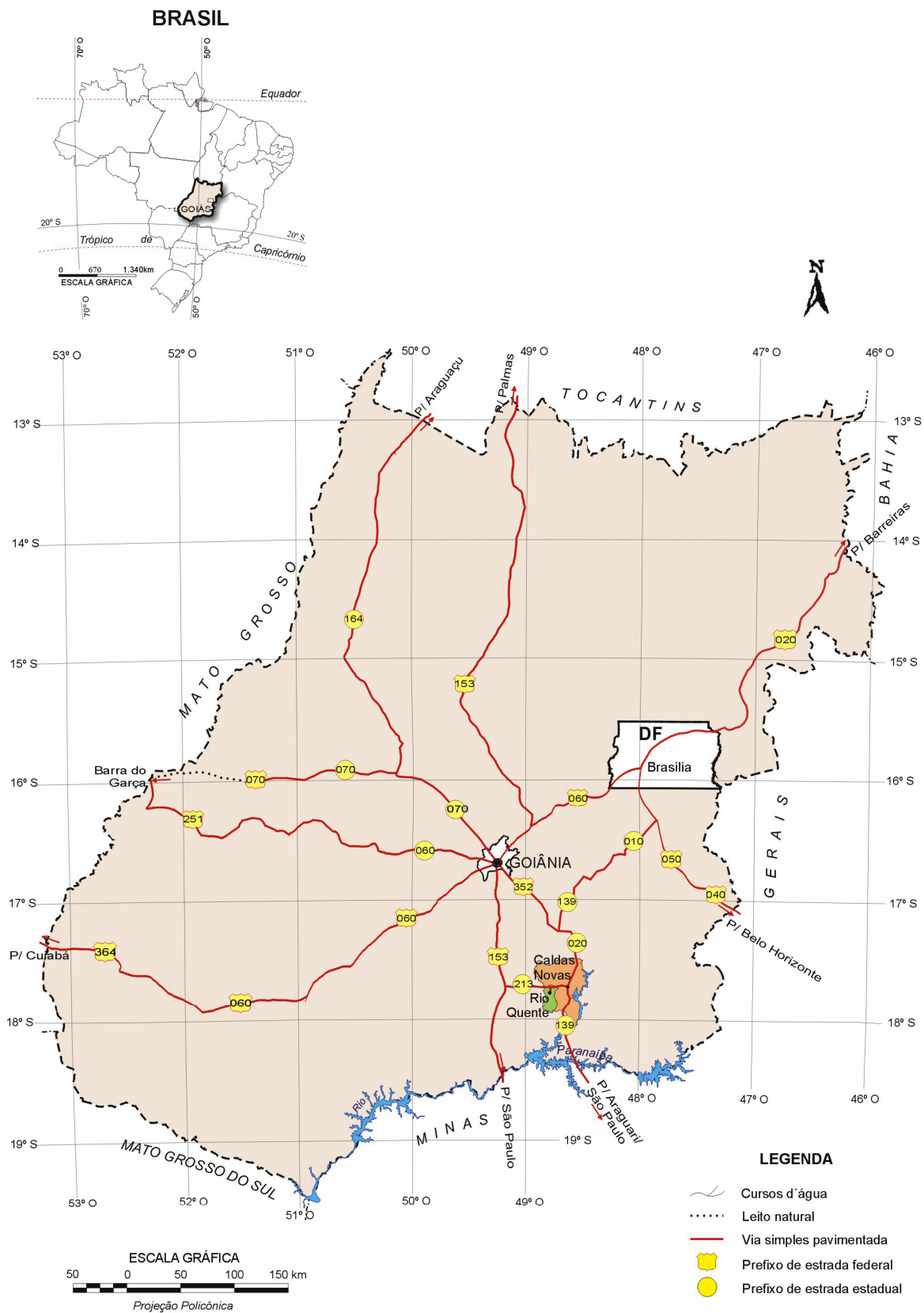


Figura 1 - Mapa de localização dos municípios de Caldas Novas e Rio Quente (DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - GO. MAPA RODOVIÁRIO ESTADUAL, ESCALA 1:1.000.000, 1999. Cartografia: CLAUDIA A. B. FONSECA).

A esse respeito, a Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN de Goiás (GOIÁS, 2007a) afirma que juntos os municípios de Caldas Novas e Rio Quente formam o maior complexo hidrotermal do planeta, fator esse, que proporcionou a Caldas Novas um desenvolvimento surpreendente devido ao turismo, sua maior vocação econômica. Por sua vez, outros setores produtivos se fortalecem na região como o comércio com aproximadamente mil estabelecimentos, a indústria com cerca de 125 empresas, o setor de construção civil com crescimento acelerado devido ao crescente lançamento de novos empreendimentos e a agropecuária que também tem proporcionado bons resultados.

Sobre a atividade turística em ambos os municípios, Belisário (2006) aponta o surgimento de uma fronteira atípica para o Estado de Goiás: fronteira turística, a qual extrapola o padrão da dualidade agropecuária/mineração presente na região.

A descoberta oficial das fontes termais formadoras do Rio Quente data de 1722, por Bartolomeu Bueno da Silva ao desviar do caminho trilhado por seu pai, o Anhanguera. Os comentários sobre os poderes curativos das águas quentes se espalharam rapidamente fazendo com que portadores de doenças de lepra, dentre outras doenças de pele, passassem a procurar Caldas.

A cidade se desenvolveu lentamente com bases econômicas direcionadas à agricultura e graças a crescente demanda pelos banhos quentes, onde as pessoas se acomodavam em pequenas pensões. Esse crescimento em ritmo lento vai até meados da década de 1960, pois a partir desse período, com a construção de Brasília, o Centro-Oeste como um todo é impulsionado economicamente pela abertura de estradas e introdução de tecnologias agrícolas direcionadas para o Cerrado, dentre outros. O município de Caldas Novas tendo como “carro-chefe” o turismo das águas quentes, a partir dessa época tem seu crescimento acelerado atingindo média populacional acima da média de crescimento do país. Esse crescimento trouxe vários problemas ambientais como desmatamento, queimadas e erosão, resultando na perda da camada fértil dos solos e contaminação da água dos rios por agrotóxicos (ALBUQUERQUE, 1996).

O mesmo autor em uma obra posterior (ALBUQUERQUE, 1998) complementa que a partir de 1985 a explosão imobiliária ocorrida em Caldas Novas se deu por pessoas que dispunham de certa quantidade de capital onde vislumbraram na cidade uma excelente opção para investimentos. Passou-se então a

investir na compra e construção de imóveis, sendo possível comprar títulos de clubes com pagamento parcelado e sem correção monetária, fatores esses, que ocasionaram um salto considerável para o desenvolvimento do turismo na cidade.

Com todo crescimento e massificação do turismo na região, os aspectos terapêuticos, fator primário de desenvolvimento local, foram substituídos pelos recreativos, ocorrendo então a inversão de centros de tratamento de saúde pela construção de grandes complexos hoteleiros (BRENNER, 2005).

Ao analisar a dinâmica intra-urbana de Caldas Novas identifica-se que a verticalização decorrente do desenvolvimento turístico desse município é responsável por um dos principais problemas lá presentes atualmente: a exploração do solo urbano. O aumento populacional aliado à produção excessiva de resíduos sólidos e líquidos é um problema para a população, turistas e principalmente para a natureza, a mais prejudicada com a intensa utilização dos recursos naturais e descarte de materiais. Um outro fator preocupante está nos espaços criados para atração dos turistas, os quais marcam o ambiente e as principais paisagens de Caldas Novas: piscinas cascalhadas, duchas naturais e cascatas. Esses por sua vez, fazem com que os turistas se envolvam de tal forma com esse ambiente artificial que acabam não percebendo os danos ocasionados pela exploração desenfreada da natureza (PAULO, 2005).

Brenner (2005) complementa que esses danos ambientais vivenciados na região variam desde o desaparecimento de espaços verdes e a degradação das áreas naturais até a contaminação, devido à insuficiência de rede básica de saneamento.

Todos os problemas que a região das águas termais vinha enfrentando levaram a uma marcante preocupação de ambientalistas com a situação. A pressão por parte desses frente aos órgãos governamentais foi tamanha que resultou na criação do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas – PESCAN em 1970. Pois se fazia necessário regular e gerir os recursos naturais que proporcionavam e, ainda proporcionam, a grande fonte de renda econômica de ambas as cidades: as águas termais.

A oficialização do PESCAN proporcionou aos municípios de Caldas Novas e Rio Quente ganhar um novo foco de pesquisas além do turismo de massa⁵ e termal⁶ presentes nesses municípios.

O parque passou então a se tornar objeto de estudos de pesquisadores e instituições do mundo inteiro nas mais diversas áreas do conhecimento (turismo na natureza, biologia, engenharia, zootecnia, agronomia, química, geografia, geologia...), com abordagens diversificadas devido é claro, ao seu grande atrativo natural: as águas termais.

Contudo, é importante ressaltar que muitas pesquisas lá realizadas não fazem referência ou têm o foco nas águas termais, pois o Parque se tornou tão conhecido e importante do ponto de vista científico que atrai pesquisas com os mais diversificados objetos e áreas de estudo. A esse exemplo, têm-se os cursos de campo que acontecem em parceria entre os Programas de Pós-Graduação em Ecologia da Universidade de Brasília e da Universidade Federal de Uberlândia e em diversos artigos científicos publicados por Belisário (2005a e 2007); Silva et al (2002); Siqueira (2006), entre outros.

2.8 Parque Estadual da Serra de Caldas Novas - PESCAN

O Parque Estadual da Serra de Caldas Novas – PESCAN (figura 2) foi criado pela Lei n. 7.282 de 25 de setembro de 1970. O Parque abrange uma área de 125km². Possui formato de elipse com eixos de 15 e 9km e de acordo com o Plano de Manejo da Unidade de Conservação (ALMEIDA e SARMENTO, s.d) constitui na principal área de recarga dos aquíferos termais da região.

O PESCAN pode vir a ser um significativo potencial turístico de Caldas Novas e Rio Quente além das águas termais. Seus recursos naturais como fauna, flora e cachoeiras são atrativos que demonstram esse potencial. A esse respeito, o Plano de Manejo da Unidade de Conservação “tem” no turismo planejado uma alternativa para manutenção do Parque fomentando o turismo na natureza.

⁵ O turismo de massa tem a característica de contemplar um número elevado de pessoas viajando para um mesmo destino e geralmente nas mesmas épocas do ano, constituindo assim, num dos grandes agressores dos recursos naturais (DIAS, 2003).

⁶ “O turismo de águas termais é praticado por pessoas que buscam as estâncias hidrominerais para tratamento de saúde ou simples recreação. Está restrito aos locais onde existem as águas termais” (OLIVEIRA, 2002, p.82).

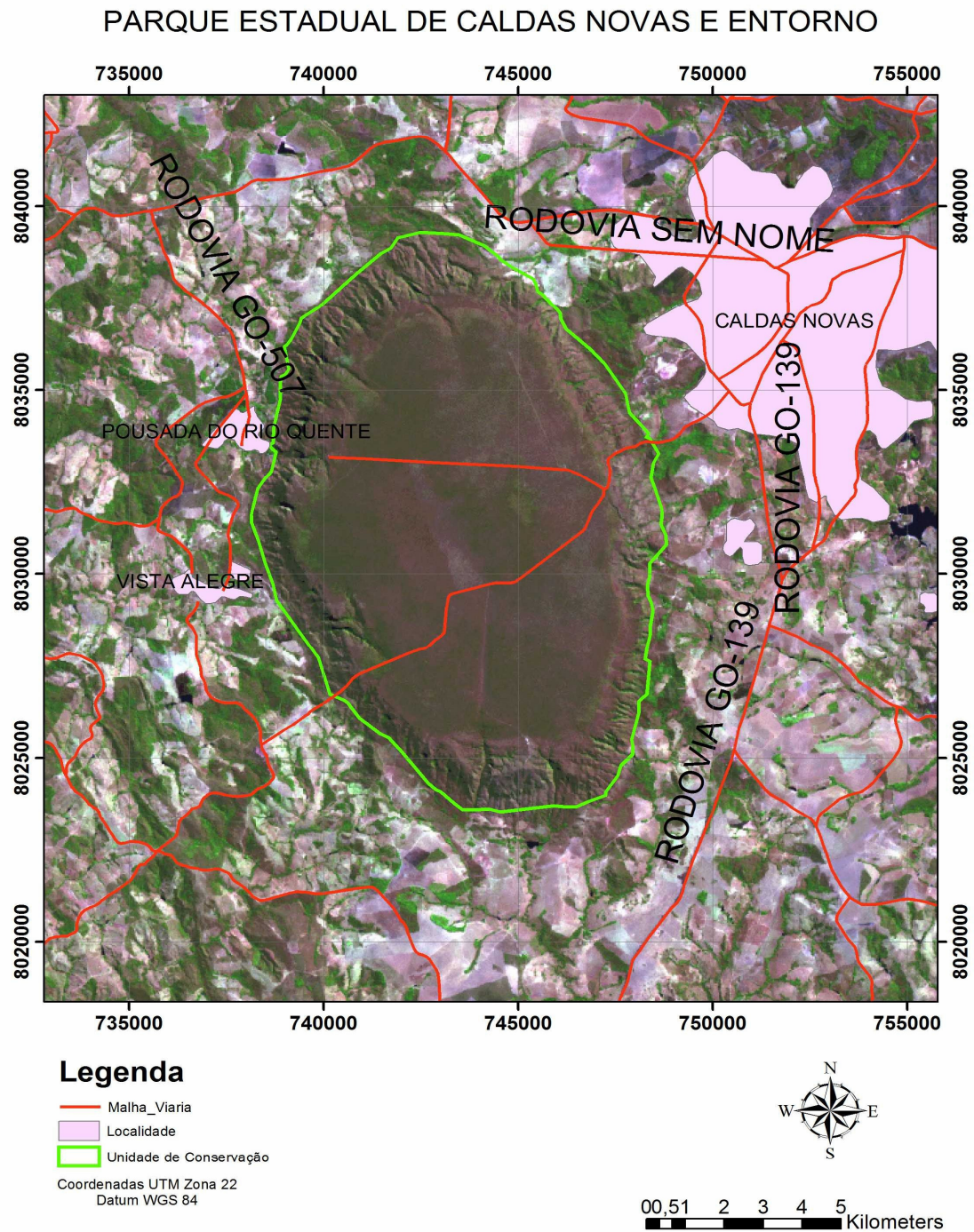


Figura 2 – Parque Estadual da Serra de Caldas Novas (AGÊNCIA AMBIENTAL DE GOIÁS, 2006).

A formação geológica da Serra de Caldas despertou interesse de diversas pessoas e empresas interessadas em seu potencial lucrativo. O topo da Serra já foi invadido por fazendeiros e durante muito tempo sofreu com a extração ilegal de plantas medicinais para serem vendidas aos turistas. Houve uma séria tentativa de extração do minério de manganês que existe na borda sul e também de construção de uma pista de pouso no topo (ALMEIDA e SARMENTO, s.d).

A região da Serra de Caldas está inserida no bioma Cerrado do Planalto Central Brasileiro. No topo da Serra encontra-se uma vegetação típica do bioma Cerrado *sentido restrito* ocorrendo sobre vários tipos de latossolos. Nas encostas há um mosaico de fitofisionomias que vão desde Cerradão, Cerrado *sentido restrito*, Campo Sujo e Campo Limpo, Campo Rupestre, Vereda em locais úmidos e Matas de Galeria junto aos córregos que nascem na Serra. Devido às ações antrópicas que a Serra já sofreu a região apresenta um ambiente alterado (LIMA-RIBEIRO et al. 2006).

As áreas próximas da Serra no sentido norte-sul estão urbanizadas sob a forma de loteamentos populares e nobres convivendo com clubes de veraneios. A esse respeito, as pesquisas realizadas por Almeida e Sarmento (s.d) para a elaboração do Plano de Manejo do Parque apontam que na década de 80 esse processo de antropização no entorno da Serra de Caldas foi crescente e decorrente da exploração das águas termais. As atividades turísticas provocaram a ocupação de áreas por novos empreendimentos turísticos e pelo crescimento urbano dos municípios adjacentes. Ao norte, entre Caldas Novas e Rio Quente, e ao sul do Parque encontram-se pequenas propriedades e fazendas de médio porte.

O que se vê na região são comunidades faunísticas ainda diversificadas, porém com populações distribuídas esparsamente e com pequeno número de indivíduos. Algumas espécies, principalmente as que ocupam posições mais elevadas na cadeia trófica regional, como a onça pintada estão restritas às áreas com maiores índices de conservação especialmente nas regiões serranas onde as atividades agropecuárias são praticamente impossíveis e o acesso humano bastante dificultado. A fragmentação dos ambientes autóctones na região pelas diversas ações antrópicas ocasionou a simplificação da comunidade faunística afetando de forma mais acentuada as espécies ligadas às matas e cerradões. Favorecendo as espécies de ambientes mais abertos como os campos e aquelas adaptadas aos ambientes antropizados como pastagens e lavouras, a esses exemplos têm-se as aves e mamíferos (ALMEIDA e SARMENTO, s.d).

Com relação a microfauna, Shuvartz et al (2005) verificaram a abundância e distribuição de larvas de *trichoptera* nos córregos que nascem nas encostas da Serra de Caldas e constataram que esses se concentram no período de seca ou “veranico”.

Silva et al. (2002) ao realizarem um levantamento florístico e fitossociológico no PESCAN identificaram que é muito diversificada a distribuição das espécies da flora no Parque. A esse fato, atribuem a maior disponibilidade de água nos locais onde algumas espécies se encontram em detrimento de outras espécies.

Atualmente, o Parque está sob a responsabilidade da Agência Ambiental de Goiás, seu órgão gestor, e seus serviços prestados constituem-se apenas na guarda, fiscalização e visitação pública (ecoturismo).

A Serra de Caldas possui alguns pontos de belezas cênicas muito interessantes como os *canions*, as veredas de pedras, os diversos afloramentos rochosos com grandes fraturas visíveis, a variedade da cobertura vegetal com flores silvestres, a presença de várias espécies de pássaros e as cachoeiras. Todos esses recursos naturais representam os maiores atrativos do PESCAN (ALMEIDA e SARMENTO, s.d). Assim, no intuito de regular e melhor gerir os recursos supracitados foi elaborado o plano de manejo do Parque.

2.8.1 Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas

O Plano de Manejo do PESCAN tem por finalidade criar uma estrutura adequada no Parque de modo a alcançar os seguintes objetivos (ALMEIDA e SARMENTO, s.d, p. 155-156):

- 1- Manter a biodiversidade do Parque;
- 2- Conservar e proteger todas as tipologias vegetais existentes no Parque, procurando manter sempre um banco genético;
- 3- Programar pesquisas para as diversas tipologias vegetais existentes no Parque, com enfoque para as espécies raras, espécies em extinção, espécies fitoterápicas e outras;
- 4- Proteger as espécies raras e fitoterápicas e as ameaçadas de extinção;
- 5- Conservar e proteger a comunidade faunística do Parque e programar pesquisas para as espécies raras e as ameaçadas de extinção;

6- Conservar e proteger todas as fontes e nascentes de água, procurando fazer projetos adequados de captação fora do PESCOAN, que visem ao consumo humano e da fauna;

7- Promover e fomentar a pesquisa científica dentro dos temas de Flora, Fauna, Solos, Hidrogeologia e Geologia do Parque;

8- Promover programas de Educação Ambiental para visitantes e grupos organizados, visando a melhor apreciação, compreensão e respeito ao meio ambiente do Parque;

9- Estabelecer programas de visitas ecológicas e de lazer, possibilitando as atividades de recreio e de turismo, ligados aos recursos do Parque e compatíveis com o meio ambiente do mesmo;

10- Promover uma administração austera e inteiramente voltada para o meio ambiente do Parque, como forma de protegê-lo e fiscalizar cuidadosamente os trabalhos de pesquisas aprovados para serem desenvolvidos e reformular, ou mesmo, suspender aqueles que estiverem sendo prejudiciais aos objetivos do Parque.

No plano de manejo fica estabelecido que o funcionamento do Parque ocorrerá de acordo com a execução de cinco programas:

- Programa de manejo do meio ambiente;
- Programa de uso público;
- Programa para o entorno do parque;
- Programa de operacionalização;
- Programa de obras civis.

Esses programas são subdivididos em dezesseis sub-programas, são eles: sub-programa de proteção, de pesquisas, de monitoramento, de recreação e lazer, de interpretação ambiental, de interpretação, de relações públicas, de comunicação e educação ambiental da comunidade, de regulamentação de atividades no entorno, de administração, de manutenção, da capacidade de carga do Parque, dos portões de entrada, do centro de visitantes, do teleférico e de água potável.

Outra função do plano de manejo é estabelecer o zoneamento⁷ do PESCAN que pode ser melhor visualizado no mapa de zoneamento (figura 3), o qual apresenta cinco zonas distintas: Zona Primitiva, Zona Intangível, Zona de Uso Especial, Zona de Uso Intensivo e Zona de Recuperação.

A Zona Primitiva é a zona que já sofreu uma pequena ou mínima intervenção humana. Sua existência é justificada pela presença de ecossistemas únicos, espécies de flora e de fauna ou de fenômenos naturais de grande importância científica, o que torna o uso público limitado. O objetivo dessa zona é a conservação do ambiente natural e o fomento da pesquisa científica e da educação ambiental. Assim, as atividades permitidas são a pesquisa, a fiscalização e a educação ambiental desenvolvidas sem que comprometa a integridade dos seus recursos naturais. As instalações de infra-estrutura são proibidas e todo o deslocamento por essa área deverá ser feito a pé.

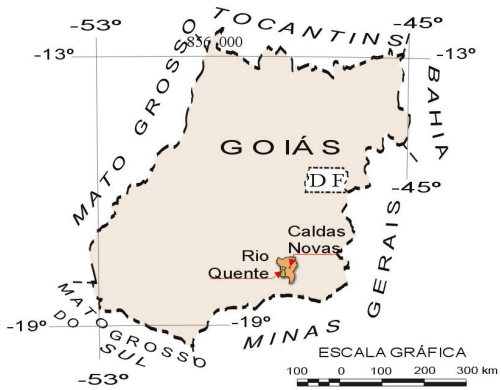
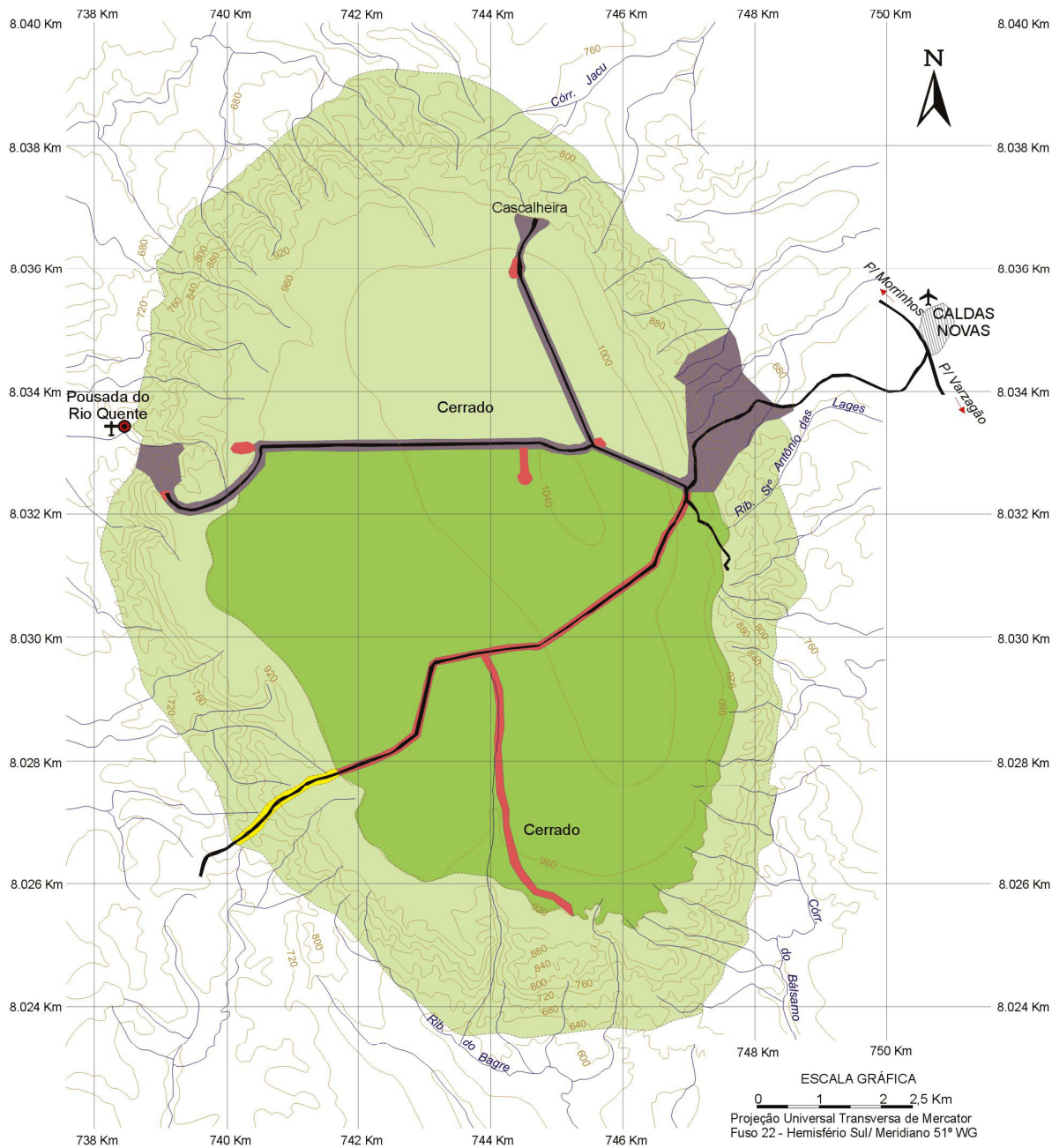
A Zona Intangível é uma zona intacta e primitiva. Não tolera a intervenção humana e as únicas construções que se permite são aquelas com a finalidade de proteger o local. Atua como um banco genético. Nesse sentido, se dedica à proteção integral do ecossistema, dos recursos genéticos e ao monitoramento ambiental. Seu objetivo se resume na preservação. As únicas atividades humanas permitidas são a fiscalização e a pesquisa científica. O deslocamento por essa zona também deverá ser feito a pé.

Já a Zona de Uso Especial é a zona necessária para administração do Parque. Comporta as vias de circulação para o turismo e os pontos de visitação permanentes.

As Zonas de Uso Intensivo são as zonas onde se têm áreas naturais ou alteradas pelos seres humanos. Essa zona deve ser mantida o mais natural possível e comporta as construções necessárias aos serviços da UC.

Por fim, a Zona de Recuperação é uma área que sofreu ações antrópicas e aliadas a fatores locais causaram impactos na vegetação e nos solos justificando assim sua recuperação.

⁷ Zoneamento é a “definição de setores ou zonas em uma Unidade de Conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz” (BRASIL. LEI N. 9.985 – SNUC, 2000, cap. I, art. 2º, inciso XVI).



- LEGENDA**
- ZP - Zona Primitiva
 - ZI - Zona Intangível
 - ZUE - Zona de Uso Especial
 - ZUI - Zona de Uso Intensivo
 - ZR - Zona de Recuperação

- OUTRAS CONVENÇÕES**
- Cidade
 - Pousada do Rio Quente
 - Aeroporto
 - Campo de pouso
 - Estrada
 - Curva de nível
 - Curso d'água

Figura 3 - Mapa de Zoneamento do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas (FEMAGO - PLANO DE MANEJO DO PESCAN, SD, p. 161. Cartografia: CLAUDIA A. B. FONSECA).

Contudo, o zoneamento bem como o plano de manejo do Parque estão sujeitos a revisões periódicas.

Ao se analisar o plano de manejo do Parque, mais especificamente seus objetivos e, por conseguinte, seus programas e sub-programas, percebe-se que a atividade turística está inserida como uma atividade permissível desenvolvida no Parque. De acordo com o plano de manejo (ALMEIDA e SARMENTO, s.d) a Serra de Caldas representa um patrimônio para a comunidade autóctone e regional e o ecoturismo é apresentado como uma alternativa que pode ser desenvolvida.

Na perspectiva de Borges (s/d) ao mencionar políticas públicas adequadas para uma efetiva gestão das bacias hídricas do Estado de Goiás, é proposto dentre outros, o turismo como uma atividade econômica menos impactante ambientalmente.

Nesse sentido, visando uma redução dos impactos sofridos em Caldas Novas decorrentes da exploração turística, o desenvolvimento planejado e sustentável do turismo no PESCAN aparece como uma alternativa para a promoção de uma conscientização ambiental por meio de tipologias turísticas que possibilitam o uso sustentável de áreas naturais.

Contudo, o plano de manejo como principal documento técnico orientador do uso da área da UC se mostra falho em diversos aspectos: a capacidade de carga, por exemplo, não é definida e as atividades permissíveis são expostas de maneira generalizada dando margem ao desenvolvimento desordenado de diversas atividades, dentre elas o turismo. Esses fatores dificultam a implementação de atividades que visão contribuir para o desenvolvimento sustentável do Parque, tanto para o ecoturismo quanto para a educação ambiental. Nesse sentido, bicharéis em turismo podem ser uma alternativa viável no planejamento sustentável das atividades turísticas a se desenvolverem dentro e no entorno do PESCAN.

Pensando na rápida expansão do mercado turístico e considerando que o objeto de estudo do presente trabalho está centrado numa UC, a atividade turística que se espera encontrar desenvolvida “in loco” são os segmentos de turismo direcionados à natureza.

2.9 Desvendando o segmento de Turismo na Natureza

Neste trabalho é utilizada a palavra segmentação de turismo na natureza que de acordo com Evans (2005) é um “instrumento” do marketing para designar

todas as atividades turísticas que ocorrem na natureza. Por outro lado, a palavra tipologia, um termo comumente utilizado na bibliografia turística, referir-se-á à especificação ou “subsegmentação” dessas atividades, pois se corrobora com Ansarah (2005) ao afirmar que cada segmento pode se subdividir em outros.

Tem-se na segmentação uma excelente estratégia na busca da qualificação e aperfeiçoamento do turismo, no entanto, essa estratégia trás consigo alguns impactos negativos no desenvolvimento prático e acadêmico do setor.

A influência do capitalismo exacerbado se faz presente nos mais diversos mercados da economia mundial, dentre eles, o turismo. A inserção de novos produtos no mercado aliado às suas excelentes estratégias de marketing tem despertado nos consumidores uma busca incessante na aquisição desses produtos. Assim, a segmentação turística demasiada provoca a criação de uma série de nomenclaturas de atividades turísticas, que por sua vez, acabam gerando confusões conceituais.

Não desmerecendo nenhuma tipologia turística e seus possíveis autores/idealizadores, no presente trabalho utilizar-se-á o turismo de natureza, o turismo rural, o ecoturismo e o turismo de aventura como as tipologias da segmentação do turismo na natureza a serem estudadas na referida pesquisa, pois essas são passíveis de desenvolvimento tanto no PESCAN quanto em seu entorno (figura 4).

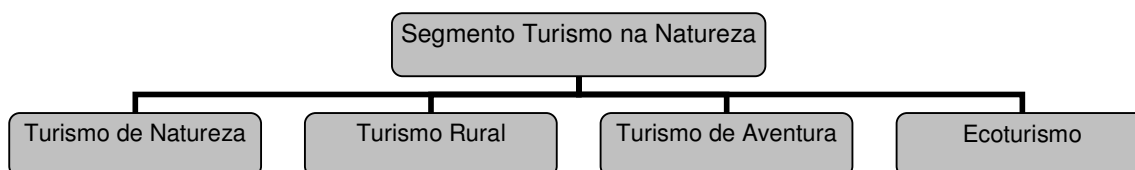


Figura 4 – Segmentação de turismo na natureza.

2.9.1 Turismo de Natureza

O turismo de natureza é um dos setores mais notáveis do mercado turístico. Seu crescimento é estimado de 10 a 30% ao ano. É uma tipologia mais abrangente em comparação ao turismo rural, turismo de aventura e ecoturismo. Um fator que vem proporcionando o crescimento dessa atividade é o interesse global por temas ambientais, o anseio por um estilo de vida mais saudável, a preferência

dosturistas por férias personalizadas e experiência sem identidade do turismo de massa (MCKENCHER, 2002).

Como definição do turismo de natureza tem-se:

Denominação dada ao deslocamento de pessoas para espaços naturais, com ou sem equipamentos receptivos, motivadas pelo desejo/necessidade de fruição da natureza, observação passiva da flora, fauna, da paisagem e dos aspectos cênicos do entorno (BENI, 2006, p. 455).

Ramos (2005) complementa expondo que o turismo de natureza ocorre em ambientes naturais, não exige um alto nível de comprometimento de seus praticantes, o risco da atividade é baixo e contempla um grande número de participantes.

Ambos os autores não ressaltam o aspecto sustentável da atividade. A esse respeito, Beni (2006) corrobora dizendo que ainda que coexista uma preocupação com educação e conscientização ambiental, a característica predominante do turismo de natureza é uma maior flexibilização ou inexistência de restrições rígidas e limites em relação à utilização do espaço visitado.

Nesse sentido, torna-se clara as pesquisas de Soldateli (2005) ao utilizar a tipologia turismo de natureza de forma genérica para contemplar as atividades turísticas que de certa forma apresentam como foco principal ou “espaço de uso” o ambiente natural.

Mckencher (2002) afirma que tal tipologia desempenha um papel fundamental na distribuição de produtos turísticos com padrão de excelência a nível mundial.

Essa atividade, por fazer uso do espaço e de determinados atrativos, gera impactos negativos nos diversos componentes dos sistemas naturais como, por exemplo, desmatamento, assoreamento de rios, erosão, destruição de nascentes e contaminação de solos e águas. Contudo, há de se considerar que muitos impactos ocasionados nas destinações turísticas têm suas origens nas primeiras fases de seu desenvolvimento decorrentes da falta ou mau planejamento com abordagens sustentáveis (SOLDATELI, 2005).

Outro aspecto relevante do turismo de natureza é que geralmente as empresas que nela atuam são gerenciadas por operadores-proprietários que quase sempre não possuem funcionários em período integral (normalmente esses são membros da família). É um setor que necessita de reestruturação, pois muitas das

empresas têm rentabilidade marginal e não permitem a profissionalização e qualificação da atividade, pois o proprietário acaba se vendo obrigado a buscar uma segunda fonte de renda (MCKERCHER, 2002).

Assim, pode-se resumir o turismo de natureza como uma tipologia turística cujo foco central se encontra no desenvolvimento de atividades turísticas no meio natural, não há grandes restrições em sua prática e a população local não está necessariamente engajada no processo de planejamento e execução da atividade, não sendo obrigatório, pelo menos conceitualmente, seu desenvolvimento dentro dos princípios da sustentabilidade.

2.9.2 Turismo Rural

O turismo desenvolvido em meio rural (aqui entendido como turismo rural) é uma tipologia que advém da interiorização da atividade contrapondo-se ao turismo urbanizado (ANDRADE; BRENNER e ROCHA, 2006).

Turismo rural é: “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (MINISTÉRIO DO TURISMO - DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL NO BRASIL – DDTRB, s/d, p.7).

No intuito de melhor compreender o exposto acima, as DDTRB, elaborada pelo Ministério do Turismo, fornecem a explicação dos termos pertinentes a esse conceito, dentre eles o de meio rural, o qual se baseia na “noção de território⁸ com ênfase no critério da destinação e na valorização da ruralidade”. As atividades consideradas turísticas no meio rural fazem referência a: hospedagem⁹, alimentação,

⁸ Considera-se “território um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, como ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (MINISTÉRIO DO TURISMO – DDTRB, p. 7).

⁹ Os meios de hospedagem apresentam suas instalações em “casas de antigas colônias de trabalhadores e imigrantes dos distintos períodos agrários do Brasil, bem como em sedes de fazendas e casas de engenho dos ciclos do café e da cana-de-açúcar, que tipificam o patrimônio histórico-arquetetônico e étnico-cultural de muitos estados brasileiros, quanto também em propriedades modernas, complexos turísticos e hotéis-fazenda, particularmente voltados aos turistas que buscam lazer e recreação em atividades agropastoris” (BENI, 2006, 456).

recepção à visitação em propriedades rurais, recreação, entretenimento e atividades pedagógicas vinculadas ao contexto rural e outras atividades complementares a essas desde que praticadas no meio rural e que existam em função do turismo ou que se constituam no motivo da visitação.

Por sua vez, a “Carta de Joinville” assinada em 15 de maio de 2004 (BRASIL, 2007a), durante a cerimônia de encerramento do IV Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, fornece uma definição diferenciada seguindo diversificados pontos de vista:

Turismo Rural é aquele que, do ponto de vista geográfico, acontece no espaço rural; do ponto de vista antropológico, oferece ao visitante a possibilidade de vivências da cultura rural; do ponto de vista socioeconômico, representa um complemento às atividades agropecuárias e, finalmente, do ponto de vista do imaginário, atende às expectativas de evasão da rotina urbana e de realizar outras experiências de vida.

Portuguez (1999) complementa que a atividade se caracteriza por empresas de pequeno porte cujo uso da terra é a atividade econômica predominante e são direcionadas às práticas agrícolas e pecuárias.

Nesse sentido, ressalta e corrobora-se as contribuições de Gallani e Giuliani (2005) ao afirmarem que se trata de uma tipologia que proporciona o intercâmbio entre o homem urbano e o rural, em que ambos se beneficiam, objetivando o estímulo de atividades geradoras de benefícios sociais, econômicos e culturais.

De acordo com as DDTRB (s/d) a prática do Turismo Rural no Brasil e em outros países vem proporcionando benefícios como:

- Diversificação da economia regional pelo estabelecimento de micro e pequenos negócios;
 - Melhoria das condições de vida das famílias rurais;
 - Interiorização do turismo;
 - Difusão de conhecimentos e técnicas das ciências agrárias;
 - Diversificação da oferta turística;
-

- Diminuição do êxodo rural;
- Promoção de intercâmbio cultural;
- Conservação dos recursos naturais;
- Reencontro dos cidadãos com suas origens rurais e com a natureza;
- Geração de novas oportunidades de trabalho;
- Melhoramento da infra-estrutura de transporte, comunicação, saneamento;
- Criação de receitas alternativas que valorizam as atividades rurais.

Contudo, Roque e Vivan (1999) além de apontarem pontos positivos do turismo rural semelhantes aos expostos acima, demonstram alguns pontos fracos da atividade, dentre eles:

- O mau planejamento pode criar a descaracterização do espaço e do homem rural visto que seus valores intrínsecos são perdidos ou alterados;
- Políticas públicas pouco desenvolvidas para apoiar as atividades de turismo rural;
- Falta de articulação entre as comunidades locais e os empreendimentos turísticos;
- Pouca aceitação pelos extensionistas que atuam diretamente com o produtor rural;
- Mão-de-obra despreparada na prestação de serviços de turismo rural;
- Linhas de créditos inexistentes ou inadequadas para implementação de atividades relacionadas com o turismo no espaço rural.

As primeiras iniciativas no Brasil sobre essa tipologia surgiram no Estado de Santa Catarina, no município de Lages, mais precisamente na fazenda “Pedras Brancas”, onde no ano de 1986 se dispôs a acolher visitantes no intuito de passar “um dia no campo” (RODRIGUES, 2003).

No Estado de Goiás, por sua vez, o turismo em áreas rurais se beneficia das condições climáticas e de vegetação dos Cerrados bem como das características histórico-culturais dessas áreas. A associação dessas qualidades ambientais e histórico-culturais alia-se à necessidade que o Estado tem de diversificar sua economia rural (SILVA, 2003).

Contudo, uma realidade oculta por muitos autores, mas que Ruschmann (1997) felizmente faz questão de abordar, é que os espaços/meios rurais onde

atualmente são desenvolvidas atividades de turismo rural em localidades economicamente deficitárias e com elevado índice de êxodo rural. Hoje, devido aos ganhos trazidos pelo desenvolvimento da atividade essas áreas conseguiram se desenvolver economicamente e reduziram significativamente o êxodo por elas sofrido.

É importante ressaltar o quão representativa e significativa é essa atividade no Brasil. Um país com propriedades rurícolas conservadas e preservadas culturalmente, biomas invejáveis biologicamente a exemplo do Cerrado e principalmente destacável do ponto de vista do potencial turístico. Fatores esses que possibilitam a grande capacidade em se desenvolver e destacar mundialmente em relação ao turismo rural.

Além do exposto, com a atual atenção dada ao uso da terra proporcionada pelo desenvolvimento sustentável, o setor produtivo agropecuário vem sofrendo pressão por parte de ambientalistas, organizações não governamentais, instituições públicas, pesquisadores, dentre outros. Aliado a essas pressões tem-se a crise que o setor vem enfrentando com a falta/insuficiência de subsídios governamentais para a produção, o que por sua vez, torna o turismo rural uma alternativa viável aos proprietários rurais. Proporcionando mais empregos do que a atividade pecuária, garantindo a minimização do êxodo rural e a geração de empregos e renda alternativa, além de contribuir para a preservação cultural.

2.9.3 Turismo de Aventura

De acordo com o Ministério do Turismo - MT (2005a) o turismo de aventura, inicialmente, foi tratado como uma vertente do turismo de natureza e com o passar do tempo adquiriu características próprias. A primeira definição aceita e utilizada no Brasil dessa tipologia turística é a seguinte:

Segmento de mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esportes recreacional, em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvam riscos controlados exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sócio-cultural (MT- REGULAMENTAÇÃO, NORMALIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO EM TURISMO DE AVENTURA, 2005a, p. 9).

Atualmente, a definição divulgada pelo MT parece ter sofrido uma “redução” no seu texto deixando-a muito ampla, o que por sua vez, acaba por possibilitar confusões ou o não entendimento de seu significado: “movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo”. Conceito esse que é fundamentado em relação à motivação do turista no qual pressupõe-se o respeito nas relações institucionais, de mercado, entre seus consumidores e também com o ambiente (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE TURISMO DE AVENTURA - ABETA, ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - ONGTUR e MT, 2006, p. 9).

Nesse sentido, nos diferentes documentos produzidos pelo próprio Ministério do Turismo são observadas várias contradições, pois se o turismo de aventura é uma vertente do turismo de natureza, então aquele, necessariamente, deveria acontecer apenas em ambientes naturais e não em espaços urbanos como exposto na primeira definição.

A ABETA; ONGTUR e MT (2006) listam algumas características gerais do turista dessa tipologia, são elas: idade entre 8 e 40 anos, poder aquisitivo médio, estudante de nível superior, hábito de viajar em grupos, permanece aproximadamente dez dias em destinos internacionais e quatro nos nacionais, contribui para o planejamento da sua viagem, demonstra respeito pelo ambiente natural e social e exige qualidade, segurança, acessibilidade e informação.

Há autores como Beni (2006) e Ramos (2005) que se corroboram por meio de similaridades em algumas de suas afirmações:

Turismo de aventura é o deslocamento de pessoas para espaços naturais, com ou sem roteiros programados e ausência ou insipiência de equipamentos receptivos, motivadas pela atração exercida pelo desconhecido e desejo de enfrentar situações de desafio físico e emocional. Compreende múltiplas formas de treinamento de sobrevivência na selva e em outros locais inóspitos ou ainda não desbravados e contato com culturas primitivas (BENI, 2006, p. 457).

Ramos (2005), a partir de experiências profissionais, tanto nacionais quanto internacionais, chegou à seguinte conclusão: a atividade de turismo de aventura é realizada impreterivelmente em áreas remotas e selvagens. As principais características para a realização e prática dessa tipologia são: alto nível de planejamento, ambiente exótico e selvagem, áreas remotas, envolve *trade*, atividades

esportivas, clientes atuantes, exige plano de emergência, alto nível de imersão na atividade, pernoite em barracas ou rústicos e logística e operação complexas.

O autor acima, Ramos (2005), ao perceber as confusões na identificação de certas tipologias do segmento do turismo na natureza fornece uma contribuição valiosa para identificar o turismo de aventura. Para ele, quanto mais “imersiva, incerta, de risco e com o componente de adrenalina” na atividade, mais esta se aproximará do conceito do turismo de aventura. E ainda, o contexto em que a atividade turística se insere está estritamente ligado à sua logística, independentemente do destino, do roteiro, da operadora ou da atividade. Assim, o pesquisador fornece uma tabela intitulada “Questionamento do Contexto” (tabela 1) a qual possibilita classificar as tipologias apresentadas no presente trabalho.

Tabela 1 - Questionamento do contexto

LOGÍSTICA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
Planejamento	Qual é a idade dos participantes? Seus níveis de experiências? Condições físicas, médicas? Que tipo de grupo irá para a viagem (estudantes, voluntários, empresas)? Qual é o objetivo de cada integrante do grupo? E do grupo?
Destino (principais e secundários)	Quanto é remoto e de difícil acesso? Desertos? Selvas? Oceano? Montanhas?
Duração	Datas de início e provável fim? Quantos dias de imersão na atividade?
Pernoite	Quantos dias? As áreas são públicas ou privadas? É necessário <i>bivak</i> , abrigos, barracas, embarcações ou improvisar de acordo com técnicas de mínimo impacto? Há viabilidade de água?
Alimentação	Alimentos pré-estabelecidos, estudos de ração, quantidade energética, armazenamento, transporte e preparo auto-suficiente do grupo
Atividades	Quais atividades são realizadas durante toda a experiência? Alto nível de preparação e conhecimento das técnicas de diferentes atividades na terra, água e ar?
Equipamentos	O que trazer e o que não trazer? Equipamentos do grupo (alimentação, abrigo, higiene, kits de reparos, etc.) e individuais (roupas, calçados, equipamentos específicos de adorno com as atividades, etc.)?
Guias	Quantos guias do grupo, guias locais? Nível de experiência?
Número de pessoas?	Geralmente não excede a 15 participantes (ideal 12). Grupo com enfoques semelhantes
Primeiros socorros	O grupo tem curso de primeiros socorros reconhecidos com protocolos universais? Leva consigo um kit? Sinalizações? Comunicações?
Transportes artificiais	Bicicletas, jeeps, balões, embarcações, aviões, planadores, helicópteros, parapente, asa-delta, trike, entre outros
Transportes animais	Cavalos, camelos, elefantes, jegues, cães/lobos
Segurança	Há um plano de emergência? Equipes de apoio? Seguro de vida?
Riscos intrínsecos da Atividade e naturais	Qual o nível de risco da atividade? Essa pergunta deverá ser analisada juntamente com o nível de preparação do grupo Há riscos de tomba d'água, enchentes, tempestades, ataques de animais selvagens?
Tempo (fator climático)	Qual a época do ano; quente? Frio? Possibilidades de ventos? Chuva? Geada? Neve?

Fonte: Ramos (2005, p. 474).

Para Uvinha (2005) a principal base que propiciou a “criação” da tipologia do turismo de aventura foi a grande relação entre os elementos “aventura no turismo” e os “esportes radicais”.

Para facilitar a exposição no trabalho das atividades/modalidades de turismo de aventura mais conhecidas no mercado turístico elaborou-se uma tabela na qual cada atividade foi agrupada de acordo com o elemento natural onde essas se realizam (tabela 2), o que por sua vez, não inibe que algumas dessas atividades possam envolver mais de um elemento e ocorrer em ambientes diversificados.

Tabela 2 - Atividades de turismo de aventura

ELEMENTO NATURAL	ATIVIDADE/ MODALIDADE
Terra	Arvorismo Atividades cíclicas Atividades em cavernas Atividades eqüestres Atividades fora-de-estrada Bungue Jump Cachoeirismo Canionismo Caminhadas (curta e longa duração) Escalada Montanhismo Rapel Tirolesa
Água	Bóia-cross Canoagem Mergulho <i>Rafting</i>
Ar	Asa delta Balonismo Parapente Pára-quedismo Ultraleve

Fonte: adaptado de ABETA, ONGTUR e MT (2006).

Essas atividades geram impactos nos recursos naturais onde são praticadas. Impactos esses que podem variar de acordo com a atividade e/ou os equipamentos nela utilizados. A esse respeito, Soldateli (2005) afirma que no turismo de aventura há um enfoque nos esportes de natureza, porém nem sempre é incorporado o princípio de sustentabilidade na sua realização.

Várias iniciativas do MT como a elaboração do manual de criação e organização de Grupos Voluntários de Busca e Salvamento - GVBS, intitulado “Turismo de aventura - busca e salvamento” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2005b); e a realização da “Regulamentação, Normalização e Certificação em Turismo de

Aventura: relatório diagnóstico”, são trabalhos que demonstram o potencial e crescimento do turismo de aventura no Brasil, incentivando e contribuindo para o desenvolvimento orientado da atividade.

2.9.4 Ecoturismo

A caracterização e compreensão do ecoturismo se fazem de extrema importância por representar a tipologia turística que deve ser desenvolvida no Parque Estadual da Serra de Caldas Novas – PESCAN.

Ao iniciar um assunto extremamente intrigante do ponto de vista acadêmico, como o ecoturismo, é importante o enunciado de Pires (2005) ao expor que essa atividade deriva do turismo na natureza ou dele faz parte como um subsegmento. Nessa tipologia as principais motivações são a contemplação e observação das características naturais e dos recursos culturais a ela relacionados nos seus destinos. Historicamente, de acordo com Western (2001), encontra-se em relatos bibliográficos que os primeiros ecoturistas foram os visitantes que chegaram aos Parques Nacionais de Yellowstone e Yosemite.

Atualmente, no mercado turístico observam-se diferentes práticas de turismo que possuem nomenclatura cujo prefixo “eco” se apresenta anexado a essa, possibilitando uma conotação de responsabilidade e/ou sustentabilidade à atividade.

Ao analisar bibliograficamente as palavras “meio ambiente” e “turismo” no intuito de entender o fenômeno do ecoturismo é possível observar que a prática de tal atividade surge como oposição à crescente ameaça, tanto ao meio ambiente quanto aos aspectos culturais e históricos imposta pelo turismo de massa. A esse respeito, Western (2001, p. 16) diz que o ecoturismo “é, na verdade, amálgama de interesses que emergem de preocupações de ordem ambiental, econômica e social”.

Na mesma perspectiva, Barbosa (2001) complementa que a importância dada à proteção ambiental foi incorporada pelo turismo numa junção do termo “eco” com a palavra “turismo” originando a tipologia ecoturismo.

Para Wearing e Neil (2001), no entanto, as origens dessa tipologia turística estão profundamente ligadas a uma forma de filosofia de vida e sua herança filosófica é adotada por conservacionistas e ambientalistas.

Esses autores definem o ecoturismo como:

[...] um turismo imperativo, de mínimo impacto, discreto, em que busca a conservação, o entendimento e a apreciação do meio ambiente e das culturas visitadas. Trata-se de uma área especializada do turismo que inclui viagens para áreas naturais, ou áreas onde a presença humana é mínima, em que o ecoturista envolvido na experiência externa uma motivação explícita de satisfazer sua necessidade por educação e consciência ambiental, social e/ou cultural por meio de visita à área e vivência nela (WEARING e NEIL, 2001, p. 5).

Nessa definição observa-se a ênfase dada ao mínimo impacto da atividade, ao número reduzido de pessoas e principalmente a educação ambiental adquirida pelos turistas.

No conceito de Beni (2006, p. 455),

Ecoturismo é o deslocamento de pessoas a espaços naturais delimitados e protegidos pelo estado ou controlados em parceria com associações locais e ONG's. Pressupõe sempre uma utilização controlada da área com planejamento de uso sustentável de seus recursos naturais e culturais, por meio de estudos de impacto ambiental, estimativas da capacidade de carga e suporte do local, monitoramento e avaliação constantes, com ALMEIDA e SARMENTO, S.D - PLANO DE MANEJO e sistema de gestão responsável.

Assim, o aspecto fundamental adotado por esse autor é que a atividade se realiza em espaços naturais delimitados e protegidos (nesse caso, entende-se como sendo as Unidades de Conservação - UC) com auxílio de plano de manejo e uso sustentável dos recursos naturais.

Já para Western (2001, p. 18) “Ecoturismo é provocar e satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, é explorar o potencial turístico visando à conservação e ao desenvolvimento, é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética”. Conceito esse que deixa claro o desenvolvimento sustentável explícito na realização da atividade.

Contudo, a conceituação adotada no documento “Diretrizes para um Política Nacional de Ecoturismo” elaborado em parceria pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT) e pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA) é a seguinte:

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (EMBRATUR e IBAMA, s/d).

Nesse sentido, encontram-se nessa definição aspectos semelhantes abordados pelos autores anteriores permitindo então, uma unanimidade em relação à compreensão da atividade.

Hector Ceballos-Lascurain é altamente reconhecido em bibliografias de turismo por ter sido o primeiro a utilizar o termo ecoturismo. No ano de 1981 esse autor começou a utilizar o termo espanhol turismo ecológico e em 1983 foi reduzido para ecoturismo (WEARING e NEIL, 2001). Assim, o presente trabalho considera que a expressão ecoturismo é sinônima de turismo ecológico, uma vez que aquela representa a junção de duas palavras, “turismo” e “ecológico”.

Para Endres (1998) as principais preocupações do ecoturismo estão na degradação ambiental, no impacto sobre as comunidades locais e na necessidade de um gerenciamento turístico de alta qualidade para garantir a sustentabilidade. E ainda, seu planejamento se concentra nas limitações dos recursos, uma vez que as possibilidades para sua prática se perderão quando a capacidade de recuperação de suas comunidades de absorver os impactos forem superadas, ou quando a biodiversidade, ou a aparência física for modificada de maneira significativa.

Assim, concorda-se veemente com a seguinte afirmação: “Se o ecoturismo prejudica o recurso natural, então não é ecoturismo” (BUTLER, 1992 apud, WEARING e NEIL, 2001, p.10). O ecoturismo por definição provoca mínimo impacto ambiental uma vez que os ambientes naturais não devastados são as principais atrações desse tipo de turismo (RÁBAGO e REVAH, 2000).

De acordo com Wearing e Neil (2001) o ecoturismo pode ser encontrado na reabilitação de áreas degradadas como resultado de atividade humana uma vez que nesse caso há uma contribuição clara ao meio ambiente e um benefício direto para a comunidade local.

Percebendo a utilização incorreta de alguns autores e/ou empresários de turismo enquanto a conceituação e comercialização de atividades de turismo desenvolvidas na natureza, muitas são as contribuições de autores renomados na área no intuito de ajudar a compreender e diferenciar suas várias tipologias turísticas. Assim, Pires (2005) elenca cinco características como as principais diferenciadoras do ecoturismo, são elas:

- atende a pequenos grupos de até 25 pessoas, podendo ser, inclusive, um único cliente;

- utiliza meios de hospedagem com menos de 100 leitos, preferencialmente com características alternativas aos hotéis convencionais;
- é operado por empresas de pequeno a médio porte;
- concentra-se na condução e na acomodação de grupos pequenos para oferecer atendimento mais personalizado com o uso de materiais interpretativos e guias especializados;
- preocupa-se com a capacitação e o treinamento de guias, operadores e fornecedores dos serviços requeridos pela atividade.

Segundo o autor supracitado vários são os setores da sociedade que atuam manifestando interesse ou sendo afetados pelo ecoturismo, dentre eles:

- os governos em nível nacional, regional e local;
- organizações intergovernamentais e organismos de assistência para o desenvolvimento;
- setor privado;
- organizações não governamentais e associações comunitárias;
- instituições acadêmicas e de pesquisa;
- instituições financeiras internacionais;
- comunidades locais;
- imprensa;
- público turista.

Outra contribuição extremamente importante para o estudo do ecoturismo e para elaboração do presente trabalho é encontrada na obra de Wearing e Neil (2001), a qual faz uma descrição dos princípios básicos do ecoturismo, são eles:

- o ecoturismo estimula a compreensão dos impactos do turismo sobre o meio natural, cultural e humano;
- o ecoturismo assegura uma distribuição justa dos benefícios e custos;
- o ecoturismo gera emprego local, tanto diretamente no setor de turismo, como em diversos setores da administração de apoio e de recursos;

- o ecoturismo estimula as indústrias locais rentáveis – hotéis e outras instalações de alojamento, restaurantes e outros serviços de alimentação, sistemas de transporte, produção de artesanato e serviços de guia;
- o ecoturismo gera divisas estrangeiras para o país e injeta capital e dinheiro novo na economia local;
- o ecoturismo diversifica a economia local, particularmente nas áreas rurais, onde o emprego agrícola pode ser esporádico ou insuficiente;
- o ecoturismo busca tomada de decisões em todos os segmentos da sociedade, inclusive as populações locais, de modo que o turismo e outros usuários dos recursos possam coexistir. O ecoturismo incorpora o planejamento e o zoneamento, assegurando o desenvolvimento turístico apropriado para a capacidade de sustentação do ecossistema;
- o ecoturismo estimula a melhoria do transporte, da comunicação e de outros elementos da infra-estrutura comunitária local;
- o ecoturismo cria instalações recreativas que podem ser usadas pelas comunidades locais, pelos visitantes domésticos e internacionais. Também estimula, auxiliando seu custeio, a preservação dos sítios arqueológicos e de edifícios e bairros históricos;
- o turismo natural estimula o uso produtivo das terras marginais para a agricultura, permitindo que grandes áreas conservem sua cobertura de vegetação natural;
- o turismo cultural aumenta a auto-estima da comunidade local e proporciona a oportunidade de maior entendimento e comunicação de pessoas de diversas origens;
- o turismo ambientalmente sustentável demonstra a importância dos recursos naturais e culturais para o bem-estar econômico e social da comunidade, podendo ajudar a preservá-los;
- o ecoturismo monitora, avalia e administra os impactos do turismo, desenvolve métodos confiáveis de contabilidade ambiental e calcula qualquer efeito negativo.

Contudo, vale ressaltar que esses princípios foram descritos por autores estrangeiros. Assim, é importante lembrar que nem todos esses se encontram presentes ou são aplicados nas atividades ecoturísticas desenvolvidas no Brasil.

Um aspecto relevante apontado por Boo (2001) diz respeito aos impactos teóricos/conceituais do ecoturismo os quais são bastante conhecidos: os custos potenciais se concentram na degradação do meio ambiente, nas injustiças e instabilidades econômicas e nas transformações socioculturais negativas; já os

benefícios potenciais estão na geração de receitas para áreas protegidas, na geração de empregos para comunidades autóctones e na promoção de educação ambiental e de conscientização sobre a conservação. Porém, para a autora, o que ainda precisa ser confirmado ou rejeitado por meio de estudos de caso é se o ecoturismo constitui num instrumento para a preservação da diversidade biológica e para a promoção de desenvolvimento sustentável.

De acordo com Lindberg e Huber (2001) a contribuição do ecoturismo para o desenvolvimento econômico local ainda é muito baixa. Uma estimativa geral é que menos de dez por cento de gastos dos turistas permanecem nas comunidades dos destinos ecoturísticos, o que até certo ponto é “compreensível” devido ao mercado turístico, pois a quantia gasta com transporte e marketing antes do turista chegar no destino é bastante significativa. Porém, existem alguns mecanismos para aumentar os benefícios locais proporcionados pela atividade os quais vem sendo adotados por programas patrocinados por órgãos e iniciativas privadas, dentre eles: propriedade e administração local do recurso ecoturístico, *leasing*, propriedade parcial ou estruturas de participação de lucros entre a indústria turística e os habitantes locais, pagamentos diretos para as comunidades oriundos de receitas turísticas e emprego de mão-de-obra local no mercado do turismo. Contudo, os mecanismos mais apropriados para uma determinada destinação dependerão das condições culturais, políticas e econômicas do local.

Entretanto, o ecoturismo em seu mais profundo conceito, princípio e filosofia, vem se perdendo devido a grande procura pela maximização dos lucros e ao capitalismo exacerbado onde o lucro sobressai em oposição aos princípios da conservação ambiental. Nesse sentido, o marketing apropria-se então do prefixo “eco”, da palavra ecoturismo, uma vez que essa possui um forte conotativo de correto, desejável e sustentável para vender uma gama de produtos os quais por sua vez, não apresentam o real significado ou qualidade do produto ofertado. Assim, muitas vezes, atividades ou produtos ecoturísticos ofertados no mercado não representam seu verdadeiro significado, colocando em xeque o entendimento do mesmo enquanto ciência e até mesmo a qualidade da atividade.

A esse respeito, Soldateli (2005) corrobora ao expor que na prática do mercado turístico a palavra ecoturismo possui forte apelo comercial e na maioria das vezes, proporciona o fechamento da venda, disponibilizando um produto ou serviço que não corresponde conceitualmente a sua definição. Contudo, o presente trabalho

não tem o intuito de desmerecer ou camuflar excelentes estratégias de marketing em prol da atividade de forma ética e eficaz.

Após os aspectos acima abordados resume-se a tipologia ecoturismo utilizando a pesquisa de Horwich et al (2001), na qual diz que o ecoturismo deve ser entendido como um esforço entre visitantes conscientes e população local engajados na preservação de áreas naturais e seus patrimônios culturais e biológicos, por meio do auxílio ao desenvolvimento da comunidade local. Entende-se por desenvolvimento de tal comunidade a designação de “poderes” aos grupos locais para controlar reservas valiosas com metodologias que propiciem a sustentação dessas reservas e concomitantemente, satisfaçam as necessidades econômicas, sociais e culturais do grupo.

Contudo, após a explanação das tipologias acima expostas que são trabalhadas no decorrer desta pesquisa e das considerações anteriores sobre sustentabilidade, torna-se pertinente esclarecer ao leitor que nessa pesquisa não se considera o turismo sustentável como uma tipologia turística; e sim como o desenvolvimento ideal da atividade independentemente de sua tipologia, pois o papel do planejador turístico deve-se voltar para o desenvolvimento responsável da atividade. Assim, considera-se o turismo sustentável como a prática de tipologias turísticas que conservam o meio ambiente, preservam os aspectos culturais da região, propiciam a participação da comunidade autóctone no processo de planejamento e implementação da atividade e contribuem para o desenvolvimento econômico regional.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho envolve tanto a pesquisa qualitativa como a quantitativa. Pois,

Os métodos qualitativos e quantitativos não se excluem. Embora difiram quanto à forma e à ênfase, os métodos qualitativos trazem como contribuição ao trabalho de pesquisa uma mistura de procedimentos de cunho racional e intuitivo capazes de contribuir para melhor compreensão dos fenômenos. Pode-se distinguir o enfoque qualitativo do quantitativo, mas não seria correto afirmar que guardam relação de oposição (POPE e MAYS, 1995, p.42).

A pesquisa qualitativa é uma pesquisa direcionada que não pretende enumerar ou medir eventos. Em geral não emprega instrumental estatístico para analisar os dados e dela obtém-se dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com o seu objeto de estudo no qual o pesquisador procura entender os fenômenos de acordo com as perspectivas dos participantes da situação analisada (NEVES, 1996).

Já na pesquisa quantitativa, direcionando-a para o mercado turístico, pretende-se medir dentre outros, os fenômenos turísticos e seus componentes através da observação e de processos estatísticos (TRIGUEIRO, 2001).

Uma outra metodologia utilizada foi a informetria que de acordo com Macias-Chapula (1998) e Wormell (1998) é uma área emergente do campo da ciência da informação baseada na combinação de técnicas avançadas de recuperação da informação com estudos quantitativos dos fluxos da informação referente a qualquer grupo social e não apenas aos cientistas. Esse método surgiu devido ao aperfeiçoamento tecnológico e necessidade de informações *on line* mais rápidas e acessíveis aos mais diversos pesquisadores.

Assim, para atingir os objetivos propostos neste trabalho foi necessário que a pesquisa acontecesse em vários momentos, são eles:

- primeiramente, realizou-se uma pesquisa de caráter exploratório aliada a uma visita ao PESCAN com observações diretas no local, consultas em fontes secundárias e atualizadas (por meio da informetria) que permitiram a obtenção de informações sobre o objeto estudado, bem como estabelecer a concatenação do referencial teórico utilizado na pesquisa;

- no intuito de verificar a sustentabilidade na prática do turismo no PESCAN realizaram-se visitas guiadas e autoguiadas no Parque;
- para a caracterização do perfil do visitante do PESCAN, bem como sua percepção em relação ao desenvolvimento turístico no mesmo, aplicou-se um questionário com perguntas abertas e fechadas junto aos visitantes do Parque;
- na análise do potencial turístico do PESCAN e seu entorno foram realizadas visitas em todo o Parque e em todas as propriedades que fazem divisas com esse;
- para a identificação e inventário das propriedades rurais que fazem divisas com o PESCAN foram realizadas visitas nessas e aplicados questionários com perguntas abertas, semi-abertas e fechadas aos proprietários dessas propriedades.

3.1 Universo e Amostra

Para definição do universo da pesquisa a ser trabalhado utilizaram-se os seguintes critérios:

- foram consideradas como entorno todas as propriedades que fazem divisas com o PESCAN visto que estão inseridas na zona de amortecimento desse e têm acesso direto (mesmo que proibido) ao Parque por meio de suas terras.
- o número de visitantes/turistas do Parque a serem aplicados os questionários foi concedido pela administração do PESCAN por meio da estimativa de pessoas que esse recebe anualmente.

3.2 Estudo Exploratório

A princípio, foram realizadas consultas a fontes secundárias como livros, periódicos científicos, artigos científicos, dissertações de mestrado e *sites* de Instituições Governamentais a fim de melhor delimitar o tema da pesquisa. Grande parte dessa consulta foi realizada por meio da informetria.

No estudo exploratório teve-se a visita ao PESCAN, aos municípios de Caldas Novas e Rio Quente, à Agência Ambiental de Goiás, à Agência Goiana de Turismo (AGETUR) e à Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN) ao longo do primeiro semestre do ano de 2006 com intuito de melhor diagnosticar a problemática da pesquisa.

3.3 Coleta de Dados

3.3.1 Levantamento de dados primários

Os questionários dos visitantes do Parque para a coleta de dados foram elaborados e aplicados pela autora entre os dias de 19 e 22 de julho de 2006. Para tanto, elaborou-se um questionário padronizado e estruturado com 27 questões contendo uma pergunta aberta e as demais fechadas (apêndice 1). Contudo, os questionários não foram validados, pois as possíveis dúvidas quanto às questões abordadas foram sanadas no momento da entrevista.

É importante ressaltar que a escolha por aplicar os questionários supracitados em um único mês é decorrente da informação fornecida pela administração do Parque, a qual aponta o mês de julho como o mais movimentado do ano, e ainda, segundo um dos fiscais do Parque, há dias fora dos meses de férias e feriados prolongados em que não aparece nenhum visitante na UC.

Para a coleta de dados das propriedades rurais também se utilizou a aplicação de questionários, porém contendo perguntas fechadas e semi-abertas (apêndice 2). A aplicação desses ocorreram entre os dias 05 e 07 de julho do mesmo ano. Para a visita até as propriedades contou-se com a ajuda de um fiscal e de um carro do Parque.

Já para a coleta de dados necessários sobre o Parque foram buscadas informações junto à administração do PESCAN.

Realizou-se ainda um terceiro questionário destinado a inventariar e analisar possíveis hotéis-fazenda no entorno do Parque. Contudo, esse foi desconsiderado pelo fato de o único hotel fazenda, “Stoyan Park Hotel Fazenda”, estar à venda¹⁰ não possuindo qualquer tipo de atividade, seja ela rural ou turística.

3.3.2 Plano Amostral

Para determinar o número de questionários a aplicar junto aos visitantes do Parque utilizou-se a amostragem probabilística proporcional aleatória utilizando a fórmula (equação 1) definida por Stevenson (1981, p. 213), na qual o tamanho da

¹⁰ De acordo com a proprietária do “Stoyan Park Hotel Fazenda”, este estava à venda porque não era viável economicamente.

população foi de 7500 visitantes referente à estimativa do número de visitantes que o PESCAN recebe anualmente.

$$n = \frac{z^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 \cdot (N - 1) + z^2 \cdot p \cdot q} \quad (1)$$

onde:

z = desvio padrão normal;

p = percentagem com a qual o fenômeno se verifica;

q = percentagem com a qual o fenômeno não se verifica;

N = tamanho da população;

e = desvio máximo do estimador médio em relação ao verdadeiro parâmetro (erro máximo permitido)

sendo:

z^2	p	Q	N	e
2,706	50	50	7500	5

Assim, o universo da pesquisa foi de 261 visitantes.

Já para os proprietários rurais foi considerado o universo da população, a saber: 18 fazendas. Contudo, aplicou-se o questionário apenas em 9 propriedades, pois uma delas era o hotel fazenda que estava desativado e as outras 8 por não ter sido possível à aplicação desses visto que os proprietários não moravam na região.

3.4 Tratamento de dados

Os resultados obtidos com os questionários aplicados junto aos visitantes do PESCAN e aos proprietários do seu entorno foram tratados e analisados separadamente utilizando o programa “Statistical Package for the Social Sciences” – SPSS.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo é apresentado o Parque Estadual da Serra de Caldas Novas - PESCAN de acordo com as observações realizadas durante as visitas. É estruturado um breve inventário dos atrativos naturais, bem como da infra-estrutura que o Parque comporta, sejam elas em prol do turismo, da educação ambiental ou da administração desse. E ainda, apresentar e discutir-se-á os resultados obtidos por meio dos questionários aplicados junto aos proprietários rurais do entorno e aos visitantes do Parque.

4.1 PESCAN *in loco*: descrição, estrutura e atrativos turísticos

Próximo à via de acesso de entrada para a Serra de Caldas observa-se uma área degradada pela exploração de cascalhos (figuras 5) que vem provocando desmatamentos, poluição visual e ambiental como, por exemplo, a degradação do solo (figura 6).



Figuras 5 - Exploração de cascalhos.



Figura 6 – Solo degradado.

As áreas próximas da Serra, no sentido norte-sul, estão urbanizadas sob a forma de loteamentos populares e nobres convivendo com clubes de veraneios, o que por sua vez, coloca em dúvida o cumprimento da legislação, SNUC, em relação à zona de amortecimento¹¹ que corresponde a um raio de 10Km do entorno do Parque.

Além disso, de acordo com o “Sub-Programa de Regulamentação de Atividades no Entorno” do Plano de Manejo do PESCAN, dentre a sugestão das atividades que serão proibidas na zona de amortecimento do Parque estão:

- qualquer exploração comercial de recurso natural, exceto as águas quentes;
- desmatamento de qualquer espécie;
- loteamentos sem projetos especiais e que não contemplem a existência do Parque, portanto não integrados.

¹¹ Zona de amortecimento compreende “o entorno de uma Unidade de Conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” (BRASIL. LEI N. 9.985 – SNUC, 2000, cap. I, art. 2º, inciso XVIII).

Nesse sentido, de acordo com as pesquisas realizadas em campo e fotos *in loco*, observa-se na zona de amortecimento pelo menos duas das atividades proibitivas: a exploração de cascalho e os loteamentos.

Atualmente, o Parque recebe anualmente uma média de 7500 visitantes motivados pela possibilidade de observação de animais. O período de maior movimentação/demanda é o mês de julho (cerca de 1300 pessoas nesse mês). Para atender esses turistas, o PESCAN conta com guarda, fiscalização e serviço de um guia.

A administração do Parque enfrenta algumas dificuldades na visitação desse, dentre elas: a falta de condutores (guias). A esse fato, a administração do PESCAN atribui à dificuldade de contratação de funcionários por intermédio da administração pública.

A visitação pública se resume em duas atividades: uma terrestre e a outra aquática são elas: caminhada de um dia e banho nas cachoeiras. As atividades podem ser realizadas com ou sem acompanhamento de guia (visita autoguiada), nesse caso, é oferecido ao visitante um mapa do Parque. Contudo, foi observado por meio das visitas de campo que raros era os casos em que o visitante recebia esse material, pois segundo informações da administração o estoque desses estava no final. Em decorrência desse fato, o visitante tem sua visita prejudicada e o que é ainda pior: corre o risco de se perder ou desviar das trilhas onde é permitida a presença humana. E, por outro lado, a UC deixa de cumprir com sua função enquanto disseminadora de educação ambiental¹².

Segundo a administração do Parque há outras atividades (não especificadas) que o plano de manejo permite desenvolver, mas que não são desenvolvidas pela falta de infra-estrutura turística de apoio à atividade e porque os impactos que causariam poderiam prejudicar, por exemplo, a fauna local. Nesse contexto, ao analisar essa informação, percebe-se que essa não se mostra coerente, uma vez que nenhum plano de manejo deveria permitir a realização de qualquer atividade que seja prejudicial à UC, seja ela relacionada à fauna ou a qualquer outro integrante da biodiversidade local.

¹² Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 2007b).

Entretanto, é entendido pela administração que a visitação no Parque (aqui entendida como atividade turística) traz benefícios e malefícios. Como benefício tem-se o contato com a natureza e como malefício a geração de lixo, que representam, respectivamente, impactos positivos e negativos da atividade turística. A esse respeito, Soldateli (2005) diz que a geração de lixo provoca um impacto negativo para o solo podendo resultar na sua contaminação biológica. Contudo, a administração da UC não adota procedimentos para análise/monitoramento do impacto por ela apontado.

Assim, vale ressaltar que de acordo com o Plano de Manejo do PESCAN (ALMEIDA e SARMENTO, s/d) a tipologia turística permitida nesse é o ecoturismo, que segundo Wearing e Neil (2001) dentre seus princípios básicos estão o monitoramento, a avaliação e a administração dos impactos dessa atividade e que métodos confiáveis de contabilidade ambiental devem ser desenvolvidos além do cálculo de qualquer efeito negativo.

A administração do PESCAN mostra-se favorável ao turismo no Parque desde que realizado de forma planejada e sem provocar impacto à flora e à fauna local. Esses aspectos levantados se relacionam aos princípios básicos do ecoturismo, dentre eles: a incorporação do planejamento e o zoneamento assegurando o desenvolvimento turístico apropriado para a capacidade de sustentação do ecossistema (WEARING E NEIL, 2001). Assim, percebe-se a aceitação da prática do ecoturismo especificamente.

As normas e regulamentos estabelecidos para o desenvolvimento das atividades de visitação no Parque são as expostas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC, Plano de Manejo e Regimento Interno (em fase de elaboração). A divulgação dessas é realizada por meio de documentos oficiais, oral, folhetos, Internet e *site* do Parque.

As atividades realizadas no PESCAN não contam com a participação do *trade* turístico. Nesse sentido, não promove a interação com os inúmeros estabelecimentos do mercado turístico.

Segundo a administração do Parque os guias, geralmente, são pessoas da comunidade que fazem o curso de condutores oferecido pela própria UC. A princípio, parece que o ecoturismo desenvolvido no Parque atua positivamente, pois de acordo com Pires (2005) um dos meios pelos quais essa tipologia contribui

positivamente é na geração de empregos e oportunidades de trabalho para a comunidade local. Contudo, durante a realização das pesquisas de campo observou-se que o PESCAN conta com os serviços prestados de um único guia (que não é natural da região) e os demais funcionários são servidores públicos do Estado de Goiás, ou seja, não pertencem necessariamente à comunidade local.

No que tange ao entorno do Parque, a administração considera boa a relação entre esse e as propriedades que fazem divisa, pois não há conflitos. O trabalho realizado no entorno se concentra na fiscalização, monitoramento, curso de guias e campanha de prevenção de incêndios.

A administração da UC acredita que o turismo contribui para a sustentabilidade do PESCAN e que seus principais parceiros são os próprios visitantes. Nessa perspectiva, de acordo com Filho (2005) a tipologia turística desenvolvida no Parque responde a dois dos oito pontos determinantes do ecoturismo, são eles: respeito à natureza (contribuição para o uso sustentável) e promoção de uma consciência ambientalista (visitantes como parceiros).

Em relação à infra-estrutura, ao chegar ao PESCAN o visitante logo se depara com uma porteira na entrada e uma placa contendo informações com os dias e horários de funcionamento. Seguindo por uma pequena estrada pavimentada que atravessa a porteira, o visitante tem acesso a um estacionamento amplo e à portaria. Essa área faz parte da Zona de Uso Intensivo. Em consonância com esse espaço, há toda a infra-estrutura necessária para melhor receber turistas e pesquisadores, como o Centro de Visitantes com alojamento e garagem, museu, sala de leitura, auditório, lanchonete e banheiros. Há ainda, a administração da UC e uma casa para o supervisor.

O alojamento (figuras 7 e 8) é destinado principalmente a pesquisadores autorizados pela Agência Ambiental de Goiás e possui capacidade para atender até 24 pessoas simultaneamente, contudo, o hóspede/pesquisador deve pagar uma taxa de R\$ 20,00 para limpeza e manutenção e uma diária no valor de R\$ 5,00. Nesse espaço há três quartos amplos com beliches e armários para a comodidade do visitante, um banheiro masculino e um feminino, cozinha com utensílios básicos, copa, sala grande e garagem que acomoda os veículos do Parque e de seus respectivos hóspedes. Nesse sentido, percebe-se que o PESCAN tem cumprido um dos objetivos do Sub-Programa de Pesquisa (parte do Programa de Manejo do Meio Ambiente) do plano de manejo do Parque, que diz: “procurar incentivar e dar

condições para pesquisas científicas dos diversos ambientes do parque” (ALMEIDA e SARMENTO, s/d).



Figura 7 – Vista externa do alojamento.



Figura 8 – Vista interna do quarto do alojamento.

O Museu da Fauna de Caldas Novas (figura 9) contempla uma grande variedade de espécies da fauna do Cerrado, dentre peixes, pássaros, lobos-guará, cobras, tamanduás e uma onça. Muitos dos animais em exposição foram encontrados mortos no próprio Parque. Foi possível observar o interesse dos turistas, principalmente das crianças, ao se depararem com as espécies que muitas vezes perguntavam se os animais eram de verdade. Contudo, vale ressaltar a necessidade de manutenção e acondicionamento do acervo, pois as práticas de taxidermia¹³ utilizadas nos animais expostos são antigas e alguns animais, como as cobras, demonstram uma aparência velha e desgastada. A esse respeito, Quadros e Monteiro-Filho (2006) demonstram uma metodologia de taxidermia mais eficaz em que a preocupação inicial se encontra na coleta dos pêlos com a utilização de pinças.



Figura 9 - Museu da Fauna de Caldas Novas.

¹³ Taxidermia é a arte de empalhar animais (MUSEU DE ZOOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2006).

Outro aspecto identificado é a não exploração de forma adequada do Museu, uma vez que a visita, em sua grande maioria, é feita sem nenhum tipo de instrução ou acompanhamento de guia/monitor, deixando assim de ser um excelente laboratório para educação ambiental, visto que essa se constitui no oitavo objetivo do plano de manejo do PESCAN, o qual diz: “Promover programas de Educação Ambiental para os visitantes do parque e grupos organizados, visando a melhor apreciação, compreensão e respeito ao meio ambiente do parque” (ALMEIDA e SARMENTO, s/d, p. 156).

Outro lugar que também é pouco explorado em relação ao seu potencial educador/incentivador é a sala de leitura (figura 10), pois o acervo se resume em algumas revistas e mapas, materiais esses que além de não serem atuais se encontram em más condições de conservação devido à falta ou pouca limpeza desses.



Figura 10 - Sala de leitura.

O auditório do Parque é amplo com capacidade para 120 pessoas. Durante a realização desta pesquisa foi possível verificar que esse é destinado a palestras agendadas e autorizadas. Há algum tempo era utilizado para instruir os

visitantes sobre o Parque, o bioma Cerrado, sua flora e fauna e apresentar um vídeo para os visitantes. Entretanto, no ano de 2006 os equipamentos de vídeo, televisão e retro-projetor foram roubados. Desde então, o auditório está fechado para essa finalidade e as informações e instruções que os visitantes recebem, o que nem sempre ocorre, são apenas por meio de uma breve conversa informal.

A lanchonete ocupa uma pequena área e atualmente está desativada. Nesse sentido, faz-se importante destacar que dentre as atividades permissíveis no Parque, estabelecidas no plano de manejo, tem-se a atividade turística. Assim, alguns serviços como, por exemplo, comercialização de alimentos e bebidas – A&B, são possíveis. Ao considerar que o PESCAN fica distante de comércios e que as atividades nele praticadas exigem esforço físico do visitante, percebe-se que há uma grande demanda por líquidos.

A administração do Parque é acomodada em uma construção com salas, banheiro, almoxarifado e cozinha. Há também uma casa ampla para habitação do supervisor.

No mapa de zoneamento é possível observar que há indicação de duas entradas para o Parque, a principal por Caldas Novas e a segunda pela Pousada do Rio Quente. Contudo, a entrada atualmente se dá apenas por Caldas Novas.

Em relação aos principais atrativos naturais possíveis de visitação, tem-se: trilhas (da Cascatinha, da Diversiflora e do Paredão), mirantes (da Cascatinha, do Paredão e de Caldas), e cachoeiras (da Cascatinha e do Paredão).

A Trilha da Cascatinha (figura 11) possui aproximadamente 950m de extensão, com capacidade de carga¹⁴ estimada de 20 pessoas e ao longo de seu percurso o visitante passa por área de Mata de Galeria e de Cerrado. Nessa, algumas espécies vegetais da flora local se encontram identificadas pelo nome popular e científico. A trilha contempla duas paradas: em uma “sala de aula” onde é possível sentar em bancos de madeira e receber do guia do Parque informações sobre o Cerrado e a outra é numa “área de descanso” com bancos. Através dessa trilha o visitante terá acesso a Cachoeira da Cascatinha, ao Mirante da Cascatinha e à Trilha da Diversiflora.

¹⁴ A capacidade de carga é “o quanto uma área pode agüentar as alterações realizadas pelo impacto antrópico” sem que cause maiores prejuízos ao meio visitado (RIBEIRO, 1999).



Figura 11 - Trilha da Cascatinha.

Das três trilhas acessíveis ao público, a da Diversiflora (figura 12) é a de menor tamanho. Essa se encontra num ponto de bifurcação da Trilha da Cascatinha e possui 23 espécies vegetais catalogadas numa área de apenas 72 metros quadrados, o que possibilita a prática da educação ambiental não formal, porém, essa não é desenvolvida na UC.

De acordo com a Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999, a educação ambiental não formal pode se dar em UC's e o poder público deverá incentivar dentre outros, a sensibilização da sociedade para sua importância. Nesse sentido, pode o guia/monitor do PESCAN utilizar um ambiente como a Trilha da Diversiflora para propiciar aos seus visitantes a educação ambiental, bem como explicar a importância da implantação de UC's.

A Trilha do Paredão por sua vez, apresenta um grau de dificuldade maior do que as demais, pois sua altitude é maior se comparada as demais trilhas e há obstáculos como escadarias com degraus irregulares e altos. De acordo com informações dos funcionários do Parque, sua capacidade de carga é de 20 pessoas e em seu percurso o visitante se depara com várias espécies da flora do Cerrado, tais como: pequi (*Caryocar brasiliense*), mangaba (*Hancornia speciosa*), baru

(*Dipteryx alata*), pimenta-de-macaco (*Piper aduncum*), pau-terra (*Qualea grandiflora*), pau-santo (*Zollernia paraensis* Huber), dentre outros. É por meio dessa trilha que se tem acesso ao Mirante do Paredão e à Cachoeira do Paredão.



Figura 12 - Trilha da Diversiflora.

O Mirante da Cascatinha está num ponto estratégico onde é possível visualizar o município de Caldas Novas deixando toda a Serra de Caldas atrás de seu vislumbrador.

No Mirante do Paredão o visitante também tem a visão de Caldas Novas e ainda permite uma melhor visualização da vegetação local, esse por sua vez, está localizado próximo à trilha de acesso à Cachoeira do Paredão.

Já o Mirante de Caldas Novas, se comparado aos anteriores, se encontra num ponto mais alto da Serra, permitindo assim, visualizar além da cidade de Caldas Novas o Lago e a Usina Hidrelétrica de Corumbá. Porém, a grande maioria dos visitantes não vai até esse ponto, pois exige um maior esforço físico por estar numa altitude mais elevada e também por ser o último ponto do caminho do qual o visitante tem acesso.

A Cachoeira da Cascatinha (figura 13) representa um dos atrativos naturais mais visitados do Parque, atribui-se que esse fato é decorrente de sua maior proximidade da sede administrativa e também por ser a cachoeira uma opção de lazer onde o visitante tem a oportunidade de desfrutar de um ambiente agradável possível de tomar banho e sua profundidade, na época da chuva, é mais convidativa do que a outra cachoeira da qual o visitante tem acesso.

Contudo, o banho nessa cachoeira, que pode acontecer sem a presença de um guia, apresenta alguns riscos do ponto de vista da saúde pública, pois de acordo com a Revista Panamericana de Salud Pública (S/N, 2003), vários são os perigos que podem ser encontrados durante o uso recreacional de ambientes aquáticos, dentre eles: o ferimento ou intoxicação resultante do encontro direto com predadores ou espécies aquáticas venenosas e as doenças infecciosas transmitidas pelas espécies que têm os ciclos de vida que são ligados ao ambiente aquático.



Figura 13 - Cachoeira da Cascatinha.

A utilização de filtro solar é um outro fator preocupante, pois os visitantes fazem uso desse tipo de produto durante as trilhas e ao entrarem na cachoeira podem provocar um desequilíbrio no sistema natural da água, causando assim, um

impacto negativo nos recursos hídricos. A esse respeito, Ponezi e Duarte (2006) ao pesquisarem os efeitos de fármacos em matrizes ambientais apontam que em estudos ecotoxicológicos são ressaltadas as preocupações da presença de fármacos residuais na água, uma vez que esses representam potenciais efeitos adversos para a saúde humana, animal e de organismos aquáticos como os peixes. Além do exposto, o banho nas cachoeiras provoca alteração na transparência da água decorrente da movimentação dos banhistas no fundo das mesmas, pois os sedimentos lodosos e arenosos são removidos aumentando a quantidade de substâncias em suspensão e a turbidez da água (SOLDATELI, 2005).

Já a Cachoeira do Paredão encontra-se no final da Trilha do Paredão, está num ambiente escuro devido à grande quantidade e altitude das rochas que a circundam, dificultando assim a entrada de raios solares em seu interior. Contudo, é possível visualizar um grande número de peixes na água devido sua limpidez (figura 14). Nessa cachoeira também é possível tomar banho, porém, é pouco profunda, mas isso não inibe a ocorrência dos mesmos impactos negativos citados precedentemente.



Figura 14 - Peixes na Cachoeira do Paredão.

Toda a infra-estrutura supracitada aliada ao número de atrativos naturais aqui descritos faz do PESCAN um atrativo turístico dos municípios de Caldas Novas e Rio Quente, onde o visitante tem uma opção a mais de lazer, além dos clubes de águas termais e casas de veraneio. Entretanto, mostra-se necessário um melhor planejamento da atividade turística no intuito de inibir possíveis impactos ambientais.

4.2 Entrevista com os proprietários do entorno do PESCAN

Os resultados obtidos com a aplicação desse questionário possibilitaram catalogar as propriedades que fazem divisas com o Parque, uma vez que esta catalogação não existia.

Foram entrevistados 9 proprietários, pois alguns não moravam na fazenda e outros, nem mesmo no Estado de Goiás, ficando a propriedade sob administração de funcionários. Os resultados (figura 15) mostram que 55,56% dos entrevistados adquiriram a propriedade não faz muito tempo, numa média de até 10 anos. Ao entrevistá-los, foi possível perceber que esses são pessoas com uma faixa etária mais elevada e que a grande maioria tinha enraizado as atividades agropecuárias como principal fonte de renda.

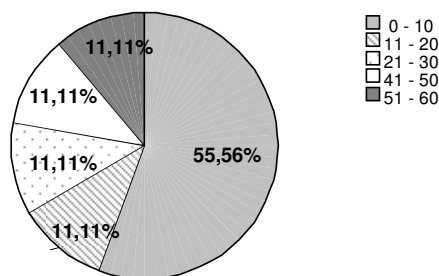


Figura 15 - Tempo que possui a propriedade.

Conforme Ferreira et al. (2001), em estudos de conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil, os indivíduos mais idosos mantêm algum tipo de restrição à modernização. Sendo assim, as pessoas com faixas etárias elevadas possuem grandes restrições em relação à mudança de paradigmas, nesse caso, a mudança de atividade econômica.

As cidades de origem desses residentes são bastante diversificadas como se pode ver na figura 16. Contudo, o maior percentual se dá ao município de Caldas Novas o qual corresponde a 33,33% do total. Fator esse considerado positivo, uma vez que os mesmos possuem relação afetiva com a região, podendo então se tornar um grande aliado na conservação de seu ecossistema, e ainda, há autores como Diegues (2000) que apontam que há casos em que é a comunidade local que melhor trabalha em favor da conservação dos recursos naturais.

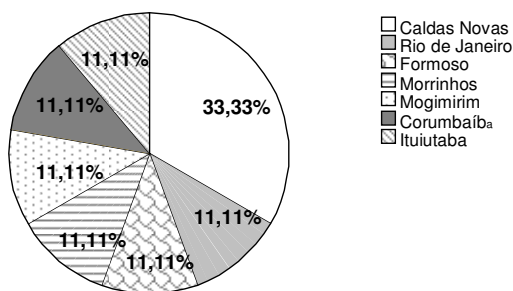


Figura 16 - Cidade de origem do proprietário.

Nessa perspectiva, tem-se a topofilia: elo afetivo, “amor” que há entre o ser humano e o ambiente físico. A topofilia é demonstrada em diversos trabalhos cuja temática se concentra na percepção ambiental da população autóctone de UC's e do meio natural de forma geral (PINHEIRO, 2004; HEEMANN e HEEMANN, 2003).

Como observável na figura 17, o maior percentual do grau de escolaridade dos proprietários se dá ao ensino superior completo com 33%. Os demais percentuais, 22,22% cada, possuem o 1º grau completo, o 2º grau completo ou são analfabetos. Em relação aos dados referentes ao 1º e 2º grau, acredita-se que é devido às dificuldades que o homem do campo encontra para dar continuidade a seus estudos.

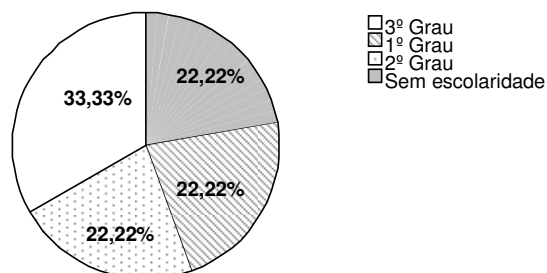


Figura 17 - Grau de escolaridade do proprietário.

A propriedade rural é a principal residência dos entrevistados com um percentual de 66,67%. Os municípios de Caldas Novas e Rio Quente aparecem, respectivamente, com 22,22% e 11,11% (figura 18). Esse fato, assim como no exposto acima em relação à origem, se mostra um ponto positivo na conservação dos recursos naturais locais (topofilia), uma vez que são os moradores que mais sofrerão com a devastação ambiental. Assim, estes contribuirão na conservação local.

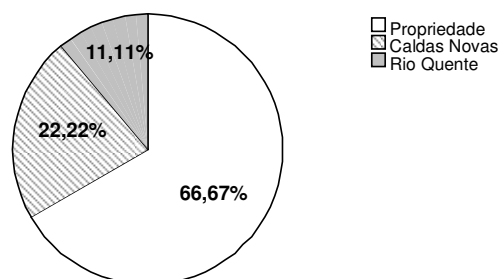


Figura 18 - Residência principal do proprietário.

O município de Caldas Novas é o que possui maior número de propriedades incluídas em seu território, 55,56%. Rio Quente aparece então com um percentual de 44,44% .

A principal atividade econômica que essas propriedades desenvolvem é a pecuária com 88,89% e uma (11,11%) ainda não desenvolve qualquer tipo de atividade, que de acordo com a proprietária é devido ao pouco tempo que estão morando no meio rural e ainda estão estruturando a fazenda.

Nesse sentido, vale lembrar que a pecuária é em geral, uma atividade ambientalmente impactante, pois há o pisoteio do solo provocando sua compactação (VZZOTTO; MARCHEZAN e SEGABINAZZI, 2000). Swarbrooke (2000) compara tanto a atividade pecuária, quanto agricultura, silvicultura e mineração, dentre outras, em detrimento do turismo, para verificar qual delas é menos impactante ambientalmente, afirmando então que as tipologias do segmento de turismo na natureza podem contribuir para a minimização de impactos ambientais negativos. E ainda, há de se considerar que a zona de amortecimento das UC's deverá respeitar as normas estabelecidas no plano de manejo do Parque e não deverão desenvolver atividades que prejudiquem o ecossistema local.

Em relação à procura por parte de turistas sobre possíveis atividades turísticas que os proprietários viessem a desenvolver em suas terras, a grande

maioria (88,89%), informou que nunca houve procura por essa atividade. Porém, 11,11% afirmam que já teve casos de turistas em busca de práticas de rapel e asa delta, ambas são esportes que de acordo com a ABETA; ONGTUR e MT (2006) são atividades do turismo de aventura.

Entretanto, 100% dos entrevistados afirmaram que não desenvolvem atividades turísticas em suas propriedades e 44,44% não têm interesse em desenvolvê-las.

Contudo, a figura 19 demonstra que o restante dos entrevistados tem interesse em desenvolver atividades como: pousada, visitação e hotel fazenda aliado à venda de matrizes¹⁵ (atividades essas que pertencem a algumas das atividades das tipologias do segmento do turismo na natureza) e ainda, teve-se quem dissesse que tinha interesse, mas era apenas um sonho. O motivo pelo qual ainda não desenvolveram é: falta de dinheiro e por ser um projeto em longo prazo. Porém, há um projeto de uma pousada e um outro para receber visitantes que já estão sendo estruturados, mas que ainda não possuem previsão para início das atividades.

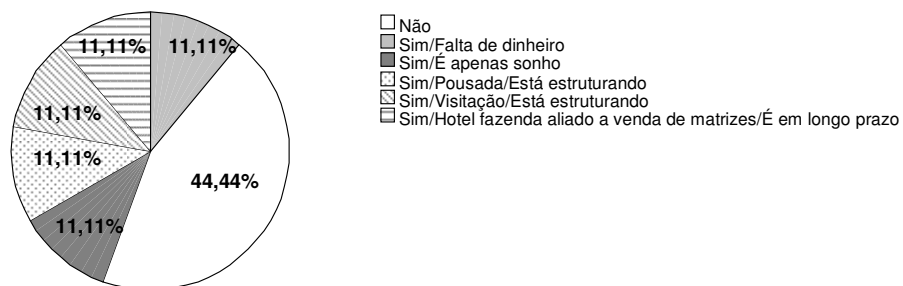


Figura 19 - Interesse em desenvolver atividades turísticas, qual e por que ainda não desenvolveu.

Vale destacar que o turismo só deve ser desenvolvido se houver real interesse da população autóctone, uma vez que é a comunidade local que mais sofrerá com todas as alterações decorrentes deste processo, sejam elas positivas ou negativas.

Roque e Vivan (1999) afirmam que o setor rural brasileiro passa por um período de transição e que por este motivo, dentre outros, é preciso que o agricultor esteja conscientizado sobre a urgente necessidade de implementar atividades que

¹⁵ Lugar onde algo se gera ou cria, nesse caso, gados nelore.

lhes garantam vantagens competitivas e que agreguem valor a seus produtos. Entretanto, é necessário que o agricultor tenha uma boa visão holística do meio rural e das transformações que esse vem sofrendo. Assim, a atividade turística surge como uma alternativa capaz de proporcionar novas chances para a permanência do homem no campo. Contudo, é necessário que esse esteja conscientizado sobre a necessidade de diversificação e diferenciação de seus produtos/serviços turísticos.

Independentemente do interesse em desenvolver o turismo foi perguntado se os mesmos achavam que essa atividade poderia ou não contribuir para o aumento de suas rendas. O resultado é significativo ao demonstrar que 100% acreditam que sim. Nesse sentido, vale lembrar que o turismo sustentável deve contribuir para o fortalecimento das economias locais, ou seja, desde que desenvolvido de maneira planejada e verificado o potencial turístico local, o desenvolvimento dessa atividade certamente contribuirá para o incremento da renda rural (CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA e INSTITUTO DE HOSPITALIDADE. CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL - CTS, 2004).

Pensando no fato das propriedades estarem inseridas na zona de amortecimento do PESCAN, foi perguntado aos proprietários se o Parque interferia em suas atividades, pois se sabe que de acordo com a Lei n. 9.985 - SNUC (BRASIL, 2000) as atividades humanas nessas zonas estão sujeitas a normas e restrições específicas no intuito de minimizar impactos negativos na UC.

Nesse sentido, um percentual de 44,44% (figura 20) disse que não há interferência, daí considera-se que provavelmente as atividades desenvolvidas estão de acordo com as normas. Já 22,22% informaram que o Parque não interfere, muito pelo contrário, estes proprietários têm o Parque como “aliado”, dizem que quando pega fogo em alguma propriedade todos os vizinhos e o Parque se mobilizam para controlá-lo, uma vez que o risco de que o fogo atinja as demais fazendas é muito grande. Contudo, 11,11% utilizam o mesmo argumento e reclamam, dizem que interfere sim, pois quando a Serra pega fogo é muito perigoso queimar todas as fazendas do entorno. E ainda, há um percentual também de 11,11%, o qual diz que às vezes é necessário desmatar uma parte e os fiscais do Parque não permitem, assim, de acordo com o proprietário, interfere de maneira negativa.

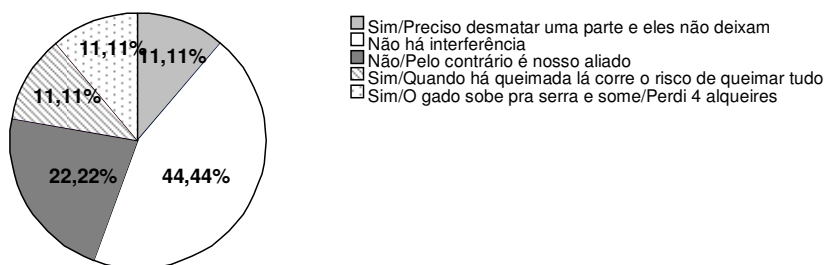


Figura 20 – Como o Parque interfere nas atividades da propriedade.

Em relação às queimadas, observa-se que são elementos destacados em várias outras pesquisas, principalmente nas do Parque Nacional das Emas – PNE (UC no Estado de Goiás), que segundo Pereira e França (s/d), a maioria dessas são decorrentes de processos naturais como os raios. Contudo, no trabalho de dissertação de Venturini (1993), o fogo no PNE é apontado como um problema, embora compreendida sua importância para o bioma Cerrado, para a UC e geralmente é decorrente de prática utilizada pelos fazendeiros do entorno para a limpeza de terreno. Prática essa que acaba avançando além das cercas divisórias do PNE.

No PESCAN, por sua vez, de acordo com informações de bombeiros locais a ocorrência de grandes queimadas nessa UC é decorrente de processos naturais principalmente na época da seca. O que não descarta a ocorrência de pequenos incêndios ocasionados por ações antrópicas de fazendeiros do entorno.

Ainda sobre o parâmetro da zona de amortecimento (entorno), percebe-se que a maioria dos entrevistados, 66,67%, afirma que não há restrição/proibição de atividades em suas fazendas (figura 21). Nesse caso, acredita-se que, provavelmente, é porque esses proprietários nunca tiveram interesse em desenvolver alguma das atividades que seriam proibidas e por isso dizem não haver restrição. O segundo maior percentual, 22,22%, diz que a proibição se restringe à queimada, ou seja, não é permitido que os proprietários coloquem fogo nos pastos. Os outros 11,11% restantes informam que a restrição se relaciona ao desmatamento num raio de 10Km perto da Serra

O último dado apontado, raio de 10Km, se apresenta pertinente, pois o monitoramento nesse é claro na legislação ambiental brasileira, SNUC. Por outro lado, não é permitido atividades ambientalmente prejudiciais à UC realizadas no seu entorno (BRASIL. LEI N. 9.985 – SNUC, 2000).

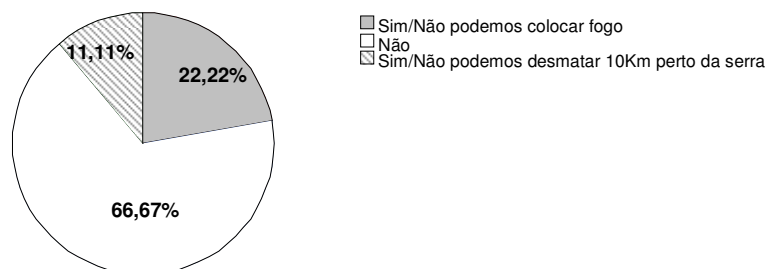


Figura 21 - Restrição de atividade na propriedade.

A fiscalização das atividades desenvolvidas no PESCAN, de acordo com 44,44%, é feita pelo IBAMA e pela Agência Ambiental do Estado de Goiás, as quais verificam animais mortos e desmatamentos (figura 22). Outros 33,33%, disseram não haver nenhum tipo de fiscalização. Já 11,11% afirmam que a fiscalização é em relação à vacinação do gado, a qual é realizada pela Agência Goiana Rural e por fim, o mesmo percentual, 11,11%, aponta que agentes do IBAMA costumam passar na fazenda uma vez ao ano para uma fiscalização geral.

Assim, ao somar os percentuais, verifica-se que órgãos ambientais se mostram presentes na região por meio da fiscalização cumprindo com seu dever enquanto entidade pública promotora de conservação e fiscalização.

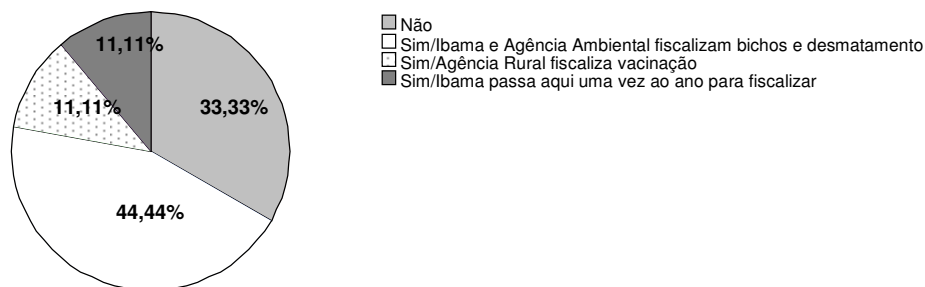


Figura 22 - Monitoramento das atividades, quem o faz e como é feito.

Entretanto, 77,78% como apresentado na figura 23, afirmam não ter relação conflituosa com o Parque. Em oposição, 11,11% dizem que o problema se relaciona às queimadas na Serra e os outros 11,11% dizem que há problemas quando os animais do Parque matam seus animais.

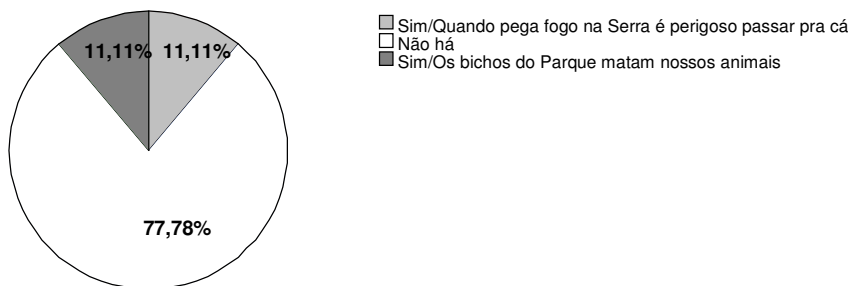


Figura 23 - Problemas com o Parque.

Todos os entrevistados afirmam que os turistas que por ventura aparecem em suas propriedades não lhes causam transtornos.

Assim, foi possível verificar que mesmo os proprietários não desenvolvendo atividade turística no entorno do PESCAN há uma procura, ainda que incipiente, de turistas por essas atividades.

De acordo com 55,56% dos entrevistados eles recebem palestras ministradas pelos fiscais do Parque e pela Agência Ambiental de Goiás cuja ementa é direcionada às queimadas; porém, os 44,44% restantes disseram que não recebem nenhum curso sobre educação ambiental ou que envolva a temática como um todo. Nesse sentido, acredita-se que o percentual que afirmam não receber tais orientações, provavelmente, não foram encontrados na propriedade para o convite dessas, pois tanto a administração do Parque quanto a maioria dos proprietários das fazendas, afirmam a existência das mesmas.

A última pergunta foi uma questão aberta a qual permitia o proprietário expor suas idéias em relação à prática de turismo no Parque. Como se vê na figura 24 os resultados se dividiram entre pessoas favoráveis à atividade e pessoas que se opõem a essa.

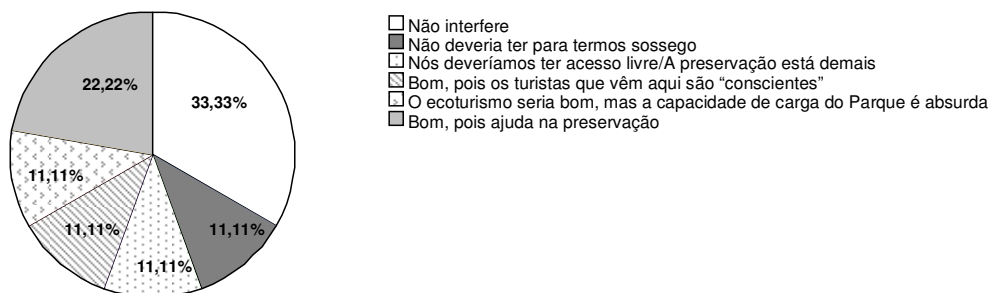


Figura 24 – Percepção sobre o turismo no Parque.

O maior percentual, 33,33%, acredita que o turismo no Parque não interfere em nada, 22,22% apóiam, pois acham bom e dizem que ajuda na preservação. Para 11,11% não deveria ter para que os moradores rurais tenham “sossego”. Outros 11,11% não se declaram a favor nem contra, mas acham que deveriam ter acesso livre na Serra e dizem ainda que a preservação está demais! A mesma proporção, 11,11%, concorda com a atividade, uma vez que os turistas que visitam a Serra de Caldas são “conscientes” (aqui entendido como educados ambientalmente) e por fim, os 11,11% restantes (que representa uma proprietária), demonstraram possuir um bom conhecimento da segmentação turística ao afirmar que o “ecoturismo” seria bom, mas que a capacidade de carga do Parque é um absurdo. Isto porque a capacidade de carga é um item fundamental e que deve ser rigorosamente respeitado na tipologia de ecoturismo.

Ao somar os resultados da ultima figura, têm-se mais proprietários a favor do turismo do que contra. Nesse sentido, vale ressaltar que certas tipologias de turismo na natureza, como o ecoturismo, por exemplo, são atividades que vão ao encontro da sustentabilidade, pois:

[...] utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (EMBRATUR e IBAMA, s/d).

É importante destacar que numa UC a preservação nunca é demais como exposto por um dos entrevistados, uma vez que de acordo com a Lei n. 9.985 – SNUC (BRASIL, 2000) um dos objetivos para a criação dessas é a conservação do ecossistema.

Assim, pela análise dos dados obtidos e das observações *in loco* foi possível perceber o grande potencial que as propriedades do entorno têm para o desenvolvimento do turismo, tanto de tipologias de turismo de natureza, turismo rural, turismo de aventura como de ecoturismo.

Um dos fatores que caracterizam o exposto se refere à própria localização da área mencionada, pois essa está inserida na zona de amortecimento de uma UC. As paisagens presentes nessa UC (com espécies da flora e fauna do cerrado, o que demonstra uma singularidade da região), o relevo da Serra, bem como as propriedades rurais que guardam particularidades de propriedades rurais antigas com atividades econômicas (pecuária) atraentes do ponto de vista do

turista, cultura de comidas típicas e modo receptivo da população autóctone, são outros fatores que demonstram o potencial turístico da região para se desenvolver as tipologias aqui descritas.

4.3 Entrevista com os visitantes do PESCAN

Os questionários aplicados aos turistas/visitantes do PESCAN permitiram uma definição do perfil desses, além de fornecer informações sobre suas percepções em relação a sustentabilidade da atividade turística, dentre outros. A preocupação em realizar um questionário junto a esses é apontada por Beni (2003) ao afirmar que o equilíbrio necessário entre atividade humana, desenvolvimento e proteção do ambiente, exige uma divisão de responsabilidades, na qual os turistas devem apresentar comportamentos e atitudes responsáveis frente aos recursos naturais para que o turismo aconteça de forma sustentável. Nesse sentido, os turistas do PESCAN são importantes atores sociais na busca da sustentabilidade do Parque.

Dos 261 turistas que responderam os questionários, percebe-se um grande equilíbrio quanto ao gênero: 52,49% - feminino e 47,51% - masculino. Em relação à faixa etária, a maior procura pelo Parque é de pessoas entre 31 e 40 anos (25,29%), 41-50 anos (21,46%) e finalmente entre 0 a 10 anos (3,07%).

Resultados semelhantes foram encontrados em outros estudos, como o realizado no PESCAN entre o período de julho de 2002 a janeiro de 2003 (PARQUE ESTADUAL DA SERRA DE CALDAS NOVAS – PERFIL DO TURISTA, 2003) e em Pirenópolis (MESQUITA, 2007). Esses resultados demonstram que a faixa etária predominante em atividades de turismo na natureza são pessoas adultas que possuem interesse por esse segmento de turismo.

Os visitantes do Parque em uma maior porcentagem, 24,52%, são estudantes, em segundo lugar, 23,37%, são servidores públicos e 17,24% atuam de modo geral no comércio, na indústria e prestação de serviços, entre outras atividades.

Em relação ao grau de instrução/escolaridade desses visitantes, o destaque se dá ao ensino superior (3º grau) com 37,16% do total, seguido por 27,20% do ensino médio (2º grau) e 19,54% com pós-graduação. Vale lembrar que 19,54% dos visitantes estão numa faixa etária entre 11 e 20 anos, daí o percentual

de 12,26% possuem o ensino fundamental e 3,45% o 1ª grau. Contudo, há 0,38% que representa 1 visitante, o qual informou não possuir grau de escolaridade.

As profissões anteriormente mencionadas, com exceção a de estudante, proporcionam uma renda de 5 a 10 salários mínimos por mês para 27,97% dos visitantes, ou seja, atualmente está entre R\$ 1.750,00 à R\$ 3.500,00, de 1 a 4 salários para 26,05% e entre 11 a 20 para 21,46%.

Assim, é importante esclarecer que a profissão que se destacou foi a de estudante, o grau de escolaridade o ensino superior e a renda entre uma média de 5 a 10 salários mínimos, o que por sua vez, parecem ser dados contraditórios. Contudo, vale lembrar que muitos visitantes do PESCAN são estudantes formados e que estão cursando uma pós-graduação, mas já têm uma profissão e ao responderem os questionários optaram por se apresentarem como estudantes. Vale ressaltar que dados semelhantes sobre profissão, escolaridade e renda, foram encontrados num documento do PESCAN sobre o perfil dos turistas dessa UC (PARQUE ESTADUAL DA SERRA DE CALDAS NOVAS, 2003).

Uma característica observada por meio dos últimos três dados (grau de instrução, profissão e renda) é a seletividade (ainda que de maneira natural) de turistas presentes no Parque, uma vez que os valores cobrados para visitaçãõ nesse não são altos. Assim, verifica-se que um quesito a ser levado em consideração é o interesse individual em se visitar atrativos naturais como o PESCAN.

As cidades de origem dos entrevistados são bastante diversificadas, entretanto, a capital do Estado, Goiânia, tem destaque, uma vez que 24,5% dos visitantes provêm dessa cidade. Lugares como São Paulo e Brasília aparecem respectivamente em 3º e 4º lugar com 12,06% e 12,03%. Vale ressaltar a cidade de Caldas Novas com um percentual de 3,4%.

Ao fazer uma proporção dos turistas das quatro cidades de origem acima mencionadas é possível verificar que juntas possuem no total 14.670.001 habitantes (100%), sendo Goiânia com 1.201.006 habitantes (IBGE, 2007), que corresponde a 8,2%; São Paulo com 11.016.703 habitantes (IBGE, 2007) corresponde a 75,1%; Brasília com 2.383.784 habitantes (IBGE, 2007) corresponde a 16,2% e Caldas Novas com 68.508 habitantes (IBGE, 2007) corresponde a 0,5%. Assim, é verificado que Goiânia é o município de origem mais representativo no PESCAN superando a proporcionalidade esperada. Caldas Novas merece destaque por

também superar a proporcionalidade esperada e os demais municípios demonstram um déficit em relação a suas representatividades. Para tanto, os meios de comunicação são ferramentas que podem ser utilizadas no intuito de promover o turismo no Parque, mas há de se considerar que esses devem ser utilizados de maneira cautelosa e planejados pensando na sustentabilidade local.

Nesse sentido, percebe-se que o PESCAN tem atendido, quase que totalmente, um dos princípios básicos do ecoturismo, pois de acordo com Wearing e Neil (2001, p. 13) o ecoturismo “cria instalações recreativas que podem ser usadas pelas comunidades locais, pelos visitantes domésticos e internacionais”, uma vez que vem atraindo visitantes da comunidade local e domésticos. A esse respeito, verifica-se um percentual de 0,38% em relação à Holanda como o país de origem de um dos visitantes do Parque, os 99,62% restantes são do Brasil, demonstrando assim que ações devem ser tomadas no sentido de atrair visitantes internacionais para que o PESCAN possa atender na íntegra o princípio acima citado.

O Estado de Goiás se destaca por apresentar 37,2% do total de cidades de origem dos entrevistados, seguido por São Paulo com 35,6%, Distrito Federal (12,3%), Minas Gerais (8,8%), outros estados (3,4%), Rio de Janeiro (2,3%) e Paraná com 0,4%.

O meio de transporte mais utilizado até a região de Caldas Novas e Rio Quente é o veículo próprio (75,86%), em seguida têm-se os ônibus (15,33%), os demais percentuais (6,13%) utilizam outros meios de transportes (não mencionados) e 2,68% os serviços aéreos. Acredita-se que os dois primeiros resultados são devidos ao maior percentual de cidade que emitem turistas (Goiânia), ou seja, fica a 165Km de Caldas Novas e também ao significativo número de excursões que a região recebe diariamente durante a temporada de férias.

Paulo (2005), ao analisar a dinâmica intra-urbana de Caldas considera que o veículo próprio é o principal meio de transporte utilizado até a região das águas termais pelo fato das principais rodovias que dão acesso a Caldas Novas serem de boa qualidade, o que facilita o traslado turístico. O autor discorre, dentre outros, sobre a importância do terminal rodoviário municipal, pois segundo ele, os ônibus servem à grande parte dos turistas, além de representar uma opção de menor custo para esses. Contudo, deve-se considerar que o movimento aéreo tem crescido a uma média de 20% a cada mês. A esse fato é aliada a ampliação das operadoras de

vôo, que cada vez mais freqüente, acabam operando em Caldas Novas (PAULO, 2005).

Entretanto, os percentuais anteriores se modificam quando relacionados ao transporte utilizado até o PESCAN: veículo próprio (73,18%), veículo alugado (9,58%), ônibus (7,66%), outros tipos de transportes (7,66%) e motos (1,92%). Vale ressaltar que os ônibus, quando citados, referem-se aos que são fretados, pois não há transporte coletivo municipal que dê acesso ao Parque.

A esse respeito, Paulo (2005) aponta falhas no sistema de transporte municipal de Caldas Novas, pois essa conta com quatro linhas de transporte coletivo intra-urbano e também intermunicipal, o que por sua vez, se torna insuficiente na época de feriados prolongados e férias. Essa falha no serviço de transporte pode fazer com que os turistas busquem outros meios de condução; ou deixem de ir ao Parque pela dificuldade encontrada no sistema público de transportes.

As informações subseqüentes referenciam-se à relação dos visitantes/turistas com o PESCAN no intuito de verificar comportamentos, percepções, desejos e preocupações dos mesmos com o desenvolvimento da atividade turística na referida UC, bem como o fator conservação ambiental do Parque. Assim, verificar-se-á a quantidade de visitas dos turistas no Parque, o motivo da visita, o que esperavam encontrar, o que mais chamou atenção, o tempo de permanência, o meio de divulgação que propiciou a informação sobre a existência do PESCAN, o atendimento nesse, a recomendação da visita, a orientação antes de subir na Serra, os serviços ou atividades que faltam no Parque, o tipo de visita: guiada ou autoguiada, o valor do ingresso cobrado, a conservação no PESCAN, os benefícios e malefícios da atividade turística e as recomendações para uma melhor conservação dos recursos naturais do PESCAN.

O resultado em relação ao número de vezes que o visitante vai até o PESCAN indica que 15,71% estavam no Parque pela segunda vez; 3,83% o visitavam pela terceira vez; 2,30% já haviam estado no Parque mais de três vezes e a maioria, 78,16%, estavam no Parque pela primeira vez (figura 25). Entretanto, verifica-se que 21,84% das pessoas que conhecem o Parque acabam gostando do local e se sentem atraídas a retornar.

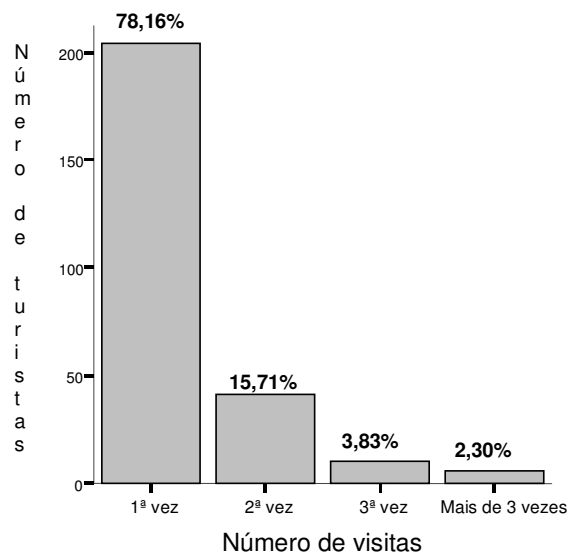


Figura 25 - Número de vezes que o turista vai até o PESCAN.

Contudo, tentando identificar se o PESCAN era a primeira UC que esses freqüentavam, observou-se que 71,26% já haviam estado em outras UC's antes e que para os outros 28,74% dos entrevistados, o Parque consistia na primeira visita a uma UC. Assim, foi possível perceber que as áreas naturais legalmente protegidas que permitem interação humana estão se tornando parte de roteiros turísticos mesmo de destinos onde o turismo na natureza não é predominante, o que demonstra a demanda cada vez mais crescente a destinos naturais. Nessa perspectiva, o Guia Quatro Rodas (2007) tem estimulado a visita a UC's, pois tem incluído em seus roteiros e atrativos turísticos algumas UCs, dentre elas, o PESCAN. Além do exposto, o World Resources Institute diz que o segmento de turismo na natureza está crescendo em até 30%, enquanto o turismo como um todo cresce a uma taxa aproximada de 4% (CEBALLOS-LASCURAIN, 1990 apud WEARING e NEIL, 2001).

Pensando, então, na região das águas termais onde a grande demanda é por clubes com águas quentes e espaços agitados, buscou-se junto aos visitantes do Parque identificar qual era a motivação que os levava a procurar o PESCAN. Inicialmente, acreditava-se que o maior motivador eram as cachoeiras com banhos de água fria que a Serra oferece. Contudo, ao analisar a tabela 3, foi possível verificar que a maior atração se encontra simplesmente na possibilidade de recreação como um todo, resposta de 23,4% dos entrevistados, seguido por um fator

ainda mais interessante e desejável na concepção do turismo sustentável: a educação ambiental com 11,9% e a natureza, por conseguinte, com 11,1% do total.

Tabela 3 - Motivo da visita ao PESCAN.

Motivo da visita	Percentual
Recreação	23,4%
Ed. Ambiental	11,9%
Natureza	11,1%
Ed. Amb. e recreação	5,7%
Ed. Amb/recr/cach/nat	5,0%
Ed. Amb/fauna/flora/nat	5,0%
Cachoeiras e Natureza	4,6%
Rec/fauna/flora/cach/nat	4,2%
Inter. Fauna/flora	3,4%
Ed. Amb/recr/flora/fauna/esp/cach e nat	3,4%
Int. Fauna/flora/cach/nat	3,4%
Int. Fauna	2,7%
Cachoeiras	2,7%
Pesquisa s/ hospedagem	2,3%
Recreação e natureza	2,3%
Fauna/flora/natureza	1,9%
Recreação/cachoeira/natureza	1,9%
Pesquisa e cachoeira	1,1%
Esporte	0,8%
Recreação e Turismo	0,8%
Recr/fauna/flora/esp/cach/nat	0,8%
Pesquisa c/ hospedagem e cachoeira	0,8%
Int. Flora	0,4%
Pesquisa e interesse pela flora	0,4%

Esses dados sustentam a abordagem de Boo (2001) ao afirmar que muitos parques vêm enfrentando uma súbita demanda no seu número de visitantes e que dentre as estratégias para o desenvolvimento do ecoturismo nesses espaços a administração desses deverá oferecer educação ambiental.

Na intenção de dar sustentação a abordagem anterior, perguntou aos visitantes o que eles esperavam encontrar no Parque, para tanto, elaborou-se opções variadas de respostas fechadas dando a possibilidade dos mesmos escolherem quantas alternativas lhes fossem necessárias. Assim, 49,04% das pessoas marcaram todas as opções. Em segundo lugar, com 12,26%, aparecem as cachoeiras, o que por sua vez, sustenta a principal motivação dos turistas em procurar o Parque (recreação); após, tem-se as paisagens bonitas representando 10,34% do total; 9,58% animais e plantas; 8,05% cachoeiras e paisagens; 6,13% cachoeiras, animais e plantas; 4,21% outros elementos e apenas 0,38% esperava encontrar preservação no Parque (figura 26).

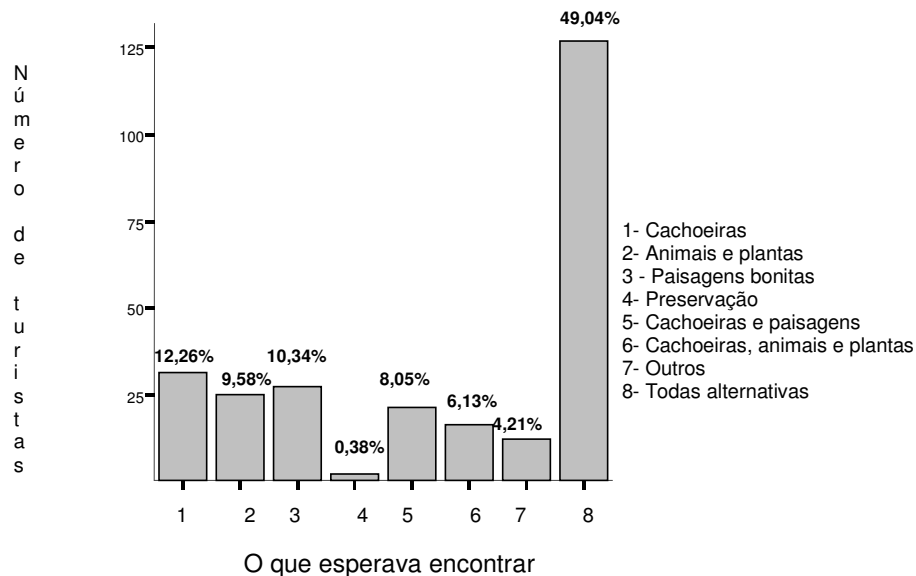


Figura 26 - Atrativos que os turistas esperavam encontrar no PESCAN.

Com os dados obtidos foi possível estabelecer o papel das cachoeiras enquanto atrativo natural, mesmo que essas não aparecem como o principal motivo de visita ao Parque. Mas além de representar o segundo elemento que os visitantes procuram encontrar, ainda é o que mais chama atenção desses com um percentual de 10,7% do total (tabela 4). Em seguida, têm-se as paisagens com 8,4%, acredita-se que esse resultado é devido a sua variedade de ecossistemas, os quais são diferentes de outras regiões de origem dos visitantes e também é claro, à beleza cênica singular proporcionada pela Serra de Caldas.

Um outro item avaliado procurou mensurar o tempo de permanência desse visitante no Parque. Para tanto, vale lembrar que o horário de funcionamento do PESCAN é das 8h às 12h e das 14h às 17h. Sendo que no período matutino o visitante só entra até às 10h no máximo, pois de acordo com os funcionários do Parque, se o visitante entrar após esse horário ele não conseguirá retornar até às 12h, horário que o Parque fecha para almoço e não é permitida a permanência de visitantes durante esse horário. O mesmo acontece no período vespertino, o horário máximo para entrada é até às 16h pelo mesmo motivo. Assim, pela figura 27, percebe-se que o horário de permanência no Parque não é extenso. Mais da metade, 50,96%, fica até 2 h no máximo; 42,15% permanecem de 2h a 4h; 3,83% de 4h a 6 h; 1,15% de 8h a 10h; a mesma porcentagem anterior ficam mais de 48 h e apenas 0,77% permanecem de 6h a 8h. Nesse sentido, ressalta-se que os horários

nos quais os visitantes ultrapassam as 4h permitidas durante o período matutino, por exemplo, é porque ao chegar o horário de almoço eles ainda não retornaram para a sede. E ainda, no caso de permanência de até 48h é porque há turistas/pesquisadores hospedados no Parque.

Tabela 4 - O que mais chamou atenção dos turistas em suas visitas no PESCAN.

O que mais chamou atenção	Percentual
Cachoeiras	10,7%
Paisagem	8,4%
Cachoeira e Trilha da Cascatinha	6,5%
P./Cachoeiras/Trilhas	5,7%
P./Cachoeiras/T. Paredão/M. Cascatinha/fauna/flora	5,0%
Paisagem e cachoeira	5,0%
Paisagem/Cachoeira/Trilhas/Flora	4,6%
Cachoeiras/Trilhas/Fauna/Flora	3,4%
T.Cascatinha/T.Paredão	3,4%
Trilha do Paredão	3,1%
Flora	3,1%
Trilhas	2,7%
P./Cachoeira/Trilhas/T.Cascatinha/T.Paredão/M.Paredão.	2,7%
P./T.Cascatinha/Fauna/Flora	2,7%
P./Cachoeira/T.Cascatinha/T.Paredão/M.Cascatinha/M.Paredão/Flora	2,7%
Paisagem/Cachoeira/Flora	2,3%
P./Cachoeira/T. Cascatinha	2,3%
Trilha da Diversiflora	1,9%
Trilha da Cascatinha	1,9%
Fauna	1,9%
P./Cachoeira/M.Cascatinha.	1,9%
P./Cachoeira/Trilhas/M.Cascatinha.	1,5%
Pais/T.Cascatinha/M.Cascatinha/M.Paredão	1,5%
Cachoeira/M.Cascatinha/M.Paredão	1,5%
Fauna e Flora	1,5%
Mirante do Paredão	1,1%
P./Flora	1,1%
Mirante da Cascatinha	0,8%
T.Paredão/M.Paredão/Fauna	0,8%
T.Fauna/Flora/Museu	0,8%
Todas as alternativas	7,3%

Onde:

C = cachoeira; M = mirante; P = paisagem; T = trilha

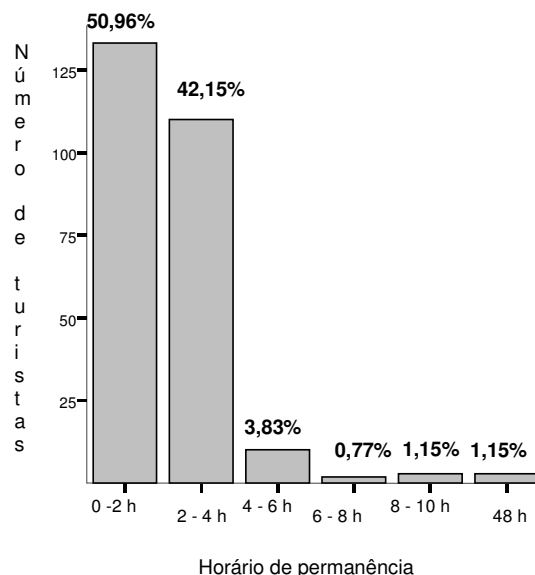


Figura 27 - Tempo de permanência dos turistas no Parque.

Os dados acima obtidos demonstram uma falha no cumprimento do Parque em relação à educação ambiental, pois o período de 2 h é o tempo que mais da metade dos visitantes ficam no PESCAN e como observado, esse tempo é gasto nas trilhas. Assim, se o visitante tivesse um instrutor que o guiasse e utilizasse os recursos naturais e construídos que o Parque oferece para fomentar a educação ambiental, provavelmente, os turistas passariam mais tempo no Parque e concomitantemente, fariam uma atividade turística aliada à educação ambiental, podendo contribuir para a prática sustentável da atividade.

Variados foram os meios pelos quais os visitantes tiveram conhecimento sobre a existência do Parque, porém, a indicação de amigos foi a forma de divulgação que recebeu maior destaque, com 36%, em seguida, têm-se os folhetos e cartazes em Caldas Novas. A tabela 5 mostra o percentual de 9,2% dado ao Guia Quatro Rodas, 6,1% ao Guia Local - hotel em que estavam hospedados e Internet, 5,7% às agências de viagem, 5,4% às placas indicativas, 2,3% aos moradores, 1,9% à televisão - à Secretaria de Turismo e a outros meios de divulgação respectivamente. Esses resultados demonstram que a propaganda “boca a boca” tem prevalecido sobre os demais meios de comunicação. A esse respeito, Anderson (1998) diz que clientes satisfeitos se dispõem naturalmente a fazer esse tipo de propaganda a favor da empresa, neste caso, para o PESCAN.

Tabela 5 - Meios de divulgação sobre o PESCAN.

Como ficou sabendo do Parque	Percentual
Indicação de amigos	36,0%
Folhetos/Cartaz em Caldas Novas	12,3%
Guia quatro rodas	9,2%
Guia local	6,1%
Hotel	6,1%
Internet	6,1%
Agência	5,7%
Placas indicativas	5,4%
Moradores	2,3%
TV	1,9%
Sec. Turismo	1,9%
Outros	1,9%
Folhetos/Cartaz em Rio Quente	1,5%
Guia local e Internet	1,5%
Livros	1,1%
Faculdade	0,4%
Todas alternativas	0,4%

Um dado positivo para o Parque, que pode colaborar com as possíveis estratégias de marketing, é que quase todos os visitantes, 99,23%, recomendam o passeio a outras pessoas. E ainda, 97,32% afirmaram que retornariam ao Parque contra apenas 2,68% que disseram que não. Entretanto, parte do percentual que disse não pretender voltar ao Parque é porque já o conhecia.

Em relação ao atendimento no PESCAN, os visitantes se mostraram satisfeitos, 56,70% disseram ser ótimo o atendimento prestado pelos funcionários do Parque, 39,85% o classificam como bom, 2,68% regular e apenas 0,77%, que corresponde a 2 visitantes, dizem que esse é péssimo (figura 28). A qualidade nos serviços prestados é característica fundamental do turismo em qualquer de suas segmentações, assim, o Parque tem cumprido, em sua grande maioria, seu dever ao oferecer qualidade no atendimento prestado aos seus visitantes.

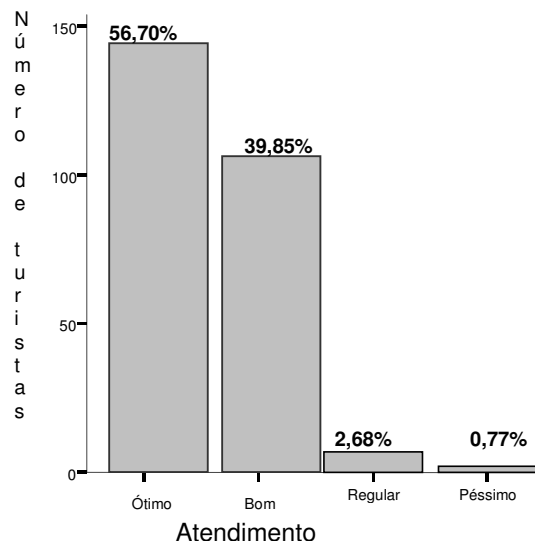


Figura 28 – Qualidade no atendimento do PESCAN.

Contudo, a figura 29 traz dados não muito favoráveis à preservação e conservação da Serra, pois as informações dadas aos visitantes antes de iniciarem o passeio, em sua grande maioria, 91,57%, são repassadas pelos funcionários do Parque (fiscais, guia e recepcionista/porteiro) numa conversa informal na própria portaria ou durante as trilhas quando se tem a companhia do guia. Pois como já mencionado, os equipamentos que ficavam no auditório e serviam de apoio para uma pequena palestra que o turista assistia antes de iniciar as atividades no Parque foram roubados, prejudicando assim, não só a qualidade da visita, mas a oportunidade de oferecer um ótimo e oportuno momento para educação ambiental.

Outro percentual, 4,60%, mostra que além da conversa informal receberam também um folheto do PESCAN contendo um mapa com os principais atrativos turísticos, informações úteis para melhor aproveitamento das trilhas e breves apontes sobre o Cerrado.

Outros por sua vez, 2,68%, receberam apenas o folheto, o que pode se tornar ainda mais prejudicial, pois o bom uso desse material dependerá do interesse de quem o recebe. O 1,15% restante, disse que as informações que recebeu foram de outras formas, mas não as indicaram. Vale ressaltar que um dos objetivos das Unidades de Proteção Integral, como o PESCAN, é a promoção da educação ambiental (BRASIL. LEI N. 9.985 - SNUC, 2000). Nesse sentido, percebe-se um

déficit em relação ao cumprimento dessa, o que vem de encontro com a conquista da sustentabilidade nas atividades turísticas desenvolvidas no Parque.

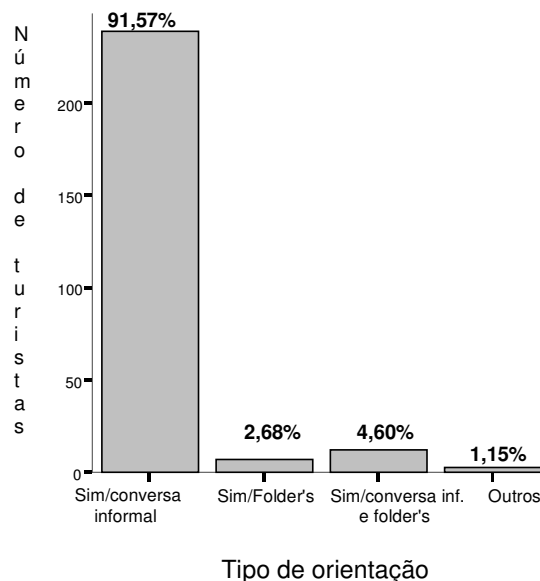


Figura 29 - Orientação antes de subir na Serra.

Os visitantes do Parque, apesar de satisfeitos com o atendimento prestado, demonstram carência em relação a alguns serviços básicos do turismo e que faltam no PESCAN. Observa-se que 35,6% sentem falta de uma lanchonete no Parque que parece estar relacionada com a falta de água engarrafada, pois a única opção que o Parque oferece para saciar a sede é um bebedouro que fica logo na portaria do mesmo. Há 34,5% que dizem não faltar nada. Alguns entrevistados (6,9%) marcaram todas as alternativas que o questionário oferecia, ou seja, para esses, faltam todos os serviços listados no questionário (lanchonete, loja de *souvenir* e restaurante). Serviços e atividades como: restaurante, loja de suvenires, rapel, piscinas e atendimento a portadores de necessidades especiais, foram listados pelos visitantes como exposto na tabela 6.

Tabela 6 - Serviço ou atividade que falta no PESCAN.

Serviço ou atividade	Percentual
Sim/lanchonete	35,6%
Não	34,5%
Sim/todas alternativas	6,9%
Sim/outros	6,1%
Sim/restaurante	5,7%
Sim/lanchonete e restaurante	4,2%
Sim/loja de suvenires	2,3%
Sim/lanchonete e loja de suvenires	2,3%
Sim/rapel	1,1%
Sim/loja de suvenires e restaurante	0,4%
Sim/Aten. a portadores de nec. especiais	0,4%
Sim/piscina	0,4%

Sabe-se que o turismo no PESCAN não é o principal objetivo para a criação do Parque e que a tipologia lá oferecida não demanda uma gama de variações de serviços qualificados. Contudo, os serviços lá prestados são falhos, pois uma loja de *souvenir*, por exemplo, poderia servir como propósito de aumentar a arrecadação no Parque direcionando-a para conservação desse e a venda de água, por exemplo, se faz fundamental, visto que nas proximidades do Parque não há locais de venda e os visitantes vão confiantes da existência dessa.

A pergunta referente ao tipo de visita realizada, se guiada ou autoguiada, se mostra pertinente devido ao fato do Parque possuir apenas um guia em seu quadro de funcionários, o qual é terceirizado e recebe comissão por todas as entradas (visitantes) no Parque, independentemente de ter ou não as guiado. Vale lembrar que o guia faz apenas duas trilhas por dia, quando as faz, uma pela manhã às 9h e outra durante à tarde às 15h, isso significa que se o visitante chegar depois desses horários estipulados ele não terá direito ao acompanhamento do guia e caso chegue antes, terá de aguardá-lo até o horário de saída desse.

Esse fator reflete na quantidade de pessoas que fazem as trilhas sozinhas, 62,07% e o restante, 37,93%, tiveram a companhia do guia. É importante lembrar que o ecoturismo estimula a compreensão dos impactos do turismo sobre o meio natural, cultural e humano (WEARING e NEIL, 2001). Nesse caso, a garantia de exequibilidade dessa compreensão deveria ocorrer por meio do guia, o que nem sempre acontece, assim, o PESCAN não vem contribuindo com esse quesito.

Uma outra questão abordada foi em relação ao valor do ingresso para entrada: R\$ 5,00 para turistas e R\$ 2,00 para moradores de Caldas Novas e Rio Quente. Grande parte, 93,49%, acha que o valor cobrado é justo e 6,51% não

acreditam ser justa a taxa cobrada. Nesse sentido, torna-se conveniente relembrar que autores como Colchester (2000) defendem a idéia da participação responsável da população autóctone em UC's. Assim, foi verificado que a forma encontrada pelos administradores do PESCAN para não excluírem a população é facilitando a entrada deles no Parque por meio da redução do valor cobrado pelo ingresso, o que vem ao encontro das perspectivas do turismo sustentável (CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA e INSTITUTO DE HOSPITALIDADE. CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL - CTS, 2004).

E ainda, elaborou-se uma questão a qual visava identificar a percepção do visitante em relação à conservação do PESCAN. Assim, na concepção desses, identificou-se por intermédio de 90,80% das respostas que o Parque está bem conservado e o restante, 9,20%, afirmam que não. Faz-se necessário esclarecer que foi deixado claro aos entrevistados que o fator conservação mencionado relacionava-se ao Parque como um todo, principalmente ao ecossistema e não apenas em relação à estrutura física desse.

Nesse sentido, Ferretti (2002, p. 129) se faz presente ao afirmar que “a matéria-prima do ecoturismo é a natureza, que só pode ser utilizada se estiver ‘conservada’”. Nesse aspecto, o PESCAN tem cumprido seu papel tanto como atividade de ecoturismo em si, quanto na exeqüibilidade de alguns dos objetivos do Parque como conservar e proteger as tipologias vegetais, a comunidade faunísticas e as fontes e nascente de água (ALMEIDA E SARMENTO, s.d).

Uma outra questão abordada foi em relação à atividade turística ser benéfica ou maléfica para a conservação do PESCAN. Assim, observou-se que 3,45% acham que a atividade é maléfica, no entanto, mesmo vendo a atividade como maléfica estavam lá contribuindo (de acordo com o ponto de vista deles) para a grande demanda de uma atividade “prejudicial” ao Parque. Contudo, os 96,55% restantes, acreditam que o turismo pode contribuir para a conservação desse.

A esse respeito, Pires (2005, p. 486) diz que o ecoturismo, dentre outros, serve como um “meio estratégico de disseminação da consciência ecológica e ambiental, ampliando a base social de apoio à conservação da biodiversidade e da natureza”. Assim, a atividade não poderia ser maléfica à conservação do Parque.

Pensando em não apenas quantificar, mas também verificar a percepção do turista e dar a esse a oportunidade de expressar suas idéias enquanto ser social, finalizou-se o questionário com uma questão subjetiva, a qual permitiu que o

visitante fizesse as recomendações que pensava ser necessária visando o melhor uso do Parque, instruído é claro, a responder pensando na conservação dos recursos naturais do PESCAN.

Nesse sentido, obtiveram-se respostas variadas as quais se complementavam, assim, no intuito de melhor organizá-las para visualização e entendimento do leitor, elaborou-se a tabela 7 a qual expõe as recomendações sugeridas pelos visitantes do PESCAN.

Tabela 7 - Recomendações dos turistas visando o melhor uso do PESCAN.

Recomendações	Percentual
Sem recomendações/ Está bom assim	50,6%
Maior preservação da natureza	8,0%
Mais divulgação	5,7%
Obrigatoriedade de guias	3,8%
Melhor orientação aos visitantes	3,4%
Convênios com clubes	3,4%
Conservação da infra-estrutura	3,4%
Horário maior para visitação	2,7%
Mais informações e divulgação	2,3%
Mais trilhas	1,9%
Palestras para turistas	1,9%
Lixeiras	1,5%
Não permitir a entrada c/ possíveis dejetos	1,5%
Meio de transporte até o PESCAN	1,5%
Guias com experiência em <i>trekking</i>	1,5%
Orie. da atividade/não inserir comércio/silêncio	1,5%
Não modernizar o Parque	1,5%
Melhorar sinalização nas trilhas	1,1%
Saquinhos de lixos p/ turistas e mais lixeiras	1,1%
Corrimão nas trilhas	0,8%
Ver animais vivos	0,8%
Placas de conscientização	0,8%
Área de alimentação e sinalização	0,4%
Limpeza	0,4%
Silêncio nas trilhas	0,4%
Divulgação em escolas para educação ambiental	0,4%
Trabalhos atuantes de funcionários	0,4%
Água na sede e mais guias	0,4%

Assim, ressalta se dois fatores distintos: o da conservação propriamente dita e os que se relacionam ao aperfeiçoamento do turismo no Parque em prol do turista. Contudo, é destacado o maior percentual de 50,6%, os quais dizem que não há recomendações a serem feitas por considerarem boa a forma como a atividade vem se desenvolvendo. Nas sugestões é feita uma análise mais detalhada desses resultados.

5 CONCLUSÕES

Com a realização deste estudo foi possível analisar a atividade turística desenvolvida no Parque Estadual da Serra de Caldas Novas – PESCAN, bem como no seu entorno dentro de uma abordagem ambiental. Nesse sentido, foi detectado que a prática turística que ocorre no PESCAN se aproxima mais do conceito de ecoturismo, tipologia aceita e que pode ser desenvolvida nessa Unidade de Conservação – UC, conforme a legislação vigente.

Em relação ao entorno do Parque foi averiguado que não há atividade turística desenvolvida, embora haja interesse em desenvolvê-la. Para tanto, existem alguns projetos que já estão sendo implementados nas fazendas do entorno do PESCAN a fim de receber os turistas.

É válido destacar que nas propriedades do entorno do PESCAN, mesmo ainda não disponibilizando qualquer atividade para os turistas, há uma incipiente demanda de turistas de natureza por essas áreas e um grande potencial para o desenvolvimento das quatro tipologias do segmento do Turismo na Natureza.

A caracterização dos recursos naturais do Parque, da sua infra-estrutura e o simples fato do entorno ser a zona de amortecimento do PESCAN, já demonstra esse potencial. Fatores como a singularidade biológica da região (com espécies da flora e fauna do cerrado), cultura de comidas típicas, bem como as propriedades rurais que guardam particularidades de fazendas antigas, com atividades econômicas (pecuária) atraentes do ponto de vista do turista e modo receptivo da população rural, são outras características que demonstram esse potencial.

Em relação ao PESCAN, uma atividade importante que deveria ser desenvolvida, mas que não foi identificada, é a promoção da Educação Ambiental, uma vez que essa se faz presente nos objetivos dessa UC e se apresenta como um dos princípios fundamentais na prática do ecoturismo.

Contudo, há de se considerar a relação dos visitantes do Parque com a Serra, pois mesmo não recebendo educação ambiental e nem mesmo informações suficientes sobre a UC, demonstraram preocupações em relação à atividade turística e fizeram recomendações para o melhor desenvolvimento dessa atividade de modo a conciliá-la à conservação ambiental.

Lembrando a problemática que o estudo apresentou é possível afirmar que a atividade turística no PESCAN é sustentável apenas do ponto de vista ambiental. Entretanto, a atividade lá desenvolvida é indiferente aos aspectos culturais, sociais e econômicos da região, pois não propicia a participação da comunidade autóctone no processo de planejamento e implementação da atividade e não contribui para o desenvolvimento econômico regional.

Nesse sentido, estratégias podem e devem ser pensadas para que o Parque alie a conservação ambiental à participação social e ao desenvolvimento econômico.

É sabido que tornar o desenvolvimento turístico do PESCAN sustentável por completo, requer vontade política administrativa, pois os turistas do Parque se mostram receptivos a mudanças a favor da conservação desse. Assim, a dificuldade que parece existir se encontra no trabalho integrado do poder público aliado a um maior direcionamento de fundos monetários para o Parque.

Assim, ações integradas de governantes, ONG's, população e instituições de ensino e pesquisa podem ser uma alternativa na busca de um amplo conceito de desenvolvimento sustentável a ser implementado no PESCAN, sem que isso se torne um fator de ameaça para os recursos naturais do Parque.

6 SUGESTÕES

Pensando na sustentabilidade do PESCAN e no intuito de melhor aproveitar os recursos físicos e ambientais desse, são feitas algumas sugestões para o Parque e entorno.

Primeiramente, é destacado um dado abordado durante o estudo e que se faz intrigante e preocupante: a capacidade de carga do PESCAN (um total de 40 pessoas), 20 na Cachoeira da Cascatinha e 20 na Cachoeira do Paredão. Coloca-se em dúvida a garantia do não comprometimento do ecossistema, uma vez que essa capacidade é imposta por trilha e não por dia. Nesse sentido, pode-se ter uma grande rotatividade diária de turistas no Parque aumentando a pressão sobre os recursos naturais. Assim, sugere-se a imposição de uma capacidade de carga diária que considere a sazonalidade climática da região evitando possíveis prejuízos ao ecossistema.

Em relação às recomendações feitas pelos visitantes do Parque, vale enfatizar que das 28 recomendações catalogadas neste estudo, 14 estão relacionadas à conservação ambiental propriamente dita. Dessas 14, deixa-se clara a preocupação com as questões ambientais como a preservação da natureza, obrigatoriedade de guias visando um melhor controle da atividade e coibir possíveis atos de devastação, melhor orientação aos visitantes, palestras para os turistas, lixeiras, proibir a entrada de visitantes com possíveis dejetos, não inserir comércio, fazer silêncio quando estiver fazendo as trilhas, não modernizar o Parque, disponibilizar saquinhos de lixo para os turistas, placas de conscientização, limpeza do Parque de forma geral e divulgação desse em escolas para a prática da educação ambiental.

Fatores que se relacionam ao aperfeiçoamento do turismo, também apareceram nas sugestões. Esses, dizem respeito a uma maior e melhor divulgação do Parque, realização de convênios com clubes, conservação da infra-estrutura, horário maior e mais flexível para visitação, mais informações sobre a UC durante as visitas, mais trilhas, disponibilização de meios de transportes até o Parque, guias com experiência em *trekking*, melhor sinalização nas trilhas e corrimãos, estratégias para ver animais vivos, área de alimentação, trabalhos mais atuantes dos funcionários e disponibilidade de venda de água na sede.

Algumas das recomendações feitas pelos visitantes do Parque já tiveram sua importância comentada ao longo do trabalho e de modo geral, essas se fazem pertinentes por se tratar de uma UC e virem ao encontro dos princípios do ecoturismo.

Contudo, há recomendações que precisam ser cuidadosamente analisadas, nos convênios com clubes, por exemplo, deve-se verificar sua real necessidade e benefícios trazidos por esta parceria, pois esse fator pode representar uma grande demanda pelo Parque ultrapassando a capacidade de carga que garanta a manutenção do ecossistema, assim, em vez de contribuir poderia prejudicar a UC.

Concorda e sugere-se que a obrigatoriedade de guias treinados e capacitados da região se faça presente na visitação do Parque, pois esses podem colaborar para o melhor desempenho da atividade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e prática da educação ambiental.

Com as recomendações dos visitantes, foi observado que uma parcela desses sente falta de mais lixeiras disponíveis no Parque, bem como da distribuição de saquinhos de lixo. Entretanto, com as visitas *in loco* não é sugerida a disposição de mais lixeiras, uma vez que não foram encontrados lixos no decorrer das trilhas, demonstrando a suficiência destas. Contudo, pensando na sustentabilidade da atividade, em vez da distribuição de folhetos com mapas indicativos e informações, recomenda-se que estes referenciais sejam repassados em saquinhos que possam servir para que o visitante deposite seus rejeitos durante a visita, atendendo uma necessidade dos visitantes do Parque aliado ao melhor uso e aproveitamento do material informativo da UC.

A infra-estrutura do Parque realmente necessita de uma melhor conservação. Durante a realização das visitas foi observado que o Centro de Visitantes requer limpeza e as áreas verdes adjacentes a ele e a entrada do Parque necessitam de manutenção, pois o descuido com estes aspectos passam aos visitantes a impressão de um lugar abandonado.

Os horários para visitação se mostraram um tanto inflexíveis. Assim, a sugestão é manter o Parque aberto durante o horário de almoço, pois o número de funcionários que este possui (6 durante a realização das visitas de campo) permite fazer uma espécie de “rodízio” para que o Parque permaneça aberto e receba os turistas que o procuram durante este horário.

Quanto à inserção de novas trilhas não acredita ser necessária, uma vez que se o visitante tiver as orientações corretas ao bom uso do Parque poderá desfrutar melhor de cada atrativo existente não demandando a criação de mais atrativos. Nesse sentido, sugere-se o melhor aproveitamento dos recursos que o Parque já oferece a seus visitantes cabendo a guias e/ou monitores esta orientação.

Dessa forma, concordando com as recomendações dos visitantes, o Parque deveria ter pelo menos um monitor preparado e qualificado no Centro de Visitantes a fim de garantir a exeqüibilidade da educação ambiental, utilizando para tanto, recursos como o museu e a sala de leitura.

A falta de meios de transporte até o PESCAN também foi apontada pelos visitantes. Nesse sentido, recomenda-se uma parceria do Parque com o município de Caldas Novas para que o transporte público da cidade chegue até o Parque, fixando pelo menos dois horários: um pela manhã e outro durante à tarde, desta maneira, moradores e turistas teriam sua locomoção até a UC facilitada, podendo ainda se organizar de acordo com os horários já estabelecidos.

Mesmo não detectando maiores problemas em relação à sinalização nas trilhas alguns visitantes se mostraram insatisfeitos com esta. Assim, sugere-se uma revisão na quantidade e qualidade das placas de sinalização e a inserção de corrimãos nas trilhas, vindo ao encontro com recomendações dos visitantes.

A sugestão mais delicada dos visitantes relaciona-se as estratégias para ver animais vivos, pois dificilmente aqueles têm a oportunidade de ver animais de grande porte no Parque. Contudo, deve-se levar em consideração que muitos parecem não considerar os pássaros, os insetos e os peixes como fauna, pois querem ver grandes animais do Cerrado. Nesse sentido, fica difícil atender a essa recomendação, o mais sensato que os funcionários do Parque podem fazer e já o fazem é aconselhar os visitantes a manterem silêncio nas trilhas, pois a barulho afugenta os animais. É importante o papel que o guia exerce ao chamar a atenção dos visitantes para a importância desses pequenos animais, que muitas vezes passam despercebidos pelos visitantes.

Atendendo a necessidade que a maior parte dos turistas têm em relação aos serviços que o Parque oferece é sugerida a reabertura da lanchonete pelo menos durante os períodos de férias e feriados prolongados, onde há um aumento significativo do número de visitas no Parque. Além da água, produtos como: sucos, refrigerantes, picolés, sorvetes, salgados e frutas, são boas opções para

comercialização. Para tanto, poderia ser realizada uma licitação junto às empresas de alimentos e bebidas dos municípios de Caldas Novas e Rio Quente, na qual a lanchonete funcionaria em forma de concessão. Assim, o PESCAN teria parte dos lucros dos produtos ou diárias de aluguel do espaço, contribuindo na arrecadação de rendas para aplicação em estratégias de conservação e/ou na manutenção do Parque, além de contribuir para o desenvolvimento social e econômico sustentável da região.

Em relação ao entorno do PESCAN é sugerida a realização de palestras e cursos sobre o mercado turístico direcionando-os para o desenvolvimento e importância deste na região. Dever-se-á enfatizar o segmento do turismo na natureza, explicitando tipologias como o turismo de natureza, o turismo rural, o turismo de aventura e o ecoturismo, bem como suas principais demandas, potencialidades e benefícios oriundos destas atividades. Pois assim, os moradores da região poderão optar pela manutenção de suas atividades econômicas ou pela inserção de novas práticas como a atividade turística sustentável, as quais podem contribuir com o desempenho econômico de suas propriedades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Carlos. **Caldas Novas**: além das águas quentes. Caldas Novas: Kelps, 1996.

_____. **Caldas Novas ecológica**. Caldas Novas: Kelps, 1998.

ALMEIDA A. F e SARMENTO F. N. M. (coord.). Parque Estadual da Serra de Caldas Novas - **Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas**. Conselho Tecnológico de Engenharia (CTE), Fundação Estadual do Meio Ambiente de Goiás – FEMAGO, Goiânia. s.d.

ANDERSON, E. W. **Customer Satisfaction and world-of-mouth**. Michigan: National Quality Research Center, 1998.

ANDRADE, Kátia Aline Forville de; BRENNER, Eliane Lopes e ROCHA, Cleonice. Caracterização do turismo rural desenvolvido no entorno da Cidade de Goiás-Go. In: AGUIAR, Maria de Fátima e BAHL, Miguel (orgs.). **Competência profissional no turismo e compromisso social**: coletânea do XXVI CBTUR, Congresso Brasileiro de Turismo. São Paulo: Roca, p. 239-252, 2006.

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. Turismo e Segmentação de Mercado: Novos segmentos. In: TRIGO, Luiz. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, p. 285-299, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE TURISMO DE AVENTURA – ABETA; ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO – ONGTUR e MINISTÉRIO DO TURISMO - MT. **Turismo de aventura**: orientações básicas. Brasil, 2006.

BARBOSA, Maria Alice Cunha e ZAMBONI, Roberto Aricó. **Formação de um cluster em torno do turismo de natureza sustentável em Bonito – MS**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Brasília: 2000.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **O despertar do turismo**: um olhar crítico sobre os não lugares. São Paulo: Aleph, 2001.

BARRETO, V. A. e GUIMARAES, V. N. Sustentabilidade e capitalismo: é possível? **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba, v. 2, n. 2, p. 9-19, 2003.

BASTOS, Anna Christina Saramago e FREITAS, Antônio Carlos de. Agentes e processos de interferência, degradação e dano ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista da e GUERRA, Antônio José Teixeira (orgs). **Avaliação e perícia ambiental**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 17-74, 2004.

BELISÁRIO, Alessandro Magno Damasceno. A Serra de Caldas Novas como Elemento Simbólico: paisagem e territorialidade. In: **Anais III Colóquio os territórios do turismo no Estado de Goiás**. Universidade Federal de Goiás, Campus II, Goiânia, 2005a.

_____. **Territórios e ambientalismo na Serra de Caldas Novas**. Goiânia: UFG, 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Estudos Socioambientais – IESA, Universidade Federal de Goiás, 2005b.

_____. Fronteiras, frente pioneira e a atividade turística em Caldas Novas – GO. In: **Caminhos de Geografia**. Revista eletrônica. Instituto de Geografia UFU. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia. V. 12, n. 17, p. 123-128, fevereiro 2006. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/volume17/artigo12_vol17.pdf> Acessado em 27 de mar. de 2007.

BENI, Mário Carlos. **Análises estruturais do turismo**. 11ª ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2006.

_____. Como certificar o turismo sustentável. **Turismo em Análise**. V. 14, n. 2, p. 3-4, 2003.

BOFF, L. **Responder Florindo: da crise da civilização a uma revolução radicalmente humana**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BOO, Elizabeth. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, Kreg e HAWKINS, Donald (editores). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 1ª ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, p. 31-57, 2001.

BORGES, Marcos; AGENDA 21 GOIÁS. **Sustentabilidade dos recursos naturais**. s/d.

BRANDON, Katrina; FONSECA, Gustavo; RYLANDS, Anthony e SILVA, José Maria da. Conservação brasileira: desafios e oportunidades. In: **Megadiversidade**. V. 1, n. 1, p. 7-13, 2005.

BRASIL. **Lei n. 9.985 de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.pdf>> Acessado em 18 de mar. 2006.

_____. **Carta de Joinville**. Disponível em: <<http://www.ielusc.br/citurdes>> Acessado em 17 de jan. 2007a.

_____. **Lei n. 9795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm> Acessado em 13 de fev. 2007b.

BRENNER, Eliane Lopes. El desarrollo turístico de la región de aguas termales de Goiás, Brasil. In: **Cuadernos de Turismo**. n. 16, p. 105-121, 2005.

BRITO, Francisco e CÂMARA, João. **Democratização e gestão ambiental**: em busca do desenvolvimento sustentável. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. 14 ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1995.

CHIAVENATO, Júlio José. **O Massacre da Natureza**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, p. 10-23, 2005.

COLCHESTER, Marcus. Resgatando a Natureza: Comunidades Tradicionais e Áreas Protegidas. In: DIEGUES, Antonio Carlos (org). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2ª ed. São Paulo. NUPAUB – USP: Hucitec. p. 225-256, 2000.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 19 ed. Rio de Janeiro: editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Agenda 21**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, capítulo 1, p. 9-59, 1996.

CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA e INSTITUTO DE HOSPITALIDADE. **Certificação em Turismo Sustentável**. Caderno n. 30. São Paulo, 2004.

COSTA, Patrícia Cortês. **Unidades de Conservação**: matéria-prima do ecoturismo. São Paulo: Aleph, 2002.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES, Antonio Carlos. **El Mito Moderno de La Naturaleza Intocada**. Edição revisada. São Paulo: NUPAUB - USP, 2005.

_____. Etnoconservação da Natureza: Enfoques alternativos. In: DIEGUES, Antonio Carlos (org). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2ª ed. São Paulo. NUPAUB – USP: Hucitec. p. 1-46, 2000.

EMBRATUR e IBAMA. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Grupo de Trabalho Interministerial MICT/MMA. Brasília. s/d.

ENDRES, Ana Valéria. Sustentabilidade e ecoturismo: conflitos e soluções a caminho do desenvolvimento. In: **Turismo em Análise**. V. 9, n. 1, 1998.

EVANS, Martin. Segmentação de Mercado. In: BAKER, Michael J. (org). **Administração de Marketing**. Rio de Janeiro: Elsevier. p. 174-200, 2005 .

FERREIRA, Lúcia da Costa. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. In: **Ambiente & Sociedade**. V. 7, n. 1, p. 47-68, janeiro – junho 2004.

FERREIRA, Lúcia da Costa; SIVIERO, Simone de Oliveira; CAMPOS, Simone Vieira de; SILVEIRA, Pedro Castelo Branco; OLIVEIRA, Vivian Gladis de; MENDES, Ana Beatriz Vianna e PINTO, Anaisa de Oliveira. Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONG's no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP. In: **Idéias** - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. V. 8n, n. 2, p. 115-150, 2001.

FERRETTI, Eliane Regina. **Turismo e Meio Ambiente**: uma abordagem integrada. São Paulo: Roca, 2002.

FILHO, João Meirelles. Ecoturismo e Amazônia: biodiversidade, etnodiversidade e diversidade cultural. In: TRIGO, Luiz. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca. p. 555-566, 2005.

FONSECA, Gustavo; PINTO, Luiz Paulo e RYLANDS, Anthony. Biodiversidade e unidades de conservação. In: Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de **Conservação**. V. 1, Conferência e Palestras. Universidade Livre do Meio Ambiente, Rede Pró-Unidades Conservação & Instituto Ambiental do Paraná. Curitiba, p. 189-209, 1997.

GALLANI, Marcos Antonio e GIULIANI, Antonio Carlos. O turismo rural da cidade de Piracicaba e sua expansão utilizando-se as ferramentas do planejamento estratégico contempladas no projeto Piracicaba 2010. **Revista Eletrônica de Turismo (Retur)**. V. 4, n. 1, 2005.

GIBBS, W. W. A escolha das prioridades. **Scientific American**, Brasil, ano 4, n. 41, p. 100-107, 2005.

GOIÁS. Departamento de Estradas e Rodagem. **Mapa Rodoviário Estadual**. Escala 1:1.000.000, 1999.

_____. **Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://portalsepin.seplan.go.gov.br/>> Acessado em 18 de jan. 2007a.

_____. **Unidades de Conservação em Goiás**. Disponível em: <http://www3.agenciaambiental.go.gov.br/site/conservacao/01_cons_oquee.php> Acessado em 31 de jan. 2007b.

GUERRA, Antônio José Teixeira; SILVA, Pedro Paulo de Lima e DUTRA, Luiz Eduardo Duque. In: CUNHA, Sandra Baptista da e GUERRA, Antônio José Teixeira (Orgs.). **Avaliação e Perícia Ambiental**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v.1, p. 217-261, 1999.

GUIA QUATRO RODAS. Ed. Abril, Brasil 2007.

GUIMARÃES, R. P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina e DINIZ, Nilo (orgs). **O desafio da sustentabilidade**: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 43-71, 2001.

HASSLER, Márcio Luís. A importância das unidades de conservação no Brasil. In: **Sociedade & Natureza**. Uberlândia, Brasil, v. 17 n.33, p. 79-89, 2005.

HEEMANN, Ademar e HEEMANN, Nara. Natureza e percepção de valores. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Editora: UFPR, n. 7, p. 113-116, 2003.

HORWICH, Robert; MURRAY, Dail; SAQUI, Ernesto; LYON, Jonathan e GODFREY, Dolores. O ecoturismo e o desenvolvimento da comunidade: a experiência de Belize. In: LINDBERG, Kreg e HAWKINS, Donald (editores). **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. 3ª ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, p. 257-284, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>> Acessado em 30 jan. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E DIREITO AMBIENTAL. **Meio Ambiente**: história, problemas, desafios e possibilidades. Disponível em: <<http://www.ibps.com.br/index.asp?idnoticia=1996>> Acessado em 27 de mar. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS. **Listas de Unidades de Conservação Federais**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/>> Acessado em 30 de jan. 2007.

LIMA, G. da C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**, Brasil, v. 6, n. 2, p. 99-119, 2003.

LIMA-RIBEIRO, Matheus; PINTO, Miriam; COSTA, Shirley; NABOUT, João; RANGEL, Thiago; MELO, Tatiana e MOURA, Iona'i. Associação de constrictotermes cyphergaster silvestri (isoptera: termitidae) com espécies arbóreas do Cerrado brasileiro. In: **Neotropical Entomology**. V. 35, n. 1, p. 49-55, 2006.

LINDBERG, Kreg e HUBER, Richard. Questões econômicas na gestão do ecoturismo. In: LINDBERG, Kreg e HAWKINS, Donald (editores). **Ecoturismo**: um

guia para planejamento e gestão. 3ª ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, p.143-195, 2001.

MACIAS-CHAPULA, César. O papel da informetria e a cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. In: **Ciência da Informação**. Brasília. V.27, n. 2, p. 134-140, 1998.

MAROUELI, Rodrigo Pedrosa. O desenvolvimento sustentável da agricultura no cerrado brasileiro. Monografia (Especialização) – ISEA-FGV/ ECOBUSINESS SCHOOL. Brasília, 2003.

MCKERCHER, Bob. **Turismo de Natureza: planejamento e sustentabilidade**. São Paulo: Contexto, 2002.

MESQUITA, Simone Maria Moura. **O desenvolvimento e o marketing do turismo na natureza em Pirenópolis: a visão do turista**. Goiânia: UCG, 2007. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável), Universidade Católica de Goiás, 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Projeto PNUD/BRA/00/020. **Curso de Metodologia para avaliação de impacto ambiental**. Brasília, 2006.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil** – DDTRB, s/d.

_____. **Regulamentação, Normalização e Certificação em Turismo de Aventura**. Relatório e Diagnóstico. Brasília, 2005a.

_____. **Turismo de Aventura** – busca e salvamento. Manual de criação e organização de grupos voluntários de busca e salvamento. Brasília, 2005b.

MITTERMEIER, Russell; FONSECA, Gustavo; RYLANDS, Anthony e BRANDON, KATRINA. Uma breve história da conservação no Brasil. In: **Megadiversidade**. V. 1, n. 1, p. 14-21, 2005.

MOREIRA, Maria Luiza Osório. GERÊNCIA DE GEOINFORMAÇÃO; SUPERINTENDÊNCIA DE GEOLOGIA E MINERAÇÃO e SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO ESTADO DE GOIÁS. **Unidades de Conservação**: Estado de Goiás. 2000.

MUSEU DE ZOOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Taxidermia**. Fevereiro, 2006. Disponível em: <<http://www.usp.br/mz/dc/taxidermia.html>> Acessado em 3 de abr. 2007.

MUSSER, G. O clímax da humanidade. **Scientific American**, Brasil, ano 4, n. 41, p. 36-39, 2005.

NEVES, José Luis. Pesquisa Qualitativa: características, usos e probabilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo, v.1, n.3, p.1-5, 1996.

OLIVEIRA; Antônio Pereira. **Turismo e Desenvolvimento**: planejamento e organização. São Paulo: Atlas, 2002.

PARQUE ESTADUAL DA SERRA DE CALDAS NOVAS – PESCAN. **Perfil do turista do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas – PESCAN**. 2003.

PAULO, Renata Ferreira Calado de. **O turismo e a dinâmica intra-urbana de Caldas Novas (GO)**: uma análise da expansão e reestruturação do complexo hoteleiro. Uberlândia: UFU, 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia, 2005.

PEREIRA, Alfredo e FRANÇA, Helena. **Identificação de queimadas naturais ocorridas no período chuvoso de 2003-2004 no Parque Nacional das Emas, Brasil, por meio de imagens dos sensores do satélite CBERS-2**. s/d. Disponível em:<http://www.obt.inpe.br/cbers/cbers_XIISBSR/503_Artigo_XII_SBSRAfredo_Pereira.pdf>. Acessado em 5 de abril de 2007.

PIMBERT, Michael e PRETTY, Jules. Parques, Comunidades e Profissionais: Incluindo “Participação” no Manejo de Áreas Protegidas. In: DIEGUES, Antonio Carlos (org). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2ª ed. São Paulo. NUPAUB – USP: Hucitec, p. 183-223, 2000.

PINHEIRO, Luciana. Da ictiologia ao etnoconhecimento: saberes populares, percepção ambiental e senso de conservação em comunidade ribeirinha do rio Piraí, Joinville, Estado de Santa Catarina. In: **Acta Scientiarum**. Biological Sciences. Maringá, v. 26, n. 3, p. 325-334, 2004.

PIRES, Paulo dos Santos. Entendendo o ecoturismo. In: TRIGO, Luiz. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, p. 483-494, 2005.

PODE, Catherine e MAYS, Nick. Reaching the parts other methods cannot reach: an introduction to qualitative methods in health and health service research. In: **British Medical Journal**. N. 311, p. 42-45, 1995.

PONEZI; Alexandre Nunes e DUARTE, Marta Cristina Teixeira. Fármacos em sistemas aquáticos. In: **Caderno de resumos do 3º Seminário Internacional**. Ciência e Tecnologia na América Latina: a universidade como promotora do desenvolvimento sustentável. São Paulo. p. 16, 2006.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. São Paulo: Hucitec, 1999.

PRIMACK, Richard e RODRIGUES, Efraim. **Biologia da Conservação**. 6ª impressão. Londrina: Editora Planta, 2005.

QUADROS, Juliana e MONTEIRO-FILHO, Emygdio. Coleta e preparação de pêlos de mamíferos para identificação em microscopia óptica. In: **Revista Brasileira de Zoologia**. V. 23, n. 1, p. 274-278, 2006.

QUEIROZ, Fábio Albergaria de. Meio Ambiente e Comércio na Agenda Internacional: A questão ambiental nas negociações da OMC e dos blocos econômicos nacionais. **Ambiente & Sociedade**. V. VIII, n. 2, p. 1-22, 2005.

RÁBAGO, Nora Bringas e REVAH, Lina Ojeda. El ecoturismo: ¿una nueva modalidad del turismo de masas? In: **Economía, sociedad y territorio**. V. 2, n. 7, p. 373-403, 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 2000.

RAMOS, Marcelo Valente. Aventura e Turismo de Aventura: faces mutantes. In: TRIGO, Luiz. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, p. 469-479, 2005.

RIBEIRO, Luiz Felipe Brandini. Análise de capacidade de carga de um ecossistema cavernícola: um exemplo na Caverna do Fazendão (SP-170) – Ipeúna – SP. In: **XXV Congresso Brasileiro de Espeleologia**. Sociedade Brasileira de Espeleologia. Vinhedo – SP, 1999.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: RODRIGUES, Adyr Balastreri (org.). **Turismo rural: práticas e perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, p. 101-115, 2003.

ROQUE, Andréia Maria e VIVAN, Antônio Marcos. O turismo no espaço rural: uma estratégia para a nova gestão rural brasileira. In: Organizações Rurais e agroindustriais - **Revista de Administração da UFLA**. V. 1, n. 1, p. 5-13, 1999.

RUNTE, Alfred. Ponto de Vista: O que é certo para o mundo - a conservação em uma perspectiva histórica. **Natureza & Conservação**. Brasil, vol. 1, n. 1, p. 8-12, 2003.

RUSCHAMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

S/N. Promoting the healthy, safe use of recreational waters. In: **Revista Panamericana de Salud Pública**. Washington. V. 14, n. 5, p. 364-369, 2003.

SCHERL, Lea; WILSON, Alison; WILD, Robert; BLOCKHUS, Jill; FRANKS, Phil; McNEELY, Jeffrey e McSHANE, Thomas. **As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza?** Oportunidades e limitações. International Union for Conservation of Nature - IUNC, 2006.

SILVA, Arlete Mendes da. Turismo rural: percepção e uso da paisagem. In: ALMEIDA, Maria Geralda (org.). **Paradigmas do turismo**. Goiânia: Alternativa, p. 87, 2003.

SILVA, Lucivânio Oliveira; COSTA, Diogo Andrade; FILHO, Kleber do Espírito Santo; FERREIRA, Heleno Dias e BRANDÃO, Divino. Levantamento florístico e fitossociológico em duas áreas de cerrado sensu stricto no Parque Estadual da Serra de Caldas Novas, Goiás. **Acta Botanica Brasilica**. São Paulo, v. 16, n. 1, 2002.

SIQUEIRA, Ariane de Souza. Alometria de Caryocar Brasiliense (Caryocaraceae) em Diferentes Fisionomias do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas, GO. **Biota Neotropica**. v. 06, n. 03, 2006.

SOLDATELI, Márcio. Impactos ambientais negativos no contexto do turismo de natureza. In: TRIGO, Luiz. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, p. 517-535, 2005.

STEVENSON, Willian J. **Estatística Aplicada à Administração**. São Paulo: Editora Harbra, 1981.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável**: conceitos e impacto ambiental. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2000.

TERBOGH, John. A Arca de Noé ou porque precisamos de Parques. In: Fundação o Boticário de Proteção a Natureza. **Natureza & Conservação**. Curitiba, V. 1, n. 2, p. 9-15, 2003.

TERBOGH, John e SCHAIK, Carel. Por que o mundo necessita de parques. In: TERBOGH, John et all (orgs). **Tornando os Parques Eficientes**: Estratégias para Conservação da Natureza nos Trópicos. Curitiba: Editora UFPR, p. 25-36, 2002.

TRIGUEIRO, Carlos Meira. **Marketing e turismo**: como planejar e administrar o marketing turístico para uma localidade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

UVINHA, Ricardo Ricci. Esportes radicais e turismo: análise conceitual. In: TRIGO, Luiz. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, p. 437-447, 2005.

VENTURINI. Luis Antonio Bittar. **Parque Nacional das Emas**: gestão e degradação. São Paulo: USP, 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia Física), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, Universidade de São Paulo, 1993.

VIEIRA, J. E. G. e JÚNIOR, E. V. Coelho. **A educação ambiental, Os PCNs e a Escola**: parceiros na sustentabilidade do desenvolvimento urbano. Estudos, Goiânia, V. 30, n. 3, p. 467-477, 2003.

VZZOTTO, Vandro Rogério; MARCHEZAN, Enio e SEGABINAZZI, Tommi. Efeito do pisoteio bovino em algumas propriedades físicas do solo de várzea. **Ciência Rural**. Santa Maria, v. 30, n.6, p. 965-969, 2000.

WEARING, Stephen e NEIL, John. **Ecoturismo**: impactos, potencialidades e possibilidades. Barueri – SP: Manole, 2001.

WESTERN, David. Prefácio: definindo ecoturismo. In: LINDBERG, Kreg e HAWKINS, Donald (editores). **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. 1ª ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, p. 13-29, 2001.

WORLD TOURISM ORGANIZATION - WTO. **National and regional tourism planning**: methodologies and case studies. London: Thomson Learning, p. 19 e 29-38, 2001.

WORMELL, Irene. **Informetria**: explorando bases de dados como instrumentos de análise. In: Ciência da Informação. Brasília. V.27, n. 2, p. 210-216, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE 1
QUESTIONÁRIO I: VISITANTES

1. Sexo:

Fem () Mas ()

2. Faixa etária:

0-10 ()

11-20 ()

21-30 ()

31-40 ()

41-50 ()

51-60 ()

Acima de 60 ()

3. Renda familiar:

() Sem renda

() Até 1 sal. Mínimo (R\$ 350,00)

() De 1 a 4 (R\$ 350,00 – 1.400,00)

() De 5 a 10 (R\$ 1.750,00 – 3.500,00)

() De 11 a 20 (R\$ 3.850,00 – 7.000,00)

() De 21 a 30 (R\$ 7.350,00 – 10.500,00)

() Acima de 30 salários mínimo (10.500,00)

4. Local de origem:

Brasil:

Cidade: _____ Estado: _____

Exterior: _____

5. Grau de escolaridade:

() Sem escolaridade

() Ensino Fundamental

() 1º grau

() 2º grau

() 3º grau

() Pós Graduação

6. Profissão:

() Empresário

() Servidor público

() Profissional Liberal

() Comércio /Indústria /Serviços

() Estudante

() Agricultor

() Pecuárta

() Agricultor e Pecuárta

() Pesquisador

() Aposentado

Outro: _____

7. Meio de transporte utilizado até a região de Caldas Novas e Rio Quente:

() Veículo próprio

() Ônibus

() Avião

Outros: _____

8. Meio de transporte utilizado até o PESCAN:

() Veículo próprio

() Veículo alugado

() Ônibus

() Moto

Outros: _____

9. Esta é a primeira vez que visita o Parque?

1ª vez () 2ª vez () 3ª vez ()

Outros: _____

10. É a primeira vez que você visita uma unidade de conservação?

Sim () Não ()

11. Motivo da visita ao PESCAN:

- Pesquisa (está hospedado no parque?) Sim () Não ()
 Educação Ambiental
 Recreação
 Interesse pela Fauna
 Interesse pela Flora
 Esporte
 Cachoeiras
 Natureza

Outros: _____

12. Tempo de permanência no Parque:

- 0-2h ()
2-4h ()
4-6h ()
6-8h ()
8-10h ()
24h ()
48h ()

Outros: _____

13. Como ficou sabendo do Parque:

- Agência ()
Guia local ()
Guia quatro rodas ()
Indicação de amigos ()
Folder/Cartaz na cidade (Caldas Novas) ()
Folder/Cartaz na cidade (Rio Quente) ()
Hotel ()
TV ()
Cat ()
Séc Turismo ()
Placas indicativas ()
SEBRAE ()
Cartão postal ()
Livros ()
Moradores ()
Internet ()

Outros: _____

14. Atendimento no PESCAN:

- Bom ()
Ótimo ()
Regular ()
Péssimo ()

15. Você recomenda a visita ao Parque?

- Sim () Não ()

16. Você voltaria ao Parque?

- Sim () Não ()

17. O que você esperava encontrar no Parque?

- Cachoeiras
 Animais e Plantas
 Paisagens bonitas

Outros: _____

18. Antes de subir na serra você teve alguma orientação dos funcionários do Parque?

- Sim
 Conversa informal
 Vídeo
 Folder's

Outros: _____

- Não

19. No seu ponto de vista, falta algum tipo de serviço ou atividade no Parque?

Sim () Não ()

() Lanchonete

() Loja de suvenires

() Restaurante

Outros: _____

20. Sua visita foi guiada ou autoguiada?

Guiada () Autoguiada ()

21. Você acha justo o preço que pagou para visitar o Parque?

Sim () Não ()

22. Durante sua visita, o que mais lhe chamou atenção?

() Paisagem

() Cachoeiras

() Trilhas

() Trilha da Diversiflora

() Trilha da Cascatinha

() Trilha do Paredão

() Mirante da Cascatinha

() Mirante do Paredão

() Fauna

() Flora

23. Você acha que o Parque está bem conservado?

Sim () Não ()

24. Você acha que a atividade turística é maléfica ou benéfica para a conservação do Parque?

Maléfica () Benéfica ()

25. Que recomendação você faria visando o melhor uso do parque, pensando é claro, na conservação de seus recursos naturais?

APÊNDICE 2
QUESTIONÁRIO II: PROPRIETÁRIOS DO ENTORNO DO PESCAN

1. Nome: _____
Telefones: _____
Proprietário () Funcionário ()
Desde quando possui a propriedade? _____

2. Origem: _____

3. Grau de escolaridade:
Sem escolaridade () 1º grau ()
2º grau () 3º grau () Pós-graduação ()

4. Em qual município está situada a propriedade:
Caldas Novas () Rio Quente ()

5. Residência principal?
Propriedade () Caldas Novas () Rio Quente ()
Outro: _____

6. Qual a principal atividade econômica desenvolvida na propriedade?
Pecuária () Agricultura ()
Psicultura () Turismo ()
Nenhuma ()
Outros () Qual (is): _____

7. Há alguma atividade turística desenvolvida na propriedade?
Sim () Qual (is)? _____

Não ()

8. Já houve procura por parte de turistas sobre atividades turísticas em sua propriedade? Se sim, o que queriam? _____

9. Há interesse em desenvolver alguma atividade turística? O quê? Por que ainda não desenvolveu?

10. Você acha que atividade turística pode aumentar sua renda?
Sim () Não ()

11. O Parque interfere em suas atividades? Como?

12. Há alguma restrição de atividades na sua propriedade devido o fato de fazer divisas com o Parque?

13. Há algum tipo de monitoramento das suas atividades por parte do Parque ou de algum outro órgão ambiental? O que exatamente? Como é feito?

14. O senhor (a) enfrenta algum tipo de problema com Parque? Qual?

15. Os turistas causam algum tipo de transtorno para a sua propriedade? Quais?

16. Vocês recebem ou já receberam algum curso/ treinamento sobre "educação ambiental/ meio ambiente"? Se sim, do que se tratava exatamente? Quem ministra ou ministrou o curso?

17. Como o senhor vê a questão do turismo no Parque?

OBS: _____

